

UFRRJ

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

TESE

**A Importância das Redes Rurais e da Agricultura Orgânica em
Ambientes de Montanha: Estudos de Caso em Trás-Os-Montes
(Portugal) e Região Serrana Fluminense (Brasil)**

Nádia Jarouche Aun

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**A IMPORTÂNCIA DAS REDES RURAIS E DA AGRICULTURA
ORGÂNICA EM AMBIENTES DE MONTANHA: ESTUDOS DE CASO
EM TRÁS-OS-MONTES (PORTUGAL) E REGÃO SERRANA
FLUMINENSE (BRASIL)**

Nádia Jarouche Aun

Sob a orientação do professor

Renato Linhares de Assis

E co-orientação do professor

Orlando Isidoro Afonso Rodrigues

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora** no Programa de Pós-Graduação Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Área de Concentração em Políticas Públicas.

Seropédica, RJ
Dezembro de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

J926i Jarouche Aun, Nádia , 1978-
A IMPORTÂNCIA DAS REDES RURAIS E DA AGRICULTURA
ORGÂNICA EM AMBIENTES DE MONTANHA: ESTUDOS DE CASO EM
TRÁS-OS-MONTES (PORTUGAL) E REGIÃO SERRANA FLUMINENSE
(BRASIL) / Nádia Jarouche Aun. - 2018.
103 f.

Orientador: RENATO LINHARES DE ASSIS.
Coorientador: ORLANDO ISIDORO AFONSO RODRIGUES.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA, 2018.

1. AGRICULTURA ORGÂNICA. 2. AMBIENTES DE MONTANHA .
3. REDE RURAL . 4. DESENVOLVIMENTO. 5. POLÍTICAS
PÚBLICAS. I. LINHARES DE ASSIS, RENATO , 1963-,
orient. II. ISIDORO AFONSO RODRIGUES, ORLANDO , -,
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA. IV. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta tese, desde que seja citada a fonte.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
EM AGROPECUÁRIA**

NÁDIA JAROUCHE AUN

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora**, no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, área de concentração em Políticas Públicas Comparadas.

TESE APROVADA EM 17/12/2018.

Orlando Isidoro Afonso Rodrigues. Dr., IBP
(Coorientador)

Cezar Augusto Miranda Guedes. Dr., UFRRJ

Anelise Dias. Dra., UFRRJ

Leonardo Ciuffo Faver. Dr., Emater-Rio

Guilherme de Freitas Ewald Strauch. Dr., Emater-Rio

BIOGRAFIA

Formada em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas em 2001 pela Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Atuou na área das artes cênicas e de eventos empresariais como profissional autônoma até 2006.

Em 2006 trabalhou para a empresa Natura S/A na área comercial quando decidiu mudar sua área de atuação. Em 2008 realizou um MBA em gestão ambiental pela FGV e passou a trabalhar para a Fundação SOS Mata Atlântica.

Em 2012 concluiu o Mestrado na Universidade Federal de São Carlos no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural com a dissertação **Agricultura orgânica e atores neorrurais na Serra da Mantiqueira: o grupo Orgânicos da Mantiqueira, Gonçalves, MG**. Sob a orientação do Professor Dr. Luiz Antonio Cabello Norder e co-orientação da Dra. Giovanna Garcia Fagundes.

Entre 2013 e 2015 desenvolveu trabalhos como consultora autônoma na Fundação Solidaridad, Instituto BioSistêmico e Instituto de Socioeconomia Solidária realizando diagnósticos sócio econômicos em espaços rurais e cooperativas agrícolas, além de implementar sistemas de monitoramento e avaliação de projetos.

Como pesquisadora, o principal interesse é entender o que motiva o homem a voltar ao campo nos dias de hoje, e que papel a agricultura exerce neste contexto. O ponto de partida é, sem dúvida, uma visão amplificada (e holística) do conceito de desenvolvimento. O intuito é trabalhar na aproximação de conceitos como desenvolvimento, agricultura orgânica e novas ruralidades com especial atenção ao surgimento de um novo arranjo social no campo e a necessidade de seu acolhimento pela sociedade, com políticas públicas, reconhecimento e principalmente, valorização daqueles que estão envolvidos nesses processos.

DEDICATÓRIA

Aos agricultores orgânicos, sempre!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, aos agricultores e técnicos que gentilmente aceitaram participar dessa pesquisa e compartilhar comigo um pouco de suas histórias e de seu conhecimento.

Ao Renato, meu orientador, pelo apoio durante todos esses anos e pelo eterno bom humor!! Sua alegria fez da reta final dessa tese um percurso muito mais leve e divertido.

Ao Orlando, meu co-orientador, por todo o esforço em tornar minha rápida passagem pelo IPB e por Bragança, uma experiência muito agradável e gratificante. Ao Centro de Investigação de Montanha (CIMO) e ao Instituto Politécnico de Bragança (IPB) pelo acolhimento e apoio fundamentais ao desenvolvimento dessa pesquisa. Um obrigado especial às Sras. Cidália de Fretas e Olga Padrão por toda ajuda oferecida.

A ambos, queridos mestres, muito obrigada pelo acolhimento, a mim e a minha família, em suas casas e em suas vidas. Esse carinho todo, certamente, tornou o meu trabalho muito mais prazeroso.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA). E um obrigado mais do que especial a Renata Gomes e ao prof. Mauro pelo apoio e paciência em todos os momentos.

Aos amigos Rafael e Sérgio. Apesar da distância e do pouco tempo juntos, agradeço pela amizade e companheirismo. Tê-los ao meu lado durante os primeiros anos, principalmente, tornou minha passagem pela universidade (e pelo Rio de Janeiro) mais alegre e prazenteira.

Ao marido, amigo e companheiro, Paulo. Obrigada por estar ao meu lado também nos momentos de tormenta! Pelas discussões, por tudo o que me ensinou, por todo o apoio e por todos os peixes que pescou...Super obrigada. À minha filha querida, Diana, obrigada por me agradecer com sua chegada e por entender os momentos de ausência.

À minha irmã, Marina, pelas revisões e traduções literárias meu eterno agradecimento. À minha Mãe e minha Tia Leila pelo apoio incondicional no cuidado com minha filha durante minhas saídas à campo, eu devo um pouco dessa tese a vocês. Ao meu pai querido pelo apoio e por aceitar a ausência de sua companheira por tanto tempo. E ao meu irmão, por estar no lugar certo, na hora certa, muito, muito obrigada!

E, finalmente, aos amigos José Guilherme e Lúcia Helena por me acolherem tão bem em sua rotina de trabalho e me apresentarem aos mais diversos cantos da região serrana fluminense. Agradeço pela generosidade com que compartilharam seu conhecimento comigo, gratidão!

RESUMO GERAL

AUN, Nádia Jarouche. **A importância das redes rurais e da agricultura orgânica em ambientes de montanha: estudos de caso em Trás-os-Montes (Portugal) e Região Serrana Fluminense (Brasil).** 2018. 103f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. 2018.

Neste trabalho é discutida a importância das redes sociais e técnicas no desenvolvimento de atividades concernentes à agricultura, às tecnologias sustentáveis na produção de alimentos, e às atividades não agrícolas como o turismo, a gastronomia, o lazer, entre outros. As redes estudadas são aquelas formadas a partir do ambiente rural e da atividade agrícola, especificamente, as Redes Rurais. Esse termo surge a partir do referencial teórico de redes e desenha-se como uma metodologia que se propõe a olhar para as diversas dimensões que compõem o ambiente rural. Os espaços estudados são ocupados por pessoas que têm a agricultura orgânica como uma de suas atividades econômicas e estão localizadas em ambientes de montanha. Três questões principais permearam este estudo: se a conformação de redes em um ambiente de montanha pode estimular a produção de alimentos (orgânica); se a agricultura orgânica como um modelo de produção agrícola é um fator central dentro deste ambiente tão diverso; e, em termos estratégicos, como o Estado enxerga o movimento de descentralização de determinadas atividades econômicas. A pesquisa foi realizada em duas regiões distintas: no Brasil (Região Serrana Fluminense), e em Portugal (Trás-os-Montes). Além da atividade agrícola em si, foi possível observar modelos de organização social que estimulam e facilitam o desenvolvimento a partir do aproveitamento de recursos endógenos. No entanto, além de uma questão de políticas públicas que favorecem ou dificultam o crescimento da atividade agrícola orgânica, uma das principais dificuldades encontradas foi a própria conformação da rede, isto é, o envolvimento dos atores no exercício da cidadania. A experiência europeia, por sua vez, traz a percepção de que investir na formação de redes é um fator estratégico dentro do desenho das políticas agrícolas daquele contexto. Longe de ser uma experiência simples, a Política Agrícola Comum (PAC) vem demonstrando, com o passar dos anos, que é possível investir no setor primário não ‘commoditizado’, além de incentivar e investir na formação dos mais variados grupos, como forma de garantir a permanência das pessoas na terra, sejam elas tradicionais ou não. Desta forma, a partir das experiências estudadas, buscamos com esta pesquisa trazer dados que demonstrem a importância da agricultura orgânica para a manutenção dos espaços e dos atores que se envolvem com essa atividade e passam a desenhar novos contornos para o ambiente rural. A relevância é assegurada pelo crescente debate em torno da importância, dentro de um contexto nacional, da cooperação entre regiões, do investimento em capital social e em inovação e pesquisa.

Palavras Chave: Políticas públicas. Desenvolvimento territorial endógeno. Agricultura orgânica. Ambientes de montanha.

GENERAL ABSTRACT

AUN, Nádia Jarouche. **The importance of rural networks and organic agriculture for mountain environments: case studies in Trás-os-Montes (Portugal) and Região Serrana Fluminense (Brazil).** 2018. 103p. Thesis (Doctorate in Science, Technology and Innovation in Agriculture). Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

This paper discusses the importance of social and technical networks in the development of activities related to agriculture and sustainable technologies in food production, and to non - agricultural activities such as tourism, gastronomy, leisure, among others. The networks studied are those formed among rural environment and agricultural activity, more specifically the Rural Web. This term arises from the theoretical framework of networks and becomes a methodology that aims to look at the various dimensions that make up the rural environment. The spaces studied are occupied by people who have organic farming as one of their economic activities and are located in mountain environments. Three main questions permeated this study: whether the conformation of networks in a mountain environment can stimulate food production (organic); if organic agriculture, as a model of agricultural production, is a central factor in such a diverse environment; and, in strategic terms, how the State sees the decentralization movement of certain economic activities. The research was carried out in two distinct regions: in Brazil (Região Serrana Fluminense), and in Portugal (Trás-os-Montes). In addition to the agricultural activity itself, it was possible to observe models of social organization that can stimulate and facilitate development from the utilization of endogenous resources. However, in addition to a question of public policies that favors or hinders the growth of organic agricultural activity, one of the main difficulties encountered was the very conformation of the network, that is, the involvement of the actors in the exercise of citizenship. The European experience, in turn, brings the perception that investing in networking is a strategic factor in the design of agricultural policies in that context. Far from being a simple experience, the Common Agricultural Policy (CAP) has shown over the years that it is possible to invest in the non-commoditized primary sector, as well as encouraging and investing in the formation of diverse groups, as a way of keeping people on the land, whether traditional or not. Thus, from the experiences studied, we seek with this research to bring data that demonstrate the importance of organic agriculture for the maintenance of spaces and actors that are involved with this activity and begin to draw new contours for the rural environment. Relevance is ensured by the growing debate on the importance, within a national context, of cooperation among regions, investment in social capital, and innovation and research.

Keywords: Public policies. Endogenous territorial development. Organic agriculture. Mountain environments.

RESUMEN AMPLIADO

AUN, Nádia Jarouche. **La importancia de las redes y de la agricultura biológica para los ambientes de montaña: estudios de caso en Trás-os-Montes (Portugal) y Região Serrana Fluminense (Brasil)**. 2018. 103f. Tesis (Doctorado en Ciencia, Tecnología e Inovación en Agropecuaria). Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

1. Introducción

Para iniciar un estudio que contemple la formación de redes involucradas con la práctica de la agricultura orgánica en ambientes de montaña, es importante entender el desdoblamiento de algunos conceptos y cuáles significados ellos asumieron a lo largo de los años. El desarrollo, por ejemplo, ha estado a lo largo de muchos años, vinculado al concepto de crecimiento económico, como sinónimos, vinculados a una misma fórmula económica. Sin embargo, y principalmente después de la década de 1990, ese concepto se amplía, ganando nuevas dimensiones. También pasa a ser utilizado para determinar el grado de implicación de las personas (desarrollo endógeno) en determinado ambiente y cómo esa implicación es capaz de generar autonomía para la región (desarrollo territorial) en términos de generación de renta y de capital social.

De la misma forma, la agricultura orgánica también gana nuevos significados. A pesar de que siempre fue una opción para el ejercicio de la actividad agrícola, su práctica, a lo largo de los años, dejó de ser algo restringido a pequeños grupos de entusiastas y pasó a representar otra alternativa de actividad económica en el campo. En ese proceso de reconfiguración de conceptos y prácticas, desarrollo y agricultura orgánica caminaron 'lado a lado' en los más diversos aspectos. A partir de la investigación e innovación tecnológica que permitió una mayor diseminación de ese modo de producción y garantizó en el campo resultados satisfactorios en términos productivos y económicos.

En seguida tenemos la combinación de la agricultura orgánica con movimientos sociales diversificados. En Brasil, por ejemplo, el inicio de la historia de la agricultura orgánica estaba directamente relacionado al movimiento alternativo de personas que buscaban por más calidad de vida. A partir de entonces otros movimientos y denominaciones, que envolvían la producción no industrial de alimentos, creció y ganó adeptos cambiando la realidad de localidades rurales y de personas. Y es partiendo de ese punto de vista que es posible entender otros significados atribuidos al desarrollo y también a la agricultura orgánica.

En virtud de esa capacidad de implicación entre personas y acciones en una determinada localidad que se estructura la investigación presentada en esa tesis. El foco principal de este estudio es la formación de redes sociales a partir de la práctica de la agricultura orgánica. La formación de esas redes se considera movimientos sociales, perceptibles a partir de la mirada de la diversidad de aspectos y dimensiones que existe en cualquier ambiente. Para ello son necesarios cambios de percepción que, antes, eran desconsiderados como partes relevantes al proyecto de desarrollo económico y, ahora, aunque tímidamente, empiezan a formar parte de estrategias de políticas públicas. Estos cambios promovieron, en proporciones muy pequeñas, el inicio de lo que José Eli da Veiga denomina flujo migratorio inverso: cuando el hombre vuelve a habitar el campo ya ocuparse de la agricultura. Es un proceso de ocupación del espacio rural por personas que buscan, en ese ambiente, una alternativa de vida, movidas por un ideal y, principalmente, por el (re) surgimiento de la agricultura orgánica (VEIGA, 2006).

La concentración de nuevos grupos que habitan ambientes rurales es percibida dentro de las ciencias sociales como un movimiento social y que se constituye a partir del flujo continuo de nuevos actores en esos espacios. Se configuran como un 'tipo' dentro de la

población heterogénea que hoy es percibida en los más diversos espacios destinados a la producción rural. Es en ese ámbito que se introduce, en esa investigación, la metodología de la Red Rural. Su principal característica es auxiliar en el entendimiento de la organización social local, compuesta por una diversidad de actores, entre ellos los nuevos habitantes del rural, y que forman entre sí una red social y técnica. Esta conformación social, que tiene la agricultura como una de sus actividades principales, acaba por proporcionar un nuevo grado de autonomía y autogestión y es capaz de viabilizar mayor desarrollo para la región donde ellos actúan.

Además de la organización social de los actores, también es posible observar que el lugar donde las redes se forman también ejerce influencia en la forma en que las mismas van a funcionar, si estructuran. Estos ambientes, a menudo, están en lugares con mayor atractivo turístico o paisajístico, a menudo caracterizados como ambientes de montaña. La opción por esas localidades puede estar vinculada a una serie de aspectos sociales, económicos, generacionales. Sin embargo, independientemente del motivo que lleva a los actores a organizarse en ellas, hay que atender para algunas características que esos ambientes guardan y que pueden influir en las actividades agrícolas y no agrícolas en esas regiones.

Siendo así, esta tesis trae como principal objeto de investigación: la formación de redes (sociales y técnicas) y la forma como influyen en el desarrollo endógeno de los espacios agrícolas en ambientes de montaña. La primera hipótesis elaborada consideró, principalmente, los cambios significativos ocurridos dentro de los espacios urbano y rural. Se busca entender cómo esos cambios ocurrieron y cómo las relaciones entre las personas fueron siendo construidas. Otro factor que es pertinente a esta hipótesis es en qué medida esas transformaciones sociales y territoriales son percibidas durante el proceso de elaboración de políticas públicas más dirigidas.

En la segunda hipótesis se considera el hecho de que existen factores que contribuyan al surgimiento de esas redes, que facilitan la instalación de esos actores a la vez que hacen la práctica de la agricultura orgánica una actividad viable. Estos factores pueden estar relacionados con el proceso de construcción de políticas públicas específicas o simplemente por la fuerza y capacidad de absorción de nuevos actores por las redes. Finalmente, en la tercera hipótesis se evalúa el locus donde esas redes serán estudiadas: los ambientes de montaña. De qué forma estos ambientes ejercen influencia en el tipo de red que se está formando y en la forma en que las relaciones se construyen en cada localidad específica.

En resumen, esta tesis trae un estudio sobre la formación de redes y su actuación dentro de los espacios rurales. Como forma de profundizar este proceso, se analiza cuáles aspectos facilitan la interacción entre actores y su territorio y al mismo tiempo contribuyen al desarrollo endógeno. En el campo teórico de las políticas públicas, se busca entender qué aspectos pueden estimular la formación de redes. Siendo así, se entiende que el esfuerzo comprendido en esta tesis busca relacionar las redes, el desarrollo y los ambientes de montaña.

Esta investigación se desarrolló en una etapa en Portugal, junto al Instituto Politécnico de Bragança, en la ciudad de Bragança y la región analizada fue la de Tras-os-Montes. El objetivo de esta etapa fue profundizar el entendimiento sobre el segundo pilar de la Política Agrícola Común (PAC) de la Unión Europea, más específicamente, sobre el incentivo a la producción orgánica (biológica). Además de entender, dentro del proceso de construcción, ejecución y seguimiento de esa política, cuáles son los puntos específicos que permiten la formación de redes, y cómo trabajan el concepto de desarrollo rural para dar sustentación a todas las variables existentes dentro de esa línea de incentivo.

En Brasil, la investigación se desarrolló en la Región Serrana Fluminense, en especial en los municipios de Teresópolis y Nova Friburgo. Se utilizaron, como ejemplos de organización social, diferentes asociaciones y grupos de agricultores que se organizan para la producción de alimentos orgánicos. En la región buscamos observar la forma en que las personas se organizan y forman sus redes. Como la localidad fue impactada por la actividad de

la agricultura orgánica y, de qué forma, la construcción de políticas públicas específicas para el sector (agricultura orgánica) fue capaz de potenciar ese proceso.

Al final, se presenta un análisis en perspectiva de ambos países investigados, en especial de las estructuras utilizadas en la construcción de esas políticas y qué impacto ha generado para la efectividad y la sostenibilidad de las acciones que se desarrollan.

Esta investigación se muestra relevante al tratar de entender ese movimiento demográfico y social y garantizar a ella espacio necesario para desarrollarse y convertirse en otra opción de actividad económica. Es a partir de experiencias ya conocidas y puestas en práctica en países de América Latina y Europa que se justifica, también, el incentivo a la investigación local que involucra factores semejantes y la posible construcción de una propuesta de estímulo al nuevo arreglo social que se configura en los más diversos territorios.

Esta tesis está dividida en cuatro capítulos. El primero trae una revisión bibliográfica donde serán tratados los temas principales de ese estudio. En el segundo capítulo se presenta el estudio de caso en la región de Tras-os-Montes, en Portugal. Y en el tercer capítulo el estudio de caso realizado en la Región Serrana Fluminense, más específicamente en Teresópolis y Nova Friburgo. En el último capítulo presentamos algunas aproximaciones entre las teorías propuestas, como un perfeccionamiento de la metodología de la Red Rural y finalizamos con las conclusiones generales.

2. Procedimiento Metodológico de Investigación

La metodología principal utilizada para componer la realidad de los productores rurales fue la investigación cualitativa, con especial atención al abordaje multinivel y la metodología red rural. Es una metodología pautada en la (re)significación del concepto de desarrollo y trae el capital social como un aspecto central de ese proceso. El enfoque utilizado es la propuesta por los autores Jan Dowe van der Ploeg y Terry Marsden en el libro *Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development*. (2008) cuyo propósito es la reflexión y la producción de conceptos dirigidos a la construcción de una nueva teoría sobre el desarrollo rural a partir del entendimiento de las Redes Rurales.

Los instrumentos utilizados para el levantamiento de datos fueron itinerarios con preguntas semi estructuradas para las entrevistas; diarios de campo; investigaciones bibliográficas y de datos secundarios. Las entrevistas se realizaron con agricultores, consumidores, técnicos, agentes formadores de opinión y responsables de la construcción y ejecución de políticas públicas.

Para el contexto portugués también utilizamos un modelo de cuestionario estructurado. En la región optamos por una metodología que pudiera al mismo tiempo atender a los objetivos iniciales de este estudio y fuese viable para el período que teníamos para ejecutarla. De esta forma, construimos un muestreo estratificado uniforme dentro de la región usando la base de datos de los agricultores orgánicos disponibles por la Dirección General de Agricultura y Desarrollo Rural (DGADR).

3. Resultados y Conclusión

En líneas generales, la cuestión principal que permea esta investigación está relacionada con la forma como el surgimiento de una red rural puede impactar los ambientes de montaña, trayendo desarrollo territorial endógeno y contribuyendo con la sostenibilidad de las actividades desarrolladas localmente y del ambiente natural. Siendo así, enfocamos en las redes formadas a partir de la agricultura orgánica y en los lazos creados entre los actores y el ambiente para entender esa dinámica social y cómo contribuye en la formación de espacios heterogéneos y multifuncionales.

A partir del conocimiento adquirido durante los cuatro años de investigación y recolección de datos, es posible afirmar que para los grupos investigados, la agricultura

orgánica funcionó (y aún funciona) como un gatillo. Percibimos que ella puede estimular la creación de grupos y actuar como pegamento entre sus integrantes. Otro aspecto encontrado es la colaboración que el sistema participativo ofrece en la conformación de nuevos lazos dentro de la red. El estímulo a la práctica de la agricultura orgánica institucionaliza dentro de una política pública, aunque ese sea un punto de duras críticas en relación al propio concepto de sostenibilidad, se muestra también como un beneficio ya que puede contribuir en el aumento de esta actividad además de generar nuevos modelos de producción y organización de agricultores locales.

En las localidades estudiadas entre Brasil y Portugal reciprocidad que existe fue construido a partir de la relación del productor con su red en particular - que pueden ser consumidores, asociaciones, cooperativas y otros productores - y permite el desarrollo de las relaciones y el aumento de la red. En tierras extranjeras, fue posible observar que cuando se inserta en un ambiente con poca variedad de producción, los agricultores acaban desarrollando su propia red de comercialización y apuestan en la diferenciación del producto, ya que hay mucha oferta de un mismo tipo de alimento. Y, a pesar de una supuesta seguridad generada por los beneficios provenientes de la PAC, si no hay innovación, las ganancias se muestran muy irrelevantes y no sostienen la actividad rural a largo plazo.

Ya en tierras fluminenses observamos que los lazos se establecen, primero entre los propios productores, ya que existe la intención de constituir un organismo común donde todos formen parte. Esta formación gana un estímulo extra con la instauración del sistema participativo de verificación de la conformidad. El formato del SPG dio mayor amplitud de actuación, a pesar de todas las diferencias y dificultades con que los actores se enfrentan constantemente y que son inherentes a una formación de grupo. Hay un ejercicio constante entre los integrantes de discusión y actualización de los problemas que los coloca en todo momento en contacto con las más diversas situaciones.

Así concluimos que los grupos pasan a actuar en redes a partir del momento que existen intereses en común y cuando, principalmente, es posible construir entre ellos relaciones de respeto y reciprocidad. El límite que se dibuja entre un simple grupo y una red es la diversidad de tipos que componen ese tejido social y cómo logran formar entre ellos un lazo de reciprocidad que permita la prevalencia de los objetivos del colectivo en oposición a las voluntades individuales. Se percibe que la constitución de redes rurales no depende de políticas públicas o cualquier otra acción de gobierno, pero puede ser amplificada y empoderada en virtud de éstas. Los ambientes de montaña, a su vez, pueden contribuir a la aproximación de los actores, al mismo tiempo que para su aislamiento, una vez más hay que repetir, el éxito del funcionamiento de una red va a depender de las más diversas dimensiones que componen la red rural.

Palabras clave: Políticas públicas. Desarrollo territorial endógeno. Agricultura orgánica. Ambientes de montaña.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL	1
2. CAPÍTULO I	4
AGRICULTURA, MONTANHA, REDES E DESENVOLVIMENTO	4
2.1 RESUMO	5
2.2. ABSTRACT	6
2.3. INTRODUÇÃO	7
2.4. O MODELO CONVENCIONAL VINCULADO A PROCESSOS INDUSTRIAIS	8
2.5. O MODELO DE AGRICULTURA NÃO INDUSTRIAL VINCULADO A FENÔMENOS NATURAIS	11
2.6. SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO	14
2.7 AMBIENTES DE MONTANHA	18
2.7.1. Agricultura de montanha	18
2.7.2 Ambientes de montanha e mudanças climáticas	19
2.8. O ENVOLVIMENTO ENTRE RURAL E URBANO	22
2.8.1. A ocupação humana em ambientes de montanha	22
2.8.2. A conformação de redes de relacionamento	24
2.9. A TRAMA E SUA DIVERSIDADE	27
2.10. ENTRE ECONOMIA E RECIPROCIDADE: FLUXOS QUE SE ESTABELECEM .	30
2.11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
3. CAPÍTULO II	34
A AGRICULTURA BIOLÓGICA COMO MOTOR DE RECONSTRUÇÃO RURAL. UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DE TRÁS-OS-MONTES	34
3.1 RESUMO	35
3.2 ABSTRACT	36
3.3 INTRODUÇÃO	37
3.4 A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM EUROPEIA	40
3.4.1 Demandas e consequências: aumento da produtividade, êxodo, excedentes	40
3.4.2 A necessidade de uma política de desenvolvimento rural	41
3.5. A CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA E DE NOVOS ATORES NA REOCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS	44
3.6. TRÁS-OS-MONTES E SEUS AGRICULTORES ORGÂNICOS	46
3.6.1 Métodos e procedimentos da pesquisa	46
3.6.2 Resultados	47
3.6.3. Discussão	49
3.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
4. CAPÍTULO III	54
AS CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO ORGÂNICA ENTRE NOVA FRIBURGO E TERESÓPOLIS: ASPECTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS	54
4.1. RESUMO	55

4.2.	ABSTRACT	56
4.3.	INTRODUÇÃO	57
4.4.	A REGIÃO DE TERESÓPOLIS E NOVA FRIBURGO	58
4.4.1	Agricultura orgânica: um breve relato do seu histórico na Região Serrana Fluminense	59
4.4.2	Agricultura orgânica: quem pratica e quem consome	60
4.4.3	O turismo: desdobramentos nas montanhas fluminenses e sua relação com a agricultura orgânica.....	61
4.4.4	Métodos e procedimentos da pesquisa.....	63
4.5	O DESENHO DA REDE DENTRO DO UNIVERSO PESQUISADO: OS GRUPOS DE TERESÓPOLIS (AAT – ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS) E NOVA FRIBURGO (SPG – NOVA FRIBURGO E REGIÃO)	65
4.6	AS DIMENSÕES FORMADAS ENTRE NOVA FRIBURGO E TERESÓPOLIS	69
4.7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
5.	CAPÍTULO IV	74
	PENSANDO O DESENVOLVIMENTO RURAL ENDÓGENO EM AMBIENTES DE MONTANHA A PARTIR DO ENVOLVIMENTO DAS REDES RURAIS EM LAÇOS DE RECIPROCIDADE.....	74
5.1.	RESUMO	75
5.2.	ABSTRACT	76
5.3.	INTRODUÇÃO	77
5.4.	O ESPAÇO E SUAS MÚLTIPLAS FUNCIONALIDADES	79
5.5.	REDES RURAIS COMO INSTRUMENTOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO.	81
5.6.	ENVOLVENDO A RECIPROCIDADE	83
5.7.	OS ESPAÇOS COMUNS DE INTERAÇÃO: AS MONTANHAS.....	84
5.8.	APRIMORANDO E CONTEXTUALIZANDO OS CONCEITOS.....	86
5.9.	UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ‘FAZEDORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS’	88
5.10	. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
6.	CONCLUSÃO GERAL	91
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
8.	ANEXOS	98

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Comparação de áreas produtoras de café em um intervalo de 10 anos.	21
Figura 2: A tipologia do rural europeu com seus fluxos.	25
Figura 3: AOST: abordagem através das formas de produção.	26
Figura 4: Dimensões teóricas da rede.	28
Figura 5: Portugal, Terra de Trás-os-Montes e o distrito de Bragança.	46
Figura 6: Mapa do estado do Rio de Janeiro com destaque para os municípios de Teresópolis e Nova Friburgo.	58
Figura 7: O Município de Teresópolis e a distribuição dos agricultores membros da AAT entrevistados na região.	66
Figura 8: O Município de Nova Friburgo e a distribuição dos agricultores membros do grupo entrevistados na região.	67
Figura 9: Dimensões teóricas da rede + Laço de Reciprocidade.	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diferenças entre modelos produtivos no campo brasileiro.....13

Quadro 2: Etapas no processo de formação da AAT.....82

1. INTRODUÇÃO GERAL

Para iniciar um estudo que contemple a formação de redes envolvidas com a prática da agricultura orgânica em ambientes de montanha, é importante entender o desdobramento de alguns conceitos e quais significados eles assumiram ao longo dos anos. O desenvolvimento, por exemplo, já esteve ao longo de muitos anos, atrelado ao conceito de crescimento econômico, como sinônimos, vinculados a uma mesma fórmula econômica. No entanto, e principalmente após a década de 1990, esse conceito é ampliado, ganhando novas dimensões. Ele passa também a ser utilizado para determinar o grau de envolvimento das pessoas (desenvolvimento endógeno) em determinado ambiente e como esse envolvimento é capaz de gerar autonomia para a região (desenvolvimento territorial) em termos de geração de renda e de capital social.

Da mesma forma, a agricultura orgânica também ganha novos significados. Muito embora sempre foi uma opção para o exercício da atividade agrícola, sua prática, ao longo dos anos, deixou de ser algo restrito a pequenos grupos de entusiastas e passou a representar mais uma alternativa de atividade econômica no campo. Nesse processo de reconfiguração de conceitos e práticas, desenvolvimento e agricultura orgânica caminharam ‘lado a lado’ nos mais diversos aspectos. A começar pela pesquisa e inovação tecnológica que permitiu uma maior disseminação desse modo de produção e garantiu no campo resultados satisfatórios em termos produtivos e econômicos.

Em seguida temos a combinação da agricultura orgânica com movimentos sociais diversificados. No Brasil, por exemplo, o início da história da agricultura orgânica estava diretamente relacionado ao movimento alternativo de pessoas que buscavam por mais qualidade de vida. A partir de então outros movimentos e denominações, que envolviam a produção não industrial de alimentos, cresceu e ganhou adeptos mudando a realidade de localidades rurais e de pessoas. E é partindo desse ponto de vista que é possível entender outros significados atribuídos ao desenvolvimento e também à agricultura orgânica.

Em virtude dessa capacidade de envolvimento entre pessoas e ações em uma determinada localidade que estrutura-se a pesquisa ora apresentada nessa tese. O foco principal desse estudo é a formação de redes sociais a partir da prática da agricultura orgânica. A formação dessas redes são consideradas movimentos sociais, perceptíveis a partir do olhar da diversidade de aspectos e dimensões que existe em qualquer ambiente. Para tanto são necessárias mudanças de percepção que, antes, eram desconsideradas como partes relevantes ao projeto de desenvolvimento econômico e, agora, ainda que timidamente, começam a fazer parte de estratégias de políticas públicas. Essas mudanças promoveram, em proporções muito pequenas, o início daquilo que José Eli da Veiga denomina de fluxo migratório inverso: quando o homem volta a habitar o campo e a se ocupar da agricultura. É um processo de ocupação do espaço rural por pessoas que buscam, nesse ambiente, uma alternativa de vida, movidas por um ideal e, principalmente, pelo (re)surgimento da agricultura orgânica (VEIGA, 2006).

A concentração de novos grupos habitando ambientes rurais é percebida, dentro das ciências sociais, como um movimento social e que constitui-se a partir do fluxo contínuo de novos atores nesses espaços. Eles configuram-se como mais um ‘tipo’ dentro da população heterogênea que hoje é percebida nos mais diversos espaços destinados à produção rural. É nesse âmbito que introduz-se, nessa pesquisa, a metodologia da Rede Rural. Sua principal característica é auxiliar no entendimento da organização social local, composta por uma diversidade de atores, entre eles os novos habitantes do rural, e que formam entre si uma rede social e técnica. Essa conformação social, que tem a agricultura como uma de suas atividades principais, acaba por proporcionar um novo grau de autonomia e autogestão e é capaz de viabilizar maior desenvolvimento para a região onde eles atuam.

Para além da organização social dos atores, também é possível observar que o local onde as redes se formam também exerce influência na forma como as mesmas vão funcionar, se estruturar. Esses ambientes, frequentemente, estão em locais com maior apelo turístico ou paisagístico, muitas vezes caracterizados como ambientes de montanha. A opção por essas localidades pode estar vinculada a uma série de aspectos sociais, econômicos, geracionais. Todavia, independentemente do motivo que leva os atores a se organizarem nelas, é preciso atentar-se para algumas características que esses ambientes guardam e que podem influenciar nas atividades agrícolas e não agrícolas nessas regiões.

Sendo assim, essa tese traz como principal objeto de investigação: a formação de redes (sociais e técnicas) e a forma como influenciam no desenvolvimento endógeno dos espaços agrícolas em ambientes de montanha. A primeira hipótese elaborada considerou, principalmente, as mudanças significativas ocorridas dentro dos espaços urbano e rural. Procura-se entender como essas mudanças ocorreram e como as relações entre as pessoas foram sendo construídas. Outro fator que pertinente a essa hipótese é em que medida essas transformações sociais e territoriais são percebidas durante o processo de elaboração de políticas públicas mais dirigidas.

Na segunda hipótese considera-se o fato de existirem fatores que contribuam para o surgimento dessas redes, que facilitam a instalação desses atores ao mesmo tempo que tornam a prática da agricultura orgânica uma atividade viável. Esses fatores podem estar relacionados ao processo de construção de políticas públicas específicas ou simplesmente pela força e capacidade de absorção de novos atores pelas redes. Finalmente, na terceira hipótese avalia-se o *locus* onde essas redes serão estudadas: os ambientes de montanha. De que forma esses ambientes exercem influência no tipo de rede que está se formando e na forma como as relações são construídas em cada localidade específica.

Em resumo, essa tese traz um estudo sobre a formação de redes e sua atuação dentro dos espaços rurais. Como forma de aprofundar esse processo, analisa-se quais aspectos facilitam a interação entre atores e seu território e, ao mesmo tempo, contribuem para o desenvolvimento endógeno. No campo teórico das políticas públicas, busca-se entender quais aspectos podem estimular a formação de redes. Sendo assim, entende-se que o esforço compreendido nessa tese procura relacionar as redes, o desenvolvimento e os ambientes de montanha.

Esta pesquisa teve uma etapa desenvolvida em Portugal, junto ao do Instituto Politécnico de Bragança, na cidade de Bragança e a região analisada foi a de Trás-os-Montes. O objetivo dessa etapa foi o de aprofundar o entendimento sobre o segundo pilar da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia, mais especificamente, sobre o incentivo à produção orgânica (biológica). Ademais de entender, dentro do processo de construção, execução e acompanhamento dessa política, quais os pontos específicos que permitem a formação de redes, e como trabalham o conceito de desenvolvimento rural para dar sustentação a todas as variáveis existentes dentro dessa linha de incentivo.

No Brasil, a pesquisa desenvolveu-se na Região Serrana Fluminense, em especial nos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo. Lá, foram utilizados, como exemplos de organização social, diferentes associações e grupos de agricultores que se organizam para a produção de alimentos orgânicos. Na região procuramos observar a forma como as pessoas se organizam e formam suas redes. Como a localidade foi impactada pela atividade da agricultura orgânica e, de que forma, a construção de políticas públicas específicas para o setor (agricultura orgânica) foi capaz de potencializar esse processo.

Ao final, é apresentada uma análise em perspectiva de ambos os países pesquisados, em especial das estruturas utilizadas na construção dessas políticas e qual impacto que gerou para a efetivação e a sustentabilidade das ações que são desenvolvidas.

Esta pesquisa mostra-se relevante ao tratar de entender essa movimentação demográfica e social e garantir a ela espaço necessário para se desenvolver e tornar-se mais uma opção de

atividade econômica. É a partir de experiências já conhecidas e postas em prática em países da América Latina e Europa que se justifica, também, o incentivo à pesquisa local que envolva fatores semelhantes e a possível construção de uma proposta de estímulo ao novo arranjo social que se configura nos mais diversos territórios.

Essa tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro traz uma revisão bibliográfica onde serão tratados os temas principais desse estudo. No segundo capítulo apresentamos o estudo de caso feito na região de Trás-os-Montes, em Portugal. E no terceiro capítulo o estudo de caso realizado na Região Serrana Fluminense, mais especificamente em Teresópolis e Nova Friburgo. No último capítulo apresentamos algumas aproximações entre as teorias propostas, como um aprimoramento da metodologia da Rede Rural e finalizamos com as conclusões gerais.

2. CAPÍTULO I

AGRICULTURA, MONTANHA, REDES E DESENVOLVIMENTO

2.1 RESUMO

Esse capítulo faz uma revisão bibliográfica sobre a relação da agricultura orgânica com o desenvolvimento endógeno em ambientes de montanha. Procuramos entender, a partir do momento da consolidação do modelo industrial de agricultura, como ocorre o surgimento de novas formas de ocupação do espaço agrícola e de que maneira essa inovação impacta no desenvolvimento. Da mesma forma que identificamos a necessidade de repensar o conceito de desenvolvimento, apresentado aqui como algo desvinculado do crescimento econômico, e construído a partir da junção de uma diversidade de dimensões. O espaço rural em questão são os ambientes de montanha, que em decorrência de sua geografia específica, são ao mesmo tempo um local com aptidão para a agricultura orgânica, para o turismo, para a aventura e para o lazer. No entanto, também são espaços mais suscetíveis a desastres ambientais quando ocupados desordenadamente. Assim, apresentamos de forma teórica nesse primeiro capítulo, qual a contribuição da agricultura orgânica para o envolvimento entre atores e ambiente em um território específico e como esse processo pode contribuir com a formação de redes sociais.

Palavras chave: Desenvolvimento endógeno, Agricultura orgânica, Ambientes de montanha, Redes Sociais.

2.2. ABSTRACT

This chapter reviews the relationship between organic agriculture and endogenous development in mountain environments. We attempt to understand, from the moment of the consolidation of the industrial model of agriculture, how the emergence of new forms of occupation of agricultural space occurs and in what way this innovation impacts development. In the same way that we identify the need to rethink the concept of development, presented here as something unrelated to economic growth, and built from the junction of a diversity of dimensions. The rural area in question is the mountain environments, which due to its specific geography, are at the same time a place with capacity for organic agriculture, for tourism, for adventure and for leisure. However, they are also more susceptible to environmental disasters when occupied in disorderly ways. Thus, we present theoretically in this first chapter, what is the contribution of organic agriculture to the involvement between actors and environment in a specific territory and how this process can contribute to the formation of social networks.

Key words: Endogenous development, Organic agriculture, Mountain environments, Social Networks.

2.3. INTRODUÇÃO

Este primeiro capítulo trata de organizar a discussão teórica pertinente aos temas que essa tese apresenta. Aqui, são apresentadas as teorias e os conceitos utilizados para justificar essa abordagem. Os dados empíricos da pesquisa serão apresentados em capítulos separados, principalmente, por se tratar de universos distintos (Brasil e Portugal) cuja comparação não seria a melhor forma de aproveitar as informações coletadas em ambas as localidades. No entanto, as bases teóricas são as mesmas e nos permite olhar ambos os (distintos) territórios de forma a compreender a complexidade desenhada em cada universo pesquisado.

Por se tratar de uma pesquisa sobre agricultura orgânica, mas não necessariamente sobre a produção em si, e sim o que ela representa para o ambiente e para a sociedade, iniciamos o capítulo falando sobre os modelos produtivos industrial e não industrial. Adiante trataremos de explicar melhor as nomenclaturas e as diferenças que existem entre os modelos.

Relacionamos o modo de produção diretamente com o local onde são produzidos e com as pessoas envolvidas no processo, desde o plantio até o consumo. Isso significa dizer que os espaços estudados – Ambientes de Montanha – ganham uma especial atenção neste estudo. Da mesma forma, os atores comprometidos com a produção, distribuição, transformação e consumo de alimentos, isto é, as redes que se formam a partir da convergência de pessoas, atividades, local e saberes.

Muito embora existam distintas formas de enxergar o envolvimento desses atores no ambiente, escolhemos a questão econômica como um ponto chave dentro desse estudo. Buscamos conceitos que demonstram a possibilidade de se falar em desenvolvimento desconectado do crescimento econômico, isto é, nos mostra uma nova forma de pensar os valores das atividades. Como consequência dessa escolha foi preciso encontrar outras definições para o conceito desenvolvimento. Partimos do princípio que considera o envolvimento de diversos atores em ambientes complexos, constituídos por dimensões diferentes e que interagem formando um circuito dotado de uma série de capacidades complementares. Em seguida tratamos de relacionar esse conceito ao fator endógeno e territorial.

Assim, consideramos a base teórica um ponto de convergência importante nessa pesquisa, além do exercício de observar os ambientes com um olhar distinto e perceber suas potencialidades dentro de uma nova concepção de desenvolvimento, ela nos permite aproximar universos com características diferentes mas que se assemelham em sua complexidade e inovação.

2.4. O MODELO CONVENCIONAL VINCULADO A PROCESSOS INDUSTRIAIS

É possível estabelecer as diferenças entre a agricultura industrial e não industrial de diferentes formas. Os principais aspectos ressaltados aqui dizem respeito às diferenças entre os modelos de produção, as condições de posse ou propriedade de terras e das relações de trabalho no campo. Sendo assim, será a partir desses três pontos que serão estabelecidas as diferenças essenciais entre essas duas estratégias gerais de abordagem tecnológica na agricultura.

A utilização do termo agricultura industrial surge em virtude da sua proximidade às indústrias de transformação, a montante ou a jusante de suas operações. Esse modelo estabeleceu um novo padrão tecnológico para a agricultura, cujo objetivo era garantir níveis de desenvolvimento pautados em sociedades capitalistas e industriais. Essas características estão diretamente relacionadas ao processo histórico de como esses modelos foram criados e estabelecidos no Brasil.

A agricultura convencional, principalmente, teve um papel muito importante em todo o processo de modernização e industrialização do país no início do século XX (CASTRO e CASTRO, 2012). Só é possível falar em industrialização ou importação de máquinas no Brasil a partir da exportação em escala do café, por exemplo. É, portanto, uma economia que começou a se desenhar tardiamente, desenvolvendo uma característica de exportadora de bens primários.

Para Mello (1982), a consequência dessa forma de organização da economia brasileira é a forma como foram construídas as relações com as demais nações de economias mais centrais. Estas tendem a aumentar o valor da renda de sua população sem que necessariamente esse aumento acompanhe o valor das importações de produtos agrícolas, impactando as economias periféricas. O argumento utilizado por Mello (1982) em seu artigo para contestar o modelo agroexportador faz referência a uma teoria formulada por Raúl Prebisch¹ em 1949: o que se consome de bens primários fica estacionado em termos de demanda e de valor, por outro lado, a importação de máquinas e tecnologias se valoriza de forma desproporcional. A relação que se estabelece é a necessidade de aumentar gradativamente a quantidade de sacas de café para comprar a mesma máquina.

No início do século XX, porém, o modelo de agricultura praticado no Brasil ainda era pouco moderno. O que significava altos custos com mão de obra por conta da baixa mecanização e tecnificação de suas áreas, apesar da relativa alta produtividade. Após a crise norte-americana de 1930, que impactou diretamente a produção cafeeira no Brasil, a agricultura vai amargar algumas décadas. Foi somente a partir dos anos 1960 que se verificou um processo de modernização no sistema de produção agrícola, influenciado pelo surgimento, no exterior, de indústrias produtoras de insumos e máquinas agrícolas, tudo isso impulsionado pelo período do pós-guerra.

A entrada da força industrial e modernizadora no campo produziu efeitos positivos na economia do ponto de vista macroeconômico, porém, acirrou a marginalização do agricultor que atuava em menor escala. Uma vez que a organização da estrutura produtiva incentivada a partir dos anos 1960 passou a ter como objetivo a produção altamente especializada e com potencial de produção em escala. As consequências desse processo são: concentração de posse

¹ Raul Prebisch também foi um dos pensadores que contribuiu para o surgimento da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina. A instituição foi importante para o contexto econômico dos países que faziam parte dessa comissão por discutir e pensar um modelo de desenvolvimento para os países da América Latina e América Central. O conjunto de pensadores que compunham a Escola Cepalina chamavam a atenção para as deficiências do modelo de industrialização com base na importação de tecnologias e exportação de matéria prima. Também faziam críticas à forma como o Estado atuava dentro dos processos de desenvolvimento da economia interna, segundo os autores vinculados a visão cepalina, essa forma de atuação causou certa atrofia do setor privado (não tinham capacidade de fazer investimentos) e sobrecarregou a máquina pública que eventualmente veio a sofrer as consequências com a crise norte americana dos anos 1970 (SANDRONI, 1999).

da terra, surgimento da figura do grande empresário agrícola e dos investidores capitalistas e a marginalização de grande parte dos agricultores brasileiros que não acompanharam esse processo de modernização.

Para Delfim Neto (2005), o modelo de agricultura praticado no Brasil não apresentava resultados satisfatórios porque estava sendo feito de forma equivocada. Segundo o autor, foi a partir da década de 1960, quando houve de fato investimento no setor agroexportador, que teve início a fase de maior êxito da agricultura no Brasil. Esses investimentos estavam atrelados à mudança do modelo produtivo com utilização de máquinas e insumos agrícolas e com o apoio cambial à exportação. Segundo o mesmo autor, o período entre 1964 e 1973 foram anos de Reforma, Crescimento e Equilíbrio. A partir deste período, os planos nacionais de desenvolvimento passaram a considerar, entre outros aspectos, ações voltadas à modernização da agricultura e procuraram incentivar, ainda mais, seu potencial exportador. A concessão de crédito, para a produção e aquisição de produtos industriais, e as manobras cambiais, para auxiliar a exportação de produtos primários, foram as grandes manobras do governo federal na época (GONÇALVES NETO, 1997). Ocorreu, então, o que Kageyama e Graziano da Silva (1987) chamaram de modernização conservadora da agricultura.

Para os autores, é nesse momento que ocorreu a mudança na base técnica da produção, quando ela deixa de integrar o complexo rural, iniciado a partir de 1850, e passa a se modernizar, entre 1945 e 1960. A partir de então, o setor agrícola brasileiro aproximou-se gradativamente dos processos industriais, seja na produção e processamento de alimentos seja na forte dependência de insumos. Mas é apenas a partir de 1975 que é possível falar em complexo agroindustrial, ou seja, na junção da modernização dos processos produtivos com um sistema industrial de funcionamento. O complexo rural dependia do mercado externo apenas para vender sua produção. Já o complexo agroindustrial é cada vez mais dependente do mercado externo para importação de tecnologias, além, é claro, para a exportação de sua produção. (KAGEYAMA e GRAZIANO DA SILVA, 1987).

A mudança no modelo de produção representou para o país acesso a novas tecnologias de produção, novos maquinários, maior produtividade e acesso a inovações no campo da pesquisa também. O principal produto agroexportador, o café, cedeu lugar a outros gêneros alimentícios como o açúcar e seus derivados e, posteriormente, à carne (bovina e aves). Os grãos entraram em nosso portfólio apenas a partir da década de 1990. Entretanto, era um modelo extremamente dependente de insumos industriais, essenciais ao processo produtivo e considerados indicadores de modernização da agricultura, já que demonstrava a relação de proximidade entre os setores agrícolas e industrial.

Nesse processo de industrialização da agricultura brasileira, Kageyama e Graziano da Silva (1987) observam que o último elemento a fazer parte dos complexos agroindustriais (CAIs) foi o componente financeiro, ou seja, a ingerência do sistema financeiro no campo. Ele está presente na forma de créditos rurais, principalmente, que permitem financiar o alto consumo de insumos e maquinário. Da mesma forma que transformou a propriedade da terra em negócio (quanto mais terra mais capital). As relações de trabalho se tornaram mais parecidas com a divisão de setores das indústrias: trabalhadores assalariados, especialistas e que não participavam de todos os processos produtivos.

Dentro do período denominado de complexo rural pelos autores, a divisão de trabalho era insipiente, os trabalhadores desenvolviam diversas atividades dentro da propriedade. E, à medida que a agricultura passa a se integrar com a indústria e se transformar em um complexo agroindustrial, a divisão de trabalho torna-se determinante na caracterização e no sucesso dessa modernização e, posteriormente, industrialização do setor.

Todo o processo de modernização e industrialização da agricultura com a transformação de complexos rurais em complexos agroindustriais só foi possível graças às políticas de financiamento e apoio ao setor implantadas, em grande medida, durante a década de 1960.

Assim, é possível concluir, a partir desse breve apanhado histórico, que existiu um modelo de produção agrícola que se convencionou mais adequado para contribuir para o crescimento da economia do país e que, por esse motivo, foi fortemente apoiado e financiado pelo governo federal.

Segundo Schumacher (1983) “tendemos a conceber o desenvolvimento em termos de criação e não em termos de evolução” e, dessa forma, inicia-se uma grande confusão entre os mais diversos papéis distribuídos entre aqueles que são os responsáveis pela formulação de políticas e planos dentro do Estado. Todos os planejamentos levados a cabo pelo Estado tinham como objetivo a promoção do crescimento econômico da nação e, para tanto, procuraram incentivar setores estratégicos dentro das capacidades e oportunidades que eram enxergadas em cada época.

No entanto, esse modelo de produção agrícola convencionado como ‘padrão ideal ao crescimento e abastecimento da nação’ começa a ser questionado. A primeira questão levantada é relacionada ao uso abusivo de recursos naturais, especialmente para a produção de insumos em escala industrial, as consequências da utilização maciça de insumos no solo, na água e no ar, e a supressão de vegetação nativa para a prática agrícola. Em seguida os questionamentos foram dirigidos a saúde das pessoas que trabalhavam no campo, seja pelo contato direto com produtos altamente tóxicos, muitas vezes agravada pelas condições precárias de trabalho. E por fim, inicia-se um questionamento em escala mundial sobre a saúde das pessoas que estavam consumindo esses alimentos produzidos dentro desse modelo operado em ‘escala industrial’.

E é então, do ponto de vista das correntes alternativas ao modelo convencionado como ideal para a produção agrícola, que se cunha o termo Agricultura Industrial. Uma vez que é uma forma de produção vinculada às indústrias de transformação, que organiza sua força de trabalho dentro dos mesmo moldes e que possui um produto final (valores e custo de produção) pautado em uma economia de escala.

2.5. O MODELO DE AGRICULTURA NÃO INDUSTRIAL VINCULADO A FENÔMENOS NATURAIS

A agricultura não industrial significa uma oposição à estratégia convencional adotada. Esse termo foi cunhado no âmbito das diversas correntes da agricultura não industrial: orgânica, biológica, natural biodinâmica, etc. No Brasil, essas correntes são entendidas de forma geral como agricultura orgânica, e estabelecido pela Lei nº 10.831/2003 da seguinte forma:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003)².

Contudo, neste texto, será utilizado apenas o termo ‘agricultura orgânica’ por representar um conjunto de opções ao modelo convencional de produção de alimentos. Longe de ser inovadora, essa alternativa ao modelo industrial mostra-se mais como um resgate de práticas (para alguns um resgate cultural) misturadas a novos conceitos e percepções da natureza. O modelo de produção em questão apresenta-se como alternativa não industrial a base tecnológica da agricultura, para isso, procura mesclar o resgate de práticas vinculadas ao conhecimento tradicional de produção rural – baseado no conhecimento empírico de agricultores - ao conhecimento acadêmico, como base para a inovação.

No Brasil, as primeiras iniciativas vinculadas a agricultura orgânica remontam a década de 1970, quando o modelo convencional de produção estava no auge de seu processo de agroindustrialização. Esse resgate relaciona-se ao fato de que os precursores do movimento, muito influenciados pelo pensamento europeu, principalmente, perceberam as consequências negativas da modernização agrícola em larga escala (BRANDEMBURG, 2005; CARNEIRO, 1998; VEIGA, 2001).

A agricultura orgânica apresenta-se como contraponto a um modelo altamente industrializado que adquire traços cada vez menos produtivistas. É um modelo que aparece, primeiramente, como um resgate de formas tradicionais de cultivo, postos à parte de todo o processo de modernização. E, em seguida, esse movimento torna-se também uma alternativa à intensa utilização de produtos de origem sintética, por representarem riscos ao ambiente natural e à saúde dos trabalhadores rurais.

Do ponto de vista das ciências sociais, as formas de agricultura não industrial representam uma ameaça ao que Guiddens et al (1997) denomina “tradição moderna de valores”, pois questionam o modelo que se convencionou como promotor do desenvolvimento, do progresso e do crescimento econômico. As atitudes e os comportamentos que surgem no ambiente rural, em contraposição ao modo de produção convencional, são entendidos como questionamentos em relação ao funcionamento da sociedade. Tem-se, dessa forma, a configuração de manifestações sociais que, além de questionar os valores da sociedade atual, também vão representar o modo como os indivíduos estabelecem as relações entre si e com o ambiente em que vivem, uma vez que estão relacionadas aos valores culturais dos grupos.

² Informações pertinentes ao surgimento da agricultura orgânica e ao sistema de verificação da conformidade da produção no Brasil e em Portugal serão tratadas nos capítulos destinados aos estudos de caso de cada localidade.

Importante ressaltar, nesse ponto da história, que não são apenas os movimentos por uma agricultura não industrial que são verificados durante esse período questionando as mudanças no ambiente rural. Ocorrem também, e com muito mais intensidade, movimentos sociais formados por trabalhadores rurais expulsos de suas terras e colocados à parte de todo o processo de modernização no campo. Esses atores, nesse momento, brigam por um espaço onde possam produzir, uma vez que não estão aptos ou não querem ir para os grandes centros engrossar o movimento de industrialização da economia nacional. A importância desses movimentos sociais está vinculada ao surgimento de toda uma estrutura institucional que reconhece o movimento e estabelece uma categoria específica para o ambiente rural brasileiro: a categoria de agricultor familiar.

Contudo, para além de reconhecer a importância da agricultura familiar na produção de alimentos e da organização social alcançada por eles e que resultou em uma conformação política, até certo ponto, estável e segura de seus direitos, a intenção desse estudo é a discussão sobre o modelo de produção orgânico e sua contribuição para o desenvolvimento territorial e endógeno, seja através das possibilidades mercadológicas vinculadas a esse modelo ou a sua capacidade de atrair novos atores para o espaço rural. Em decorrência do exposto não aprofundaremos a discussão sobre a importância dos movimentos sociais e da agricultura familiar.

É então, a partir da década de 1970, que tem início o processo de diferenciação (de oposição e dualidade) entre o modelo industrial que se convencionou como padrão para o desenvolvimento agrícola no país e a alternativa a esse, a agricultura orgânica, tida então muitas vezes como atrasada e improdutiva. A polarização entre moderno e atrasado, só diminuiu a partir da década de 1990, quando há maior disseminação desse modelo produtivo com maior número de experiências, do apoio de políticas públicas e da comprovação de sua eficiência produtiva reconhecida pelo meio acadêmico. Ocorre então um movimento de institucionalização da agricultura orgânica, agora não mais tido como um atraso para a sociedade, e sim como uma alternativa produtiva, e que culmina com a Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003, a Lei da Agricultura Orgânica.

As bases do modelo produtivo para uma agricultura não industrial estão fundadas nos recursos que a própria unidade produtiva é capaz de suportar e produzir. Para autores como Costabeber e Caporal (2003), Gliessman (2001) entre outros, e para a Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária (EMBRAPA, 2006), essas bases estão fundadas no conhecimento de agricultores, técnicos e pesquisadores; na importância das funções ecológicas do ambiente produtivo, isto é, na importância das áreas de mata, dos animais e insetos, das plantas espontâneas; na qualidade da água utilizada para o manejo da propriedade e nas relações de trabalho que são construídas.

Nesse modelo, prevalecem o tamanho reduzido das propriedades e o número reduzido de trabalhadores. Apesar disso, o valor das terras ainda representa um grande desafio dentro desse modelo de produção, seja pelo valor abusivo das terras seja pela pressão imobiliária do turismo ou da especulação financeira de ativos, ou ainda da pressão exercida pela agricultura convencional em seus processos de expansão produtiva. Essa questão sobre a valorização das terras pode estar vinculada à fertilidade dos solos, fácil mecanização da produção, proximidade de grandes centros distribuidores ou questões turísticas.

O modo de produção agrícola não industrial ajuda a promover uma ocupação dos espaços rurais de forma a garantir a continuidade da atividade agrícola e cultural dos atores envolvidos. Representa maior autonomia para aos agricultores ao permitir uma menor subordinação ao setor industrial para a compra de insumos e máquinas ou para a venda de sua produção. Mas vai exigir, contudo, uma grande capacidade de gestão social de seus processos.

Abaixo, é possível verificar no Quadro 1, de uma forma mais sucinta, as diferenças encontradas entre os dois modelos de agricultura expostos nesse item e no anterior. A função

desse quadro é a de resumir e apresentar de forma mais clara onde estão essas diferenças dentro dos três aspectos aprofundados: modelo produtivo, relações sociais e de trabalho e relação com a terra.

Quadro 1: Diferenças entre modelos produtivos no campo brasileiro.

	Agricultura convencional ou industrializada	Agricultura não industrial
Modelo produtivo	Subordinado à indústria em algum ponto da cadeia produtiva; altamente mecanizado e produtivo; conhecimento técnico e específico na mão dos técnicos e das empresas vendedoras de máquinas e insumos; dependente da utilização de agrotóxicos e adubos sintéticos; baseado em economia de escala.	Pouco depende do processo industrial em qualquer ponto de sua cadeia produtiva; conhecimento técnico e específico mais próximo dos agricultores; dependente dos recursos naturais da propriedade; produção diversificada para mercados de proximidade.
Relações sociais e de trabalho	Trabalhadores assalariados; não fazem parte dos processos decisórios relativos à produção; unidade produtiva é apenas o local de trabalho.	Trabalhadores assalariados, parceiros ou meeiros; maior capacidade de participação nos processos decisórios dentro da propriedade; unidade produtiva também como local de moradia.
Relação com a terra	A unidade produtiva é um capital ativo.	A unidade produtiva é vista como um organismo vivo que é determinante para o processo produtivo.

Fonte: Elaborado pela autora.

A escolha desses três parâmetros para compor a análise de diferenciação dos modelos ocorreu em virtude da facilidade que existe em trabalhar essas diferenças. O modelo produtivo, a forma como são organizadas as relações sociais e de trabalho e a relação do homem com a terra, dentro desses dois modelos, já possuem uma diferenciação muito clara. No entanto existem outros pontos que podem ser utilizados para essa análise mas que necessitariam de um aprofundamento maior. Um exemplo que é possível nesse caso são os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento. Ambos estão presentes nos dois modelos de agricultura ora apresentadas, no entanto, eles podem assumir significados distintos dependendo da definição ou do conceito em que foram pautados.

Assim, discutiremos a seguir quais concepções de sustentabilidade e de desenvolvimento podem estar vinculadas aos dois modelos produtivos apresentados.

2.6. SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

O conceito de sustentabilidade pode estar vinculado a uma série de situações, a mais comum delas é quando mencionamos a questão ambiental. No entanto, o uso desse conceito, bem como de seus ‘múltiplos’ significados, já evoluiu muito desde sua institucionalização no início dos anos 1980. Atualmente é possível falar em sustentabilidade empresarial, econômica, ambiental, entre outros, a principal ideia por trás desse conceito é a da continuidade, da sustentação de uma atividade por um prazo específico. Partindo dessa premissa é possível identificar uma capacidade de transversalidade desse conceito, uma vez que consegue ser utilizado nas mais diversas situações.

Contudo, a discussão principal sobre as diferentes formas de utilização do conceito de sustentabilidade está associada ao tipo de continuidade e a qual custo. Para Soninnino et al (2008), a principal questão que envolvia a discussão sobre sustentabilidade no início da década de 1980, era pensar o crescimento econômico alinhado à capacidade de recursos disponíveis no ambiente natural para sustentar esse crescimento. Os pesquisadores complementam que a evolução desse conceito inclui o fator social, isso significa dizer que, economia, ambiente natural e atores criam uma relação de interdependência dentro do ambiente em que vivem com o objetivo de alcançar uma sociedade viável em termos econômicos, sociais e ambientais.

Para Caporal e Costabeber (2002), as questões ecológicas, sociais e econômicas são parte daquilo que eles definem como a primeira dimensão da sustentabilidade. Os autores defendem que a sustentabilidade, quando pensada em relação ao sistema agrícola em si e sua capacidade de se tornar viável e produtivo a longo prazo, apresenta três dimensões. A primeira, já mencionada no parágrafo anterior, considera o ambiente, as pessoas e economia. A segunda dimensão é composta pela questão política e cultural e uma última dimensão constituída pela ética³. Os autores não deixam de agregar o fator social e humano na sua definição de sustentabilidade, no entanto, acrescentam a esse fator amplitudes mais abstratas dos atores e que vão ficar cada vez mais necessárias à medida em que se caminha para um sistema de produção de alimentos interconectada com outras dimensões da própria sociedade.

Na agricultura a sustentabilidade ambiental é um fator de extrema importância para a continuidade da atividade agrícola, ainda que existam na atualidade uma série de recursos tecnológicos capazes de ‘driblar’ algumas deficiências ou incompatibilidades, a questão ambiental mostrou-se essencial para o estabelecimento de uma atividade a longo prazo. Em um modelo industrial a sustentabilidade da atividade (ou a sua continuidade a longo prazo) significa a manutenção de uma atividade que consiga corresponder as necessidades impostas pelo próprio modelo industrial. O valor da mão de obra, da mercadoria produzida e da terra onde é feita a produção obedece uma lógica macroeconômica pré-estabelecida, ou seja, características específicas tendem a ser irrelevantes ou simplesmente ‘adaptadas’ (no sentido de corrigidas) para que se consiga chegar ao resultado esperado.

Na atualidade, o ambiente natural dentro da lógica industrial, passa de obstáculo (algo que precisava ser superado) à bem de consumo, e a questão social, apesar de algumas mudanças dentro do contexto trabalhista, ainda representa relações assimétricas e cada vez mais restritas

³ Importante ressaltar que essa definição de sustentabilidade proposta pelos autores foi feita para explicar o processo de conversão de agroecossistemas em modelos que respeitassem os conceitos da Agroecologia. Para tanto os autores fazem questão de definir o que para eles significa Agroecologia e em que termos deve ser empregado: “A Agroecologia proporciona as bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos de agricultura sustentável, levando-se em conta o objetivo de produzir quantidades adequadas de alimentos de elevada qualidade biológica para toda a sociedade” (CAPORAL e COSTABEBER, 2002:80). Ainda sobre esse mesma questão Assis e Romero (2002), além de reforçar o surgimento da Agroecologia como ciência para o estabelecimentos de bases teóricas para uma agricultura em bases sustentáveis, eles também procuram diferenciar Agroecologia e Agricultura Orgânica, considerando a segunda como um modo de produção e podendo ou não estar alinhado com os conceitos da Agroecologia.

e dependentes de maquinário e tecnologia (SONINNO et al, 2008). Assim, a sustentabilidade que se desenha dentro desse modelo produtivo leva em consideração, principalmente, os fatores econômicos de produção afim de enquadrar custos e resultados dentro de uma lógica matemática que responde a uma máxima eficiência produtiva e econômica. A importância que o ambiente natural ganha é transformada em custo final repassado ao consumidor.

Dentro da lógica da agricultura não industrial o conceito de sustentabilidade é um dos pilares sob os quais esse modelo se fundamenta e se desenvolve, podendo, inclusive, ser utilizado como indicador da atividade em processos de transição de um modelo industrial para o não industrial (CAPORAL E COSTABEBER, 2002). Um ambiente natural equilibrado é condição inerente para o sucesso de qualquer modelo agrícola que se desenvolva sob bases sustentáveis, isso significa dizer que o ambiente onde esse modelo está inserido possui capacidade de se regenerar, e pode fornecer subsídios para a continuidade da atividade agrícola a médio e longo prazo. A sustentabilidade quando vinculada ao ambiente natural vai estar dependente da ação humana, não para transformá-la, mas sim para entendê-la e agir de acordo com sua ecologia, sem extrair mais do que o sistema pode prover e sem fornecer mais nutrientes do que a fauna e flora local podem absorver. Agindo dessa forma, os atores envolvidos nesse modelo de produção garantirão também a sustentabilidade da atividade agrícola e das relações de trabalho criadas em função dela.

É nesse momento específico que Agricultura Orgânica e Agroecologia podem ser aproximados sem que se incorra em um erro muito comum: o de confundir esses dois conceitos. Enquanto o primeiro vai tratar de olhar apenas o modelo produtivo e todas as questões técnicas envolvidas nele. O segundo conceito trata de compor a base teórica para a Agricultura Orgânica e tantas outras práticas agrícolas em bases sustentáveis (ASSIS e ROMEIRO, 2002). Além de abarcar uma série de questões sociais, políticas e culturais que vai além de um modelo produtivo. Assim, a prática da Agricultura Orgânica em bases agroecológicas pode-se constituir em uma atividade sustentável desde que respeite as mais diversas dimensões da sustentabilidade ou, ainda que olhe para o ambiente de forma holística, respeitando questões ecológicas, sociais, culturais, econômicas, entre outras (CAPORAL e COSTABEBER, 2002; ASSIS e ROMEIRO, 2002).

O outro conceito amplamente utilizado na agricultura como indicador de seu sucesso é o conceito de desenvolvimento. Da mesma forma que a sustentabilidade, esse conceito traz uma infinidade de significados e combinações. Ora atrelado ao crescimento econômico, ora vinculado ao grau de interação social, desenvolvimento de maneira geral significa a capacidade de envolvimento (entre pessoas), de progresso (de um projeto, de um estudo), de crescimento (econômico, partes do corpo, partes de uma planta). Contudo, nos resta definir nesse estudo a qual desenvolvimento nos referimos. Na atualidade, o desdobramento do conceito de desenvolvimento traz duas concepções: uma que entende esse processo como algo que se está construindo a partir das experiências locais e outra que também procura entender os processos sociais de inclusão, participação e geração de renda (PLOEG e MARSDEN, 2008).

Ploeg e Marsden (2008), trabalham o conceito de desenvolvimento rural, especificamente. O grupo de pesquisadores envolvidos nesse estudo e que culminou com a concepção da metodologia de análise de redes chamada Rede Rural (*Rural Web* em inglês) viu a necessidade de se trabalhar um novo conceito de desenvolvimento rural para que fosse possível mudar a forma de olhar o espaço onde estavam desenvolvendo suas pesquisas. A partir de uma análise mais aprofundada do trabalho dos autores, foi possível entender que mais abrangente e inclusivo que rural são os termos territorial e endógeno, uma vez que a Rede Rural trata de entender as interconexões entre pessoas de diversas localidades em torno da agricultura.

É nesse ponto que vai sumindo, pouco a pouco, as fronteiras entre rural e urbano e surgindo o conceito de território. Conceito emprestado da geografia, o território traz por definição a noção de fronteiras maleáveis, construídas e desconstruídas de acordo com a

configuração social (HAESBAERTE e TRAMONTANI, 2004). Tratar do desenvolvimento territorial sugere uma maior amplitude ao conceito de desenvolvimento rural, isso significa dizer que o espaço em questão é composto por outros componentes além daquele puramente agrícola (CUNHA, 2000).

O desenvolvimento endógeno, vai significar a capacidade dos atores envolvidos em gerar autonomia para a localidade onde estão inseridos a partir de recursos locais, e do desenvolvimento de suas próprias capacidades e interesses. Para Oostindie et al (2008) a definição de endogeneidade está pautada em dois conceitos chaves: recursos locais e controle local.

O recurso local não está apenas restrito aquilo que o ambiente natural pode fornecer como água, luz, solo. Recursos locais também podem significar produtos locais, ou práticas culturais, e por isso a questão do controle sobre os recursos locais é tão importante quando tratamos do conceito de endogeneidade. O controle local vai determinar de que maneira esses recursos estão sendo utilizados e como contribuem na geração de autonomia para a localidade. No entanto, ao focalizarmos o território como um local onde ocorre o encontro de atores das mais diversas localidades e com saberes diferentes, a amplitude dos recursos locais pode ser potencializada.

Oostindie et al (2008), relacionam o endógeno ao global e ao multinacional. Eles falam que algo pode facilmente se tornar globalizado, reconhecido mundialmente. No entanto, e dependendo da forma como os recursos locais são geridos, é possível ter esse reconhecimento global/mundial, sem que se perca suas características de origem e com o devido reconhecimento do trabalho dos atores envolvidos no produto em questão. Portanto, a endogeneidade deve estar sempre relacionada ao capital territorial e social⁴ de um determinado espaço e vai depender muito da capacidade dos atores em se envolver em rede, para que consigam manter sua autonomia e desenvolvimento, sem que percam suas especificidades.

A partir desse ponto de vista, falar em desenvolvimento territorial e endógeno vai significar então tratar da forma com que as pessoas envolvidas em um determinado território consigam se organizar em sociedade e dar valor aquilo que consigam produzir a partir da combinação das mais diversas capacidades naturais e intelectuais.

No âmbito da agricultura industrial essa percepção pode ter um aspecto muito local e minimalista, uma vez que é um modelo de produção pautado em uma economia de escala e, dessa forma, sua organização social e econômica está toda baseada em recursos exógenos ao ambiente onde está inserido. Questões como recursos locais (naturais e intelectuais) dão lugar a recursos globais (conhecimento, tecnologia e insumos agrícolas) e perdem especificidade, e demais qualidades que dariam àquele processo algum outro valor além daquele já pré-determinado por uma economia globalizada.

A definição de desenvolvimento territorial endógeno, quando pensada a partir desse modelo de organização social, poderia adquirir o significado de promover localmente maior crescimento econômico para a localidade onde a empresa ou o grupo comercial está inserida, a partir da quantidade de empregos que pode gerar, e do aumento de renda que poderia proporcionar aos seus funcionários. No entanto, é uma definição que seria contraditória aos conceitos expostos nos parágrafos anteriores, uma vez que a principal necessidade de repensar o conceito de desenvolvimento era a de vinculá-lo exclusivamente a noção de crescimento econômico.

⁴ O capital social seria, nesse sentido, o resultado de articulações bem sucedidas entre cidadãos, Estado e economia (Fonseca, 2014). Para a autora, o capital social também pode ser entendido como algo inerente à organização social, isto é, um determinado grupo já nasce com ele e o aperfeiçoa com o tempo. Segundo Ventura et al (2008) o conceito de capital territorial está relacionado a interconexão de diversas dimensões dentro de uma rede. Ambos os conceitos serão melhor aprofundados ao final desse capítulo.

Dessa forma, no contexto dessa pesquisa, trabalhamos com o pressuposto de que uma sociedade vinculada a modelos industriais de agricultura não alcança níveis de desenvolvimento territorial e endógeno, capazes de promover autonomia social e econômica dos atores envolvidos e do território onde estes estão inseridos. É um modelo produtivo que adota uma visão urbana da produção rural, procurando aproximar o funcionamento de grandes centros urbanizados do funcionamento de regiões produtivas (MOREIRA, 2005). É um processo que procura uniformizar não só as paisagens como as relações sociais.

Em contrapartida, em áreas onde prevalece o modelo não industrial da agricultura o conceito de desenvolvimento territorial endógeno torna-se pertinente por valorizar a interação entre os atores, a autonomia de agricultores e sua capacidade de formar redes de contatos por meio de cooperativas, associações, grupos de consumidores, entre outras organizações sociais que contribuam para o fortalecimento territorial desses modelos. É um modelo que, apesar de representar menores unidades produtivas, com menor capacidade de geração de emprego local, permite/exige a convivência com atores diversos (para além de agricultores), facilita o trabalho cooperativo e valoriza recursos locais.

Assim, ressaltamos a importância de modelos não industriais de agricultura para a ocupação dos espaços de produção rural exatamente por entender que são modelos que aceitam a maleabilidade das fronteiras e permitem a junção de capacidades diferentes por um mesmo propósito.

2.7 AMBIENTES DE MONTANHA

2.7.1. Agricultura de montanha

Relacionar agricultura e ambientes de montanha a partir de uma lógica industrial, sempre foi uma tarefa complexa. Seja pelo ponto de vista da mecanização, que torna a atividade inviável, seja pela questão da produção em escala, que dependendo do produto final, é inviável nesses ambientes, retomando a discussão do item anterior onde ressaltamos a importância, para esse modelo produtivo, da produção em escala e de seu lastro em uma economia mundial.

No entanto, montanhas (no Brasil e no resto do Mundo) sempre estiveram ocupadas com os mais diversos tipos de atividades. A partir da lógica da formação de sociedades, a ocupação de ambientes ‘geograficamente recortados’ sempre foi uma estratégia, ora pela proximidade de recursos naturais, ora pela proteção que as montanhas fornecem, ora por seu isolamento, enfim, é possível encontrar uma grande variedade de justificativas que explicam o surgimento de sociedades nos mais diversos ambientes de montanha. E é exatamente por existir sociedades, ou pequenas comunidades, que é possível afirmar que a agricultura sempre esteve presente nessas localidades.

No entanto, a partir do momento em que falamos em sociedades maiores que utilizam a agricultura como meio de vida e, a partir dela, se sustentam e abastecem aglomerados ainda maiores, é preciso atentar para o processo através do qual essa atividade está sendo desenvolvida. Analisar a situação por meio desse ponto de vista é importante para justificar a discussão sobre ambientes de montanha, os modelos alternativos de ocupação do território, bem como de políticas públicas específicas que incorporem todas essas variáveis (fator humano, ambiental, econômico, cultural, ético).

No início do século XX, falava-se em uma tradição histórica brasileira de produção de *commodities* e matéria-prima para exportação, atualmente, ainda é possível visualizar a produção rural brasileira voltada ao mercado externo. Há porém uma mudança de foco, ainda que em menor proporção, em relação ao abastecimento do mercado interno. Normalmente, a produção para exportação está focada em *commodities* como soja, milho, carne e açúcar, para citar os principais. Já a produção voltada para o mercado interno, além das principais *commodities*, também apresenta uma grande variedade de alimentos.

No entanto, não é apenas o tipo de mercado – externo ou interno – que influencia a forma como se produz, é também o tamanho de cada área, a região onde se trabalha e a aptidão desses espaços para a produção agrícola. Até meados dos anos 1960, a visão ‘comum’ que se tinha do ambiente natural era a de um espaço disponível para a exploração do homem, dada a sua riqueza e diversidade. Da mesma forma que a produção rural também tinha como objetivo a produção em grande escala e a exportação. Essa forma de enxergar o ambiente natural e o trabalho no campo começou a sofrer mudanças no início da década de 1970 e vem mudando desde então.

A introdução de técnicas modernas de cultivo, o surgimento de movimentos sociais, o conceito de sustentabilidade atrelado à conservação do ambiente natural, são fatores que impactaram na forma como os espaços montanhosos vão ser utilizados (e transformados) pelas pessoas. Em estudo feito por Grisel e Assis (2012) no município de Nova Friburgo (região serrana fluminense) relatam que a ocupação naquela região data do início do século XIX. Mas foi somente após a década de 1960, com a mudança na base tecnológica de produção rural e a introdução das metodologias propostas pela Revolução Verde, que ela intensificou-se. O número de agricultores aumentou e, com eles, o volume e a variedade produzidos também.

Os autores afirmam que as técnicas utilizadas localmente, durante a década de 1960, ainda contavam com longos períodos de pousio dos solos e com a derrubada e queima de pequenas áreas florestais para retomar a fertilidades das áreas. Vale lembrar que estas são as

mesmas técnicas utilizadas por agricultores no Brasil desde o período pré-colonial, mas que foram abandonadas por agricultores locais com a introdução de novas técnicas da agricultura industrial (GRISEL e ASSIS, 2012).

Hoje já não é possível longos períodos de pousio, muito menos a prática da queimada. Entretanto, é possível perceber que o impacto da mudança não abrange apenas o tipo de prática de cultivo adotada, ele abarca a forma como os agricultores organizam suas unidades de produção e como planejam sua inserção no mercado. A grande justificativa para tantas mudanças sempre diz respeito à necessidade de responder a uma pressão mercadológica de entrega de alimentos. Mas dentro desse mesmo espaço há configurações diferentes de grupos produtivos que diferem desde o modelo produtivo empregado na produção de alimentos até a localização e estrutura das unidades de trabalho (GRISEL e ASSIS, 2012).

A ocupação agrícola, em qualquer ambiente, vai impactar diretamente na ecologia do local mas, principalmente nos espaços montanhosos, face as fragilidades inerentes, a gestão ambiental adequada é fundamental, ou seja, a forma como são consumidos os recursos locais; a forma como são geridos os resíduos produzidos; a forma como estão organizadas as moradias, etc. Todas essas questões, além de representar aspectos complexos de uma sociedade, estão passíveis de serem objeto de acidentes desastrosos. Desde a superaglomeração de pessoas e as doenças que uma falta de saneamento podem causar até desastres ambientais, já vivenciados em ambientes urbanos e rurais. Esses desastres estão relacionados, em parte, a condições climáticas e cíclicas do planeta, mas suas consequências nos ambientes de montanha podem se tornar mais ou menos desastrosas, dependendo da forma como esse locais são geridos.

Nesse sentido a ocupação de ambientes de montanha com atividade agrícola não está apenas determinada a uma adequação do ambiente à uma atividade específica, mas sim das pessoas que ocupam esses espaços e qual modelo escolhem para isso. Sendo assim, consideramos nesse estudo os agricultores de uma forma mais genérica, sem especificar a qual categoria pertencem. Estes atores podem ser novos ou não no campo, mas é muito importante considerar dentro desta definição a mudança de paradigma que representam na forma como enxergam o espaço rural e suas potencialidades.

2.7.2 Ambientes de montanha e mudanças climáticas

O ambiente de montanha pode ser visto de uma série de enfoques: desde o ponto de vista mais técnico e geográfico, que vai olhar formações, altitude, inclinação, seu papel dentro do ecossistema, espécies da fauna e da flora endêmicas seja pela altitude, rocha ou clima, a função que possuem dentro de uma cadeia de montanhas e para as cidades mais próximas como produtora de água e reguladora do clima. Existe o aspecto agrônômico que vê em ambientes montanhosos climas mais amenos, uma maior preservação das funções ecológicas dos sistemas que influencia diretamente o aparecimento de pragas ou doenças nos cultivos, apesar da dificuldade em lidar com o fator relevo e declividade. Há também, contudo, aqueles que enxergam as montanhas a partir de um ponto de vista mais espiritual; como sinônimo de esporte de aventura; como um exílio; ou como seu lar apenas.

Todos os fatores apresentados acima tornam-se atrativos para uma diversidade muito grande de pessoas, desde agricultores que buscam um modelo alternativo de produção de alimentos, até aqueles que procuram nas montanhas um lugar para desenvolver novos negócios, para lazer, para consumo de alimentos saudáveis, etc. Esses espaços passam a desempenhar funções variadas, a de contribuir para: o desenvolvimento social, político e cultural; aumento de renda e autonomia dos empreendimentos locais; e maior resiliência de ambientes naturais.

Essas características corresponde aquilo que Bonnal e Maluf (2007) e Sabourin (2009) vão chamar de multifuncionalidade do espaço rural⁵.

Essa nova forma de perceber os ambientes resulta em uma reconfiguração dos espaços e merece uma atenção especial, notadamente em regiões montanhosas, a fim de evitar ocupação desordenada e proteger recursos naturais provenientes de cada localidade. Nesse sentido é importante salientar a vulnerabilidade dos ambientes de montanha e os impactos que podem ser sentidos nessas localidades a partir dos efeitos das mudanças no clima do planeta.

O debate sobre as mudanças climáticas no planeta – transformações no clima do planeta de forma significativa e persistente durante um longo período – tomou forma após a conferência de Estocolmo em 1972, na Suécia. Todavia, a percepção mais efetiva dos efeitos dessas mudanças deu-se no início da década de 1980, segundo Rivarola e Vinocur (2012). Os autores classificam essas mudanças em três tipos: (i) movimentos astronômicos; (ii) fatores geológicos de movimentação de placas tectônicas e consequente emissão de gases; e (iii) movimentos antrópicos produzidos a partir da ação do homem sobre o planeta (RIVAROLA e VINOCUR, 2012).

É possível classificar as principais mudanças climáticas com base em variações de temperatura e pluviosidade, particularmente quando considerado apenas o Brasil, que possui quase 100% de seu território em zonas tropicais e subtropicais (PINTO et al, 2003). Mas são os movimentos antrópicos aqueles que representam maior periculosidade devido à velocidade com que ocorrem. Segundo Pinto et al (2003), grande parte dos efeitos está relacionada à emissão de gases provenientes dos meios de transporte e da prática da pecuária, bem como da queima de florestas. O mau uso dos solos, seja pela prática agrícola ou pelo aumento de sua impermeabilização, também representa um fator importante de mudança climática na terra.

Em resumo, os principais fatores que influenciam as mudanças climáticas e que são potencializados pela ação do homem são: o excesso de uso de recursos naturais; a contaminação da água por efluentes da indústria e da agricultura; a diminuição da quantidade de água potável disponível; a erosão do solo; e a destruição de comunidades autóctones (PINTO et al, 2003). No campo da agricultura, a destruição de comunidades autóctones está relacionada à introdução de técnicas modernas de cultivo e o gradativo abandono de suas formas tradicionais.

A transformação de comunidades locais devido a fatores climáticos é um tema muito comum dentro das ciências sociais e frequentemente retratado por autores de diversas nacionalidades (GRAZIANO da SILVA, 1997). A abordagem das ciências sociais vai atentar sobre as famílias que acabam se mudando para aglomerados urbanos com o objetivo de iniciar outros tipos de atividades relacionadas à indústria (em decorrência da falta de água, por exemplo, em regiões mais áridas). Essa busca por outras atividades (na indústria) também está relacionada à introdução de novas tecnologias (na agricultura) que acabam por inviabilizar (em algumas regiões) a permanência de famílias em suas terras. É um processo que incorre no esvaziamento ou desertificação, relacionado à ocupação humana e ao conhecimento tradicional, do ambiente rural devido a mudança na forma como são estabelecidas as novas relações de trabalho no campo e a perda de conhecimento específico, o que também é chamado de erosão cultural. (BRANDÃO, 2007; WILSON e BURTON, 2015).

Os efeitos provenientes das mudanças climáticas também influenciam, em grande medida, a agricultura. Esta atividade pode sofrer grande impacto na quantidade e na qualidade produzida. O aumento de pragas e doenças já é um fenômeno sentido e analisado por muitos pesquisadores. Esta é uma consequência com potencial de gerar impacto direto no ambiente, por meio da utilização cada vez maior de defensivos agrícolas, e indireto, com o aumento dos

⁵ Os autores também utilizam a definição de multifuncionalidade da agricultura para explicar a diversidade de funções (sociais, econômicas e políticas) que a atividade pode adquirir em determinados arranjos sociais. (BONNAL e MALUF, 2007; SABOURIN, 2009 apud AUN, 2012)

preços dos alimentos. Há o risco de mudança na aptidão de terras para produção de alimentos, gerando impacto na segurança alimentar (RIVAROLA e VINO CUR, 2012). Um exemplo dado pelos autores é o café, que teve sua área de produção reduzida em 89% (considerando toda a América Latina) por conta do aumento da temperatura e da diminuição da disponibilidade de água. O cultivo subiu as montanhas gerando outros tipos de impacto.

Esse mesmo argumento foi encontrado no trabalho de Assad et al (2004) que, ao simular um aumento de 1°C; 3°C; e 5,8°C na temperatura anual do planeta, concluiu que os Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo perderiam cerca de 95% de suas áreas aptas ao cultivo do café. Seja pelo aumento da temperatura, pela diminuição da pluviosidade, ou pelo aumento de geadas. Neste trabalho, conclui-se também que esse cultivo está, cada vez mais, caminhando para áreas montanhosas.

Para dar maior ênfase ao argumento, é possível verificar na figura 1 a mudança que a localização do plantio de café no Brasil sofreu em dez anos, segundo estudo feito pela Companhia Nacional de Abastecimento, CONAB (2016).

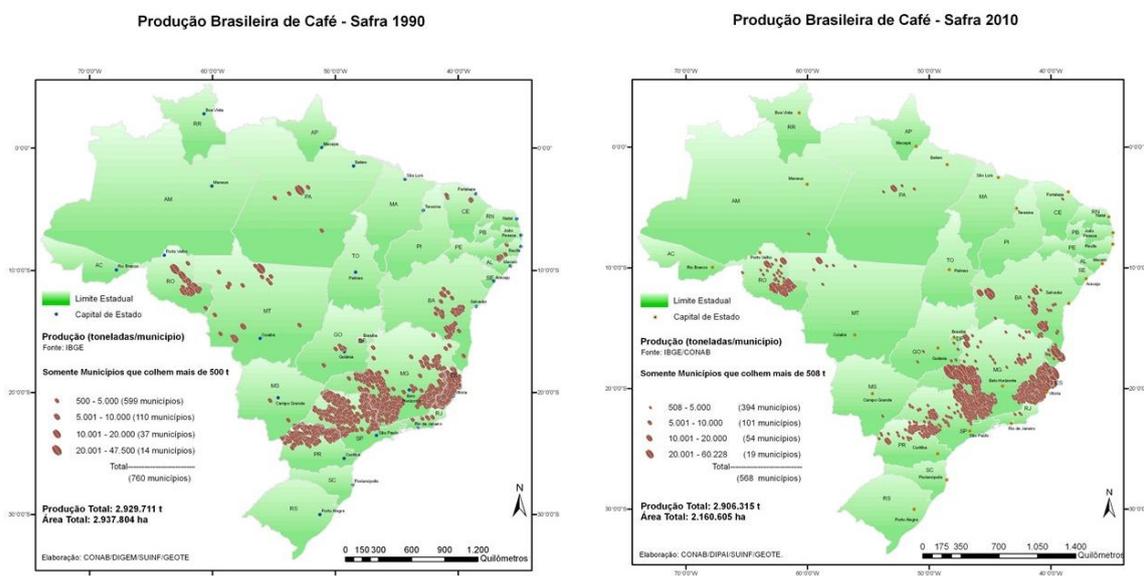


Figura 1: Comparação de áreas produtoras de café em um intervalo de 20 anos. Fonte: Conab/IBGE

Assim, verifica-se em relação as mudanças climáticas nos ambientes de montanha que é necessário repensar a forma como essas porções territoriais são vistas e como se legisla sobre elas. Uma vez que o fenômeno que está ocorrendo, em certa medida, está tornando as regiões de montanha cada vez mais atrativas para práticas agrícolas, ademais de outras atividades relacionadas ao turismo e ao turismo de aventura. A seguir, serão expostos alguns argumentos que tratam do componente antrópico da ocupação.

2.8. O ENVOLVIMENTO ENTRE RURAL E URBANO

2.8.1. A ocupação humana em ambientes de montanha

A ação permanente e contínua do homem em seu território traz uma série de consequências. Estas apontam para a necessidade de mudança de paradigma em relação à ocupação e ao uso dos espaços rurais, bem como a forma como são feitas as pesquisas sobre essas mesmas localidades. Seu debate ainda precisa ser mais integrado entre diversas áreas de conhecimento a fim de gerar benefícios para todos os tipos de ‘ocupantes’ do território.

Pensar em qualquer atividade antrópica em regiões montanhosas pode remeter a uma ação que cause algum tipo de dano ao ambiente. A imagem de um homem que destrói para poder viver é muito comum aos olhos da sociedade moderna. No entanto, o homem vem ocupando ambientes montanhosos com atividades agrícolas e não agrícolas por muitos séculos. Mas é somente na atualidade que passamos a perceber e contabilizar algumas consequências dessas ocupações, muitas vezes desordenadas em algumas regiões.

Autores como José Eli da Veiga, Maria José Carneiro, Alfio Brandenburg, José Graziano da Silva, fazem o exercício de aproximar o olhar do território brasileiro, mais especificamente, em relação aos modelos de produção rural, as diferentes formas de ocupação do espaço e os fluxos entre urbano e rural. Todos eles trazem contribuições acadêmicas importantes para o contexto da formação do conceito de novas ruralidades, de fluxos migratórios entre urbano e rural, e os ‘tipos’ de pessoas que habitam e frequentam esses espaços.

Para Graziano da Silva (1997) o ambiente rural sofre modificações a partir de uma relação crescente e intensa com os centros urbanizados. No Brasil o autor resalta os ‘complexos agroindustriais’⁶ como um primeiro movimento que deflagrou essa mistura entre urbano e rural, através da industrialização dos processos de produção. O autor traz uma visão de rural e urbano que deixam de ser opostas, que deixam de representar certa continuidade no sentido de que o rural é um caminho para se chegar ao urbano. Ele traz, ao contrário, a visão de que há uma modificação nos estilos de vida da cidade e do campo que vão transformar a relação entre os dois ambientes.

Na Europa o marco na mudança de paradigma entre rural e urbano, segundo Graziano da Silva é a reforma de 1992 da Política Agrária Comum, que deixa de ver o ambiente rural apenas como uma região produtivista. É a partir dessa reforma que aparecem os ‘part-time’ fazendeiros, ou fazendeiros que não teriam uma dedicação exclusiva ao trabalho na produção agrícola, poderiam desenvolver outras atividades dentro ou fora de sua propriedade. Ele passaria então a exercer uma atividade autônoma e pluriativa⁷.

No Brasil o conceito de trabalhador rural, apesar de estar fortemente relacionado com o produtivismo, vai sofrer algumas modificações. O autor procura demonstrar que existe uma mudança em andamento, principalmente a partir dos anos 1980, e com maior intensidade durante a década de 1990. Ele constata o aumento/crescimento no número de pessoas que estão no meio rural, ocupadas com outras atividades que não a produção agrícola em si.

⁶ Ver item 2.4

⁷ Para José Graziano da Silva a pluriatividade é uma característica essencial ao novo ator do campo. O autor coloca a importância de olharmos para os habitantes do campo e que desenvolvem atividades não agrícolas, e entender qual o tipo de atividade que eles desenvolvem, como é a relação dessas pessoas com a produção agrícola, como desenvolvem conjuntamente atividades agrícolas e não agrícolas. Nesse sentido são duas possibilidades desenhadas por ele: a primeira diz respeito às famílias que ainda possuem atividades agrícolas vinculadas a agricultura patronal (como o autor se refere ao modelo industrial); a segunda diz respeito as novas relações que surgem no campo e aos novos tipos de habitantes que desenvolvem atividades diversas (entre elas, agricultura orgânica).

Em 2013, foi feito um estudo pelo programa Agricultura, Territórios e Bem-Estar Rural do IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura) que reconhece “(...) que o rural e o urbano formam um contínuo integrado e funcional que configura e estrutura um país”. Dentro dessa mesma publicação do IICA, Wanderley e Favaretto (2013) afirmam que, apesar do histórico rural produtivista do Brasil, o território rural com toda sua complexidade não desaparece, tampouco as relações sociais nesses espaços. Novas relações criam-se no espaço rural e surge o que os autores chamam de ruralidade contemporânea no Brasil, que seria a consequência de um período específico vivido por habitantes de espaços rurais que, em vez de contribuir para o seu desaparecimento, contribuiu para a multiplicação e transformação no tempo e no espaço como muitas outras civilizações (WANDERLEY e FAVARETTO, 2013).

O mesmo pode ser dito sobre o termo ‘novas ruralidades’ que busca, sobretudo, deslocar a discussão sobre os tipos que fazem parte do rural brasileiro para algo mais abrangente como o espaço, o território, as redes e as atividades praticadas. Brandenburg (2005) fala no termo ‘novas ruralidades’ em referência a maneiras distintas de se ocupar o rural. Carneiro (1998) também considera que a ocupação é feita por diversos grupos sociais que buscam novas opções em ambientes mais próximos à natureza. A discussão sobre as ‘novas ruralidades’ abrange aqueles que migram em direção aos espaços mais rurais, mas também pode ser estendida àqueles que permanecem no campo, resistentes à modernização da agricultura e que não são atraídos pelas ofertas de trabalho nos centros urbanos. São pessoas que vislumbram novas possibilidades de crescimento econômico e social dentro de um rural reformulado, seja pelo turismo, pela agricultura de base ecológica, pela criação de áreas de preservação ou pelo retorno de familiares que saíram em direção às cidades e que voltam trazendo consigo uma nova concepção sobre o rural.

Veiga (2006) defende que esse fenômeno observado no campo não está vinculado a um resgate histórico. Ele é fruto de uma modernidade proveniente de modificações nos centros urbanos, de natureza recente. O resultado dessas novas interações é o nascimento do novo rural, independentemente de suas histórias e culturas. Interessante ressaltar que ele descola o surgimento de uma nova ruralidade da carga cultural remanescente nos povos locais. O descolamento não é devido à sua importância dentro do contexto das comunidades, mas sim dentro do contexto do surgimento de uma nova forma de ocupação. Essa nova ruralidade pode interagir com velhas formas de organização social e, a partir de aí, gerar outras significações para ambas as comunidades, sem que o novo esteja obrigatoriamente relacionado à existência do antigo ou da tradição.

O autor apoia sua hipótese em três vetores: a conservação do patrimônio natural, o aproveitamento econômico das decorrentes amenidades (eventuais produtos passíveis de comercialização) e a exploração de novas fontes de energia. Tais vetores, segundo ele, não são necessariamente convergentes, isto significa que não estão sempre em sintonia, não se consegue estabelecer esses três parâmetros juntos uma vez que podem existir conflitos de interesses. Um exemplo dado pelo autor é o caso da exploração de energia sustentável e a conservação da paisagem.

Outro aspecto importante ressaltado por Veiga (2006) é o fato de ele não considerar a atividade agrícola como um aspecto principal. Para o autor, não é a atividade que atrai novos habitantes, muito embora ela seja fundamental para movimentar a economia local. Ploeg e Marsden (2008) desenvolvem em sua metodologia da Rede Rural um conceito muito parecido dos ambientes rurais. Para os autores, a Rede Rural está pautada em uma nova concepção de desenvolvimento rural – que considera as relações entre atores e sua capacidade de agência localmente – muito além da produção agrícola, mas que partem dela como a grande agregadora nesses novos ambientes conformados na modernidade.

Um dado interessante dentro da metodologia desenvolvida por Ploeg e Marsden (2008) é a centralidade e a importância que a atividade agrícola possui, mesmo quando ela não é o

principal elemento dentro de uma comunidade. O entendimento que se tem, a partir da leitura do trabalho dos autores, é que a agricultura torna-se um ponto de convergência entre os atores de uma determinada comunidade, ainda que o enfoque seja o turismo ou a gastronomia, por exemplo. Será sempre em torno da atividade agrícola e por conta dela que os mais distintos interesses serão colocados em proximidade. A inovação dentro dessa nova forma de olhar os espaços está justamente na aproximação entre o rural e o urbano, entre culturas e formas de vida diferentes. A metodologia da Rede Rural será melhor aprofundada nos itens a seguir.

2.8.2. A conformação de redes de relacionamento

O desenvolvimento, dentro deste contexto, torna-se a capacidade infinita de atores distintos se conectarem e atuarem em rede. Os espaços passam a representar maiores possibilidades e a ganhar novos significados. Uma vez que estabelecer fronteiras para uma rede de relacionamento é negar à rede sua principal característica. Acresce-se ao desenvolvimento os conceitos de territorial e endógeno, por perceber os atores na busca por alternativas para a construção de um ambiente de acordo com as necessidades locais. Existe a percepção, portanto, que é a maneira de gerir e organizar os espaços que pode levar à consolidação de uma comunidade ou localidade, impedindo seu enfraquecimento por ações externas não condizentes às suas necessidades.

Utilizando tal perspectiva de desenvolvimento, é possível valer-se da metodologia proposta por Ploeg e Marsden (2008). Os autores, e demais colaboradores, entendem que falar em desenvolvimento (rural) de uma localidade está relacionado a uma nova forma de reconfigurar recursos locais, gerando novas atividades. O que implica considerar as interações entre os atores que habitam uma determinada região e entre aqueles que frequentam e interagem dentro dessas redes. É a partir da coesão de diversas atividades que se vislumbra o surgimento de outras possibilidades de ação e de suporte dentro do ambiente rural, seja ele voltado à produção agrícola, ao fornecimento de algum tipo de serviço na localidade, ou ambos.

A proposta sustentada por Ploeg et al (2008) é que regiões rurais devem ser caracterizadas e delineadas de acordo com o tipo de relação que se estabelece entre as concentrações populacionais. Segundo ele é preciso considerar o fluxo contínuo de atores e mercadorias e as interdependências estabelecidas entre as regiões. Essa forma de olhar para os espaços rurais coaduna com o objetivo principal dessa pesquisa: entender a capacidade da agricultura orgânica como um elemento agregador dentro de um território. Em outras palavras, se é possível haver nestes locais aumento da atividade econômica, maior envolvimento entre os atores, maior oferta de serviços, mais opções de lazer e educação por consequência da prática de um modelo não industrial de agricultura.

Com o intuito de desenvolver uma metodologia de análise do ambiente rural a partir de uma perspectiva relacional, onde o foco recai sobre as relações estabelecidas entre os atores e os espaços que ocupam, Ploeg e Marsden (2008) desenvolveram uma tipologia para as regiões que eles estudaram (figura 2). A partir de um conjunto de pesquisas realizadas a campo, juntamente com um grupo de pesquisadores, eles estabeleceram seis tipos de ambientes e os classificaram de acordo com o seu grau de desenvolvimento e relevância para o setor agrícola. Os autores estabeleceram as categorias com base no tipo de produção agrícola, na concentração populacional, e nos fluxos que são estabelecidos entre as pessoas e as mercadorias.

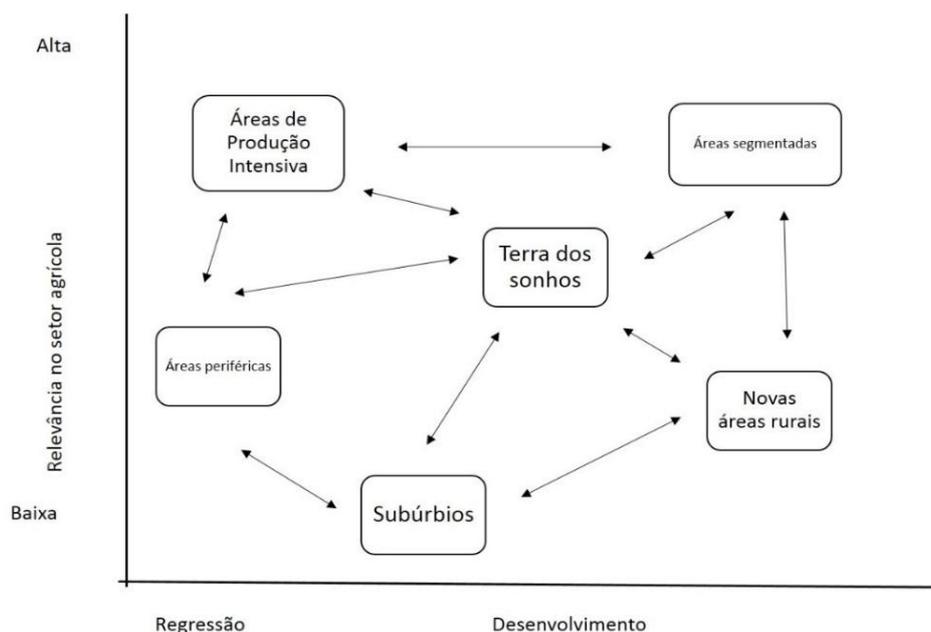


Figura 2: A tipologia do rural europeu com seus fluxos. Fonte: adaptado de Van der Ploeg et al (2008).

Segundo os autores, foi no ambiente denominado ‘novas áreas rurais’ onde encontraram atividades de diversos aspectos e origens. Neste caso, quanto maior o grau de diversidade dentro de um ambiente, maior a sua capacidade de envolver pessoas e atividades gerando um grau de importância ao local. E esse grau de importância (da produção de alimentos ou dos serviços oferecidos) é decorrente da habilidade dos atores envolvidos em gerar inovação, reforçar mercados, criar capital social e manter os recursos naturais. Possibilitando, sobretudo, aproveitar melhor as oportunidades que se apresentam de interação entre os espaços, seja para a venda de produtos ou para a sua transformação. Isso demonstra e afirma a existência das interações e interdependências entre as localidades e opõe-se ao conceito dicotômico de urbano e rural.

Uma outra abordagem encontrada, em relação aos fluxos de pessoas dentro de um território, foi proposta pela AOST – *Agency Oriented Spatio Temporal* (figura 3). É uma abordagem que leva em consideração a ação das pessoas dentro do tempo e do espaço. Essa abordagem não estabelece uma tipologia para as regiões, mas procura desenvolver uma análise das pessoas e suas atividades dentro dos espaços, definindo o tipo de caminho que vai ser traçado por meio da forma como elas atuam.

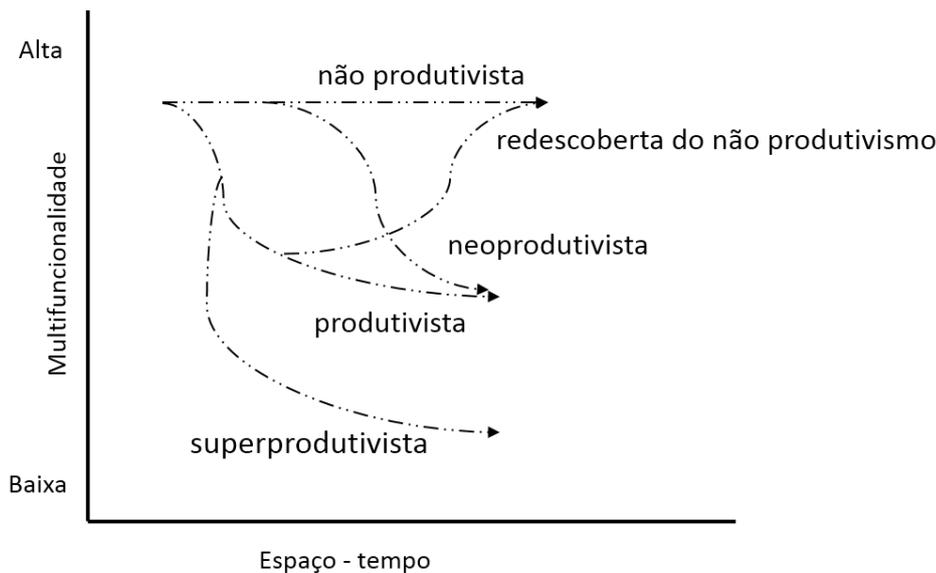


Figura 3: AOST: abordagem através das formas de produção. Fonte: adaptado de Wilson e Burton, 2015.

Os autores, Wilson e Burton (2015), classificaram, com base na produção agrícola, três caminhos possíveis: o não produtivismo, o produtivismo e o superprodutivismo. Os dois últimos representam caminhos que se destinam a uma economia de escala, podendo, muitas vezes, ter sua produção voltada à exportação e/ou à produção de commodities. Já o caminho do não produtivismo pode ser considerado como aquele voltado aos mercados locais, de nicho, agricultura orgânica ou até mesmo áreas com produção para autoconsumo. O que representa um caminho que não está necessariamente ancorado em uma economia de mercado.

Os eixos do gráfico são representados pelo grau de multifuncionalidade do processo produtivo e pela relação do espaço/tempo. A proposta dos autores está no surgimento do caminho do neoprodutivismo e da redescoberta do não produtivismo como duas novas capacidades de reinvenção dos modos de produção feitos pelos atores. Wilson e Burton (2015) postulam que há um fluxo contínuo entre as áreas de produção onde as pessoas podem ‘migrar’ de uma forma a outra a partir das descobertas ou redescobertas de caminhos. Segundo eles, as migrações ocorrem em resposta ao colapso do produtivismo e do superprodutivismo e, muitas vezes, podem resultar na descoberta de uma nova maneira de atuar no mesmo espaço, como no caso do surgimento do neoprodutivismo. São processos que resultam da mudança de atitudes, de identidades e da gestão da terra por meio do tempo e do espaço.

Segundo Ploeg et al (2008) o desenho que se forma a partir do estabelecimento de fluxos contínuos (entre pessoas e/ou mercadorias) resulta em uma trama que corresponde às relações que se constituem entre atores de origens diversas e com objetivos que podem ser ou não semelhantes. Para os autores, o surgimento desses fluxos resulta também de uma pressão sofrida na economia rural europeia, que, em algum momento, deixou de valorizar o rural ou mesmo de enxergar o rural como um local complexo e heterogêneo.

Assim como colocado pelos autores acima citados, olhar para o campo como um local estritamente dedicado à produção agrícola perde sentido, da mesma forma que conceber o desenvolvimento vinculado ao crescimento econômico. Não é possível, a partir desse ponto de vista, considerar o rural como um espaço vinculado à indústria e como produtor de matéria-prima. Partimos do princípio de que consideramos o rural como um campo de estudo e um espaço de produção complexo, dotado de diversas dimensões interligadas e que se reforçam dentro do contexto histórico e durante todo o tempo em que estão interagindo.

2.9. A TRAMA E SUA DIVERSIDADE

O estudo das redes, dentro do contexto do desenvolvimento rural, é uma ferramenta que une várias dimensões de uma sociedade desde o elemento humano até o ambiente em que ele vive, e que nos permite analisar aspectos relacionados às mudanças de paradigmas dentro de uma sociedade, seja de ordem social, política ou econômica (SCHMITT, 2011). Estudar o ambiente por meio do olhar de uma rede significa olhar para o espaço de maneira holística. É uma forma de considerar os diversos aspectos e dimensões que transformam aquele agrupamento de pessoas em uma sociedade, a qual possui uma localidade com fluxos e dinâmicas particulares.

Para Marteleto (2001), rede é um conjunto de pessoas e elas “surgem como um novo instrumento face aos determinismos institucionais”. Seja pela dificuldade em estabelecer um diálogo com o Estado, ou pelo não pertencimento aos grupos sociais já existentes, novos arranjos sociais estão se formando e eles trazem consigo demandas diferentes. Segundo a autora existem estudos que demonstram um novo perfil de movimentos sociais mais direcionados as demandas de uma melhora na qualidade de vida, por exemplo, ao invés de demandas como trabalho, terra, educação. É um ‘fortalecimento da sociedade civil’ que aparece na forma de redes sociais interdependentes e com certo grau de autonomia em relação ao Estado. O trabalho dos atores é primeiro o de estabelecer suas conexões, seus elos; garantir um bom fluxo de informações e o funcionamento do agrupamento em rede; para então entender como o Estado pode somar no fortalecimento dessas relações.

“Os estudos das redes coloca assim em evidencia um dado da realidade social contemporânea que ainda está sendo pouco explorado, ou seja, de que os indivíduos, dotados de recursos e capacidades propositivas, organizam suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilizações suscitadas pelo próprio desenvolvimento da rede” (MARTELETO, 2001:72).

A autora chama esse momento de organização das ações de ‘tomada de consciência de interesse ou valores’ entre seus participantes e que normalmente ocorre em uma esfera informal das relações sociais. É a partir dessa junção de anseios distintos e algumas vezes até conflitantes que surgem as primeiras aproximações entre as pessoas. No entanto, para que esse processo evolua para uma rede mais complexa é preciso ter objetivos e desejos convergentes, isto é, além dos objetivos pessoais é preciso que exista algo em comum, maior e mais importante, capaz de gerar a energia necessária para que se formem os elos/laços entre atores distintos.

Após a formação dos primeiros laços é que surge a rede como um organismo vivo capaz de se relacionar com outras esferas ou dimensões dentro da sociedade. Nesse ponto do processo de constituição de um grupo coeso, algumas ações já podem ser percebidas fora da rede, isso significa que outras formas de conexão também começam a ser estabelecidas aumentando o espectro dessa ‘teia’ e a capacidade de circulação de informação entre seus membros.

Para Ploeg e Marsden (2008) uma rede, de um ponto de vista mais prático, é formada de atores, recursos, atividades, suas interações, inter-relações etc. Já de um ponto de vista teórico, a mesma rede surge como uma intersecção de seis dimensões (figura 4): endogeneidade, inovação/novidade, sustentabilidade, capital social, arranjos institucionais e governança de mercados. É a partir desses conceitos que os autores começam a delinear a conformação da rede ou da teia rural de um ponto de vista mais analítico e que eles acreditam ser uma ferramenta para se pensar o novo desenvolvimento rural.



Figura 4: Dimensões teóricas da Rede. Fonte: Adaptado de Ploeg et al. (2008:9)

Cada dimensão tratada por eles é fundamental na composição de uma ‘rede de relações’ complexa o suficiente para extrapolar as fronteiras estabelecidas entre os espaços urbano e rural.

Em linhas gerais as dimensões podem ser entendidas da seguinte forma:

- Capital social – como os atores se relacionam entre si; qual a força e dimensão dos laços formados; como lidam com os recursos locais;

- Sustentabilidade – visão do espaço produtivo e do ambiente (mais amplo) onde estão localizados; desenvolvimento de estratégias que viabilizem a existência do grupo (e atividades desenvolvidas) ao longo do tempo;

- Governança de mercados – como organizam (controlam, aproximam, criam novos) os espaços comuns de forma a gerar autonomia para os indivíduos; de que maneira trabalham para a organização do grupo em uma rede mais complexa ao mesmo tempo que mantém o foco na valorização do capital territorial;

- Inovação/empreendedorismo – como o grupo de atores entende a necessidade de ‘oxigenação’ de conhecimentos e experiências e quais ações desenvolvem para promover um constante aprendizado; como percebem novas possibilidades a partir dos mesmos recursos ou da recombinação deles gerando novos resultados;

- Endogeneidade – capacidade de organização e controle dos recursos locais; como transformam o ambiente dentro de suas capacidades gerando maior valor e reconhecimento local;

- Arranjos institucionais – relação dos atores e do grupo com instituições públicas, como participam, interagem e as acessam⁸.

As categorias ou tipologias do rural europeu apontada por Ploeg et al (2008) possuem seu conjunto de conexões, em que as relações são estabelecidas em maior ou menor grau e vão dando conformação a uma rede. As redes possuem conexões de vários aspectos e, segundo os autores, é a quantidade de conexões que vai estabelecer uma rede e o seu grau de complexidade, ‘independentemente se esses laços são fortes ou fracos’, em uma clara menção à teoria de Granovetter.

Uma rede pode apresentar uma boa interconexão entre as dimensões, na realidade, em uma concepção teórica de rede todas as dimensões estariam conectadas, uma vez que possuem um caráter complementar dentro da concepção de sociedade. No entanto, um grupo pode estar

⁸ O estudo de cada dimensão isoladamente pode ser encontrado em Ploeg e Marsden (2008). Exemplos de como aplicá-los em diferentes formatos de questionários (questionário estruturado ou roteiro semi estruturado) também são encontrados nos anexos I e II dessa tese.

conectado em rede e estabelecer maior integração com determinadas dimensões da sociedade em detrimento de outras. Este fato é possível desde que não haja a negação completa de uma dimensão.

A concepção das seis dimensões está diretamente relacionada com o conceito de desenvolvimento, isto é, uma vez que a proposta da metodologia (Ploeg e Marsden, 2008) é contestar uma visão conservadora do ambiente rural, as dimensões servem exatamente como outras variáveis ou indicadores dentro desse processo.

É esperado que, ao utilizar esse instrumental de rede, seja possível enxergar parte do espectro da ruralidade e entender quais são suas principais características. Vai permitir entender, principalmente, alguns dos aspectos de seu capital territorial. Segundo Ventura et al (2008), o conceito de capital territorial está relacionado ao resultado da relação e da interconexão de todas as dimensões dentro uma rede. Resulta no aumento de renda, na valorização do território, da atividade, beneficia os atores por meio de novas políticas ou novos mercados.

O capital territorial está diretamente relacionado a uma determinada região. Essa discussão, segundo Ploeg et al (2008), traz à tona a necessidade de se observar três aspectos dentro desses territórios: a coprodução entre homem e natureza; a presença de pequenas e médias empresas – sejam elas voltadas à produção agrícola, aos serviços, ou ao processamento de alimentos; e, por fim, a capacidade dessa região de desenvolver mecanismos de mercado que envolvam o comércio de não commodities.

Esse capital pode ser mais ou menos valorizado dependendo da coerência que existe dentro da rede, bem como da força e flexibilidade das conexões entre atores. A partir da sua valorização e internalização, ele passa a existir como um capital social, isto é, torna-se, dentro daquele grupo específico, uma especialidade, um diferencial. Este seria um primeiro ponto a ser observado dentro de uma rede, ou seja, um indicador de que, naquele grupo de pessoas, existe certa coerência.

No trabalho desenvolvido por Darolt et al (2016), foi identificado, a partir da análise de redes alternativas de alimentação, a capacidade que elas tinham de contribuir com novas formas de organização social, principalmente no tocante à diversidade de atores e territórios que passam a se conectar por meio delas. Para desenvolver essa pesquisa, os autores tomaram como base uma série de aspectos que levavam em consideração toda a cadeia de produção do alimento, desde a forma como eram produzidos cobrindo as localidades e as pessoas envolvidas. O estudo em questão reforça o conceito da rede rural como uma trama complexa de conexões baseada em algumas dimensões da sociedade, que vão da economia à reciprocidade entre os mais diversos atores.

2.10. ENTRE ECONOMIA E RECIPROCIDADE: FLUXOS QUE SE ESTABELECEM

Dentro das muitas possibilidades que se criam a partir da interação entre pessoas e contextos diferentes, são os fluxos econômicos que as tornam, muitas vezes, possíveis. Este é um tema controverso e amplamente discutido no âmbito acadêmico. Aqui, apresentamos uma breve discussão teórica que servirá como base para o desenvolvimento desta pesquisa sem, entretanto, garantir a exaustão do tema.

A forma como são estabelecidas as relações econômicas dentro de uma sociedade irá determinar, em grande medida, os caminhos que podem ser traçados pelos seus habitantes. O fluxo de capital juntamente com a capacidade de ação dos atores é um grande facilitador no processo de estabelecimento de novas dinâmicas dentro dos espaços rurais, sejam eles locais com potencial produtivo ou não. Ao pensarmos os territórios como elementos essenciais para a conformação das sociedades, suas características naturais também irão desempenhar papel fundamental na sustentabilidade das relações que se estabelecem.

Porém, antes de aprofundar na questão dos fluxos econômicos é preciso fazer um rápido exercício de voltar no tempo para entender o que significavam as trocas mercantis para as pequenas comunidades. Anterior ao valor em termos monetários, as trocas entre pessoas de uma mesma comunidade ou de comunidades diferentes tinham outras finalidades e percepções de valores, e estavam pautadas na necessidade de manutenção da convivência entre indivíduos. É dentro desse contexto que surgem as mais diversas teorias econômicas, ao mesmo tempo que é a partir de uma análise do ponto de vista antropológico desse momento da formação das sociedades que surgem conceitos como reciprocidade, dádiva e solidariedade.

Segundo Sabourin (2011), a reciprocidade tem sua origem no tripé desenvolvido por Marcel Mauss na teoria sobre a dádiva que fala em dar, receber e retribuir. Dentro das primeiras concepções sobre a dádiva, o que se utilizava como parâmetro eram relações simétricas e que funcionavam de um elemento para outro (um indivíduo, uma comunidade, uma tribo).

Contudo, foi apenas a partir dos avanços propostos por Dominique Temple e Mireille Chabal (apud SABOURIN, 2011) que um terceiro elemento foi incorporado dentro do sistema de solidariedade (SABOURIN, 2011). Esse terceiro elemento entraria como uma necessidade de triangulação do tripé 'dar, receber e retribuir', em que o intuito já não era mais beneficiar a convivência de indivíduos, grupos ou tribos, mas sim de uma sociedade inteira. Nesse sentido, a reciprocidade está vinculada à obrigação moral dos atores diante das regras estabelecidas dentro de uma sociedade; e está vinculada ao esforço coletivo de manutenção de um sistema mais complexo de redes.

Sabourin (2011) afirma que, a partir do momento em que a reciprocidade passa de um sentimento simples para uma teoria fundamentada, ela também sai do aspecto individual ou dual para o coletivo. São grupos de pessoas trabalhando em conjunto por um bem comum, por um projeto de sociedade, ainda que alguns aspectos deixem de beneficiar um ou outro ator individualmente. Não é a vontade de um grupo específico, de um partido ou de uma família. Há, portanto, a vontade de um coletivo.

Sabourin (2012) propõe certa inovação em relação aos usos e conceitos de tal teoria. O seu foco atual é na teoria da reciprocidade como um elemento a mais para a construção, aplicação e análise de políticas públicas. Partindo do pressuposto que a teoria da reciprocidade abrange aspectos relacionados ao funcionamento de uma coletividade com habilidades e características distintas, a proposta de Sabourin (2012) é a de trabalhar instrumentos que podem ser utilizados nos processos que envolvem as políticas públicas como um todo, que permitam, dentro do funcionamento dessas políticas, mais interconexão entre atores, sujeitos, ações, resultados, benefícios e problemas.

Envolver reciprocidade e economia, a partir da ótica da evolução das relações entre indivíduos nas sociedades, significa manter a coerência dentro da proposta de observar os espaços com todas as suas especificidades, isto é, perceber todos as variáveis e componentes que estão presentes nos espaços e que dá a sociedade sua característica única dotada de uma grande complexidade. Dessa forma os fluxos econômicos que serão discutidos aqui, são apenas mais uma variável, dentro do contexto estudado e, ainda que se determine a tentar estabelecer um valor monetário das coisas, o faz a partir da ideia de que qualquer produto é fruto das interações entre as mais diversas dimensões da sociedade, ou seja de seu capital territorial. Essa valorização contribui para uma maior sustentabilidade dos espaços, das relações e das atividades.

Para Marsden (2016), a importância da discussão sobre a sustentabilidade dos espaços está relacionada aos novos paradigmas que podem surgir dentro desse tema como formas de contestação a um modelo econômico que não valoriza as diferenças. É dentro desse aspecto que seria possível avançar, em termos de produção científica, para um modelo de sustentabilidade dos espaços em um período ‘pós-neoliberal’. Para este autor, os espaços onde ainda existe a capacidade de transformação da natureza são os palcos ideais para o surgimento dos supostos modelos de contestação ao neoliberalismo com base na (real) sustentabilidade do ambiente e das sociedades que se moldam dentro dele.

O conceito de ecoeconomia discutido por Marsden (2012; 2016) e por Marsden e Farioli (2015) é fundamentado na capacidade do território de produzir, por meio da agência dos atores, aquilo que vai sustentar as sociedades, seja no âmbito local seja no âmbito global. Apesar de muito semelhante à corrente ecológica dentro da economia, que o autor denomina de bioeconomia, a linha tênue que separa a ecoeconomia de um modelo neoliberal é o ‘crescimento’. Dentro de um modelo (verdadeiramente) sustentável, o crescimento é medido dentro da capacidade do território em prover, e não do homem em transformar.

A bioeconomia age em relação aos espaços como uma corrente mais ‘verde’ dentro do modelo neoliberal. Dentro dela, os espaços são fonte de insumos e, ao final, precisam fechar uma conta matemática, isto é, garantir rendimento financeiro a partir de atividades que são praticadas. São estabelecidos valores de mercado para os produtos e, na maioria das vezes, são ignorados valores mais subjetivos como o ganho em termos de endogeneidade, capital social, capital territorial, reciprocidade, governança. Segundo Marsden e Farioli (2015), dentro da perspectiva da bioeconomia, o espaço e a natureza são veículos ou instrumentos que podem ser manipulados pelo homem que, muitas vezes, não considera algumas de suas características ecológicas e socioculturais.

Em uma primeira análise, não é o preço final do produto o elemento principal da discussão entre um modelo ou outro, mas sim a importância que determinadas atividades ganham dentro das comunidades. Não obstante, as iniciativas, uma vez inseridas em um modelo neoliberal, só se justificam a partir de sua importância dentro de um mercado mais globalizado, onde podem ser competitivas em termos de preço de produto e gerar movimentos financeiros de alta relevância para o local onde está sendo desenvolvida. Para os autores em questão, essa corrente vê no ambiente e nos espaços uma fonte quase inesgotável de recursos.

Já dentro do pensamento que institui a ecoeconomia, existe a percepção da coexistência e da convivência entre as fontes esgotáveis de recursos e os atores que as transformam. O espaço/território é o ponto fundamental da teoria e, conseqüentemente, torna-se o local onde são mais prováveis as manifestações para transição a um novo modelo de convivência entre as pessoas e a natureza. São nos espaços que ainda permitem certa transformação da natureza que as transições conseguem ter maior efeito e capacidade de demonstração de sua eficiência. (MARSDEN, 2012; 2016; MARSDEN e FARIOLI, 2015)

No entanto, Goodman (2009), ao tratar das redes de alimentação alternativa, alerta para o fato de que ambos os modelos econômicos – bioeconomia e ecoeconomia - em questão foram

gerados dentro de sociedades capitalistas, mesmo que representem uma transição e uma forma de contestação ao modelo neoliberal, ainda estão inseridos dentro desse mesmo contexto. Assim, uma mudança mais estrutural dentro das sociedades é de extrema importância quando se discute a transição entre modelos ou o rompimento com velhos paradigmas.

Segundo Marsden (2016), o ambiente natural configura-se como ‘sustentáculo e palco para mudanças e manifestações’, são nesses espaços que pode residir a solução para problemas relacionados ao fornecimento de alimentos, ao desenvolvimento sustentável, às energias renováveis e às políticas públicas. Para o autor, a ecoeconomia não se justifica apenas para explicar o funcionamento de algumas ‘comunidades vibrantes e produtivas no meio rural’ (MARSDEN, 2016). Essa teoria torna-se um importante instrumento para a manutenção de grandes áreas metropolitanas, uma vez que elas sempre serão muito dependentes das transformações da natureza que ocorrem no espaço rural, isto é, do alimento e da energia.

Os espaços públicos ganham um papel fundamental dentro desse contexto, o de perceber essas novas interações e centralizar seus esforços e investimentos em potencializar esse movimento. Marsden e Farioli (2015) falam em governança reflexiva, ou seja, a capacidade das instituições públicas e privadas de atuarem em benefício dessas mudanças dentro das comunidades (em menor escala) e dentro das sociedades quando já se torna possível notar uma mudança comportamental mais robusta. Para os autores que se dedicam ao desenvolvimento dessa tese (MARSDEN, 2016; MARSDEN e FARIOLI, 2015; PINTO, 2015), o fator que comprova a necessidade de uma postura diferente diante dos fatos é a crise que acometeu a Europa nos anos 2007 e 2008. Para eles, ficou clara a necessidade de um alinhamento de postura dentro dos muitos discursos vinculados à sustentabilidade e à gestão dos espaços rurais.

Os autores concordam que o período de crise vivenciado trouxe aprendizado e crescimento no sentido de enxergar os espaços de outras maneiras com alternativas ao convencional. Para além de simplesmente ver as possibilidades que podem ser criadas, perceber o que já vem acontecendo dentro dos territórios e que pode ser considerado como uma forma de contestação ao modelo neoliberal.

Um pouco mais crítico a esse processo de transição que se iniciou após a crise de 2008, Goodman (2009) acredita na transformação pós-crise. Ainda assim, também enxerga nesse movimento uma forma de repaginar modelos antigos e torná-los mais restritos. Ou seja, é também após o período da crise que foi possível perceber um aumento dos mercados de nicho e de grupos de consumidores organizados dentro dos centros mais urbanizados e que tinham maior poder de compra em relação à massa populacional. O autor não diminui a importância do movimento de contestação que surge a partir da revalorização do local. Ele, assim como Marsden e Farioli (2015), também fala da necessidade de separar o discurso da sustentabilidade – como aquele que é possível ver na bioeconomia – da ação para a sustentabilidade – já mais próxima do conceito da ecoeconomia.

2.11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos teóricos apresentados até agora – novos habitantes dos espaços rurais, caracterização dos espaços, reciprocidade, fluxos econômicos e, por fim, rede rural – nos serviram como base para a pesquisa de campo apresentada a seguir. Mais uma vez, procuramos entender de que forma agricultura orgânica é instrumento de inovação dentro de espaços considerados envelhecidos e abandonados (no caso Português) e extremamente valorizados e superocupados (no caso Fluminense); e como esse instrumento funciona em relação à atração de novos habitantes para o ambiente rural, ou ainda, qual o seu potencial para influenciar habitantes antigos. Dentro dessa perspectiva, é natural que velhos sistemas de organização econômica e social também sejam colocados em questão. Assim sendo, nos pareceu pertinente utilizar esse referencial teórico para entender o universo pesquisado, uma vez que é preciso também ajustar o foco das lentes que estão a observar o ambiente, só assim será possível enxergar as diferenças.

Existe a necessidade de uma nova forma de percepção dos espaços físicos de países com regiões impactadas, seja pela erosão cultural, seja pelo êxodo em busca de oportunidades em outras localidades ou ainda pela chegada de novos habitantes com novas formas de viver. Do ponto de vista social, as misturas e as mudanças são típicas de qualquer sociedade, uma vez que os atores que a formam são dinâmicos e, muitas vezes, precisam enfrentar as transformações para não padecerem diante de alguma intempérie. Olhando a partir do viés ambiental ou territorial, a presença das pessoas no ambiente se torna importante uma vez que são elas as responsáveis pelo uso adequado de seus recursos e a continuidade de suas atividades.

Sendo assim, enfatizamos, com base na breve revisão bibliográfica apresentada, a importância de um olhar mais abrangente para os espaços e para as pessoas que interagem dentro deles. Este exercício – de observar a partir de um novo ponto de vista - não visa apenas entender o movimento social que se desenha e sim utilizar este conhecimento para contribuir com o desenvolvimento territorial endógeno, seja por meio da formulação, planejamento, monitoramento de políticas públicas, seja através da ação junto aos mais diversos atores que compõem as redes dentro dos espaços. A proposta que trazemos neste estudo, dentro do contexto brasileiro, mostra-se bastante inovadora, uma vez que propõe olhar o ambiente a partir do significado construído pelos atores que ali estão. Não é uma análise que foca nas especificidades dos atores sociais a partir de sua história de vida ou de sua relação com aquela localidade. Dessa forma, valorizamos as conexões feitas nos territórios e as redes que se formam entre cada ator e entre cada grupo de atores. Acreditamos que, ao permitir essas interconexões e facilitá-las, seja possível aumentar a capacidade de geração de desenvolvimento local endógeno muito além do que segmentar ou separar os atores em pequenos grupos.

3. CAPÍTULO II

A AGRICULTURA BIOLÓGICA COMO MOTOR DE RECONSTRUÇÃO RURAL. UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DE TRÁS-OS-MONTES

3.1 RESUMO

Este trabalho procurou compreender de que forma a agricultura orgânica pode ser mais um instrumento dentro do processo de reocupação dos espaços impactados pelo abandono da atividade agrícola e dos espaços rurais. A fim de perceber a força dessa atividade em uma determinada região, escolhemos a metodologia de Rede Rural, que considera o envolvimento de uma série de dimensões – econômica, ambiental e social – interligadas conformando uma rede. O local escolhido para o estudo de caso foi a região de Trás-os-Montes, no nordeste de Portugal. Considerando a importância da atividade agrícola na região, pudemos perceber que a prática da agricultura biológica ainda está muito relacionada aos benefícios provenientes das ajudas públicas. Entretanto, é possível perceber um novo movimento surgindo na região que relaciona essa atividade aos jovens empreendedores rurais que, movidos pelo interesse econômico e a oportunidade de autonomia de trabalho, começam a perceber na região um espaço para investimento, lazer, cultura e moradia.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; agricultura biológica/orgânica; rede rural; novos rurais.

3.2 ABSTRACT

This research had as an objective to comprehend how biological/organic agriculture can be used as an instrument within the reoccupation process in rural territories that suffers from cultural erosion and the abandon of working areas. In order to understand the real impact of organic agriculture, we chose the Rural Web methodology, which considers the evolvement of some dimensions – economic, social, and environmental –, connected as a web. We chose the Northeast region of Portugal, Trás-os-Montes, as our study area. Considering the importance of agriculture for this region and its specific climate and soil characteristics, we could see that the choice for biological/organic agriculture is still related to the benefits of public subsidies instead of its market value or even its ideological purpose. However, it is possible to see a new aspect emerging in this region related to the young agricultures/entrepreneurs who, encouraged by the economic interests and the possibility of autonomy work opportunities, begin to realize Trás-os-Montes can be, at the same time, a place to invest, to enjoy and to live in.

Key words: Rural development; organic/biological agriculture; rural web; neo rural population

3.3 INTRODUÇÃO

Na história da relação do homem com o campo, sempre existiu coexistência entre ambos na medida em que o homem consegue transformar o ambiente tornando-o cada vez mais habitável para a sua espécie, além de conseguir, com o passar dos anos, domesticar espécies vegetais e animais para seu próprio sustento. O campo, ao longo da história, também demonstrou capacidade de adaptar-se às constantes ações da espécie humana. Entretanto, na atualidade, a relação entre ambos vem se tornando cada dia mais intensa, uma vez que a espécie humana está transformando o ambiente a uma velocidade muito acelerada, mudando o equilíbrio histórico dessa interação e assim colocando em risco a sustentabilidade da produção de seu alimento.

A Revolução Industrial marcou o início de um processo de intensa interferência das atividades humanas com o ambiente natural e de aumento da velocidade com que essa interação ocorreu. Foi após esse período (final do século XIX) que o impacto do homem na transformação dos espaços passou a ser mais significativo. As áreas de produção de alimento passaram a ter o suporte de máquinas em vez de animais, e de insumos minerais (prontamente disponíveis para as plantas) no lugar de incorporação de matéria orgânica no solo. Essas substituições geraram aumento de produtividade e diminuição da carga de trabalho humano na atividade agrícola.

O ambiente rural passou a assumir uma conotação mais produtivista, tornando-se o local onde se produz alimentos e outros materiais e, por consequência, o espaço responsável por garantir o sustento das pessoas nas grandes aglomerações urbanas. As cidades, principalmente após a década de 1940, experimentavam um crescimento sem precedentes. O rural, cada vez mais, passou a ceder espaço para a ‘grande produção’ em algumas regiões e em outras, ao abandono e a floresta. Houve então, ao longo do século XX, um processo de deslocamento da população em direção aos grandes centros – seja pela oferta de novas oportunidades, seja pelo avanço da produção em larga escala – que passaram a absorver uma parte dessa mão de obra nas (recém-instaladas) indústrias, maioritariamente.

É dessa época que data uma das primeiras concepções de desenvolvimento rural: a que defendia o campo como um local de produção de alimentos e de reserva de mão de obra e matéria-prima. Na Europa Ocidental, esse fenômeno ocorreu com muito mais força até o final da década de 1950, quando os países – abalados com o final das guerras – tinham, sobretudo, um problema de segurança alimentar. Era preciso aumentar a produção de alimentos para alimentar uma população urbana crescente e reconstruir uma agricultura fragilizada pela guerra. Sendo assim, as nações passaram a repensar seu espaço e sua identidade, colocando em discussão outros usos e significados para o ambiente rural.

Esse processo resultou na Comunidade Econômica Europeia (e, posteriormente, na União Europeia), um tratado entre países da Europa Ocidental e que visava restabelecer a paz entre as nações e a economia local, além de garantir o abastecimento de alimentos para a população. A formação desse poderoso bloco econômico só foi possível a partir de um primeiro passo: uma política agrícola comum. O intuito do acordo comum era facilitar o comércio entre as nações e fortalecê-las internamente, dando oportunidades de geração de renda aos indivíduos e garantindo o abastecimento das cidades. Dentro do desenho que se estabelecia desse acordo mútuo entre as nações, a agricultura teve especial importância, constituindo-se como um setor sem o qual um acordo comum não seria viável (CARVALHO, 2016).

Do ponto de vista econômico, o interesse em estabelecer uma política agrícola comum entre os estados membros, era decorrente da necessidade de manter um grupo importante para o desenvolvimento das nações: os agricultores, uma vez que eram fornecedores de alimento *in natura* para a população e de matéria-prima para um parque industrial em crescimento. Esse mecanismo foi capaz de permitir que os Estados concentrassem forças suficientes para reorganizar suas economias.

Do ponto de vista social, esse acordo permitiu a manutenção de uma identidade cultural reconhecida por todos os Estados membros: a do camponês ou agricultor. A justificativa da manutenção da identidade camponesa, segundo o estudo apresentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (CARVALHO, 2016), foi o ponto em comum encontrado pelos Estados membros no período que antecedeu a criação do acordo propriamente dito. Entre as nações europeias daquele período, apesar das grandes diferenças de perfil, havia uma identidade agrícola e rural comum entre elas e que, naquele momento, foi percebido como um fator de agregação de uma Europa dividida. Nesse sentido, atrelar a necessidade de uma política agrícola comum a todos os Estados parecia mais viável, posto que a identidade (também agrícola) dos povos era colocada em questão.

Uma vez resolvidas as diferenças e estabelecidos os interesses entre os primeiros países que formaram o bloco econômico, era hora de realizar os investimentos e restabelecer a economia dos países. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, as regras foram sendo consolidadas, e alguns países – ainda fora do bloco – iniciaram o processo de adaptação para ingressar na Comunidade Econômica Europeia, Portugal foi um deles. O país iniciou sua aproximação da CEE no final da década de 1970 e conseguiu ingressar em 1986. Segundo Figueiredo (2011), em relação ao contexto português, foi a partir desse período que os territórios rurais portugueses passaram por processos profundos de transformação.

As transformações citadas pela autora estão diretamente relacionadas com as exigências das políticas agrícolas do bloco econômico, que, independentemente da situação política e econômica de Portugal no momento de seu ingresso, tiveram um grande impacto no ambiente rural. Naquele momento da história, a política agrícola comum ainda estava fortemente ligada ao objetivo principal de aumentar a produtividade (vinculada a produção em escala e sob manejo convencional) e o espaço rural ainda era considerado um local para produção de alimentos (exclusivamente). Portugal, quer pela sua condição geográfica ou pela sua capacidade produtiva, foi impactado por grandes mudanças estruturais em suas áreas agrícolas.

A Política Agrícola Comum, desde então, sofreu alterações e, apesar de nunca abandonar seu caráter produtivista, passou a beneficiar também espaços rurais com objetivos para além da agricultura industrial, como a multifuncionalidade das propriedades rurais, por exemplo. As transformações dentro da PAC fizeram surgir também uma visão mais abrangente dos espaços, muitas vezes dissociando o rural do agrícola. Segundo Figueiredo (2011), apesar de muitas regiões do interior português ainda apresentarem espaços vazios e envelhecidos, o que contribuiu para a mudança desse processo, ainda que a passos lentos, é a agricultura orgânica, as pequenas agroindústrias e as relações que se constroem a partir das conexões entre ambas e o turismo.

Situada na porção nordeste de Portugal e denominada ‘rural profundo’, a região de Trás-os-Montes sofreu muito com o êxodo de seus habitantes e o envelhecimento populacional. No entanto, é um local que procura basear seu desenvolvimento nas suas características historicamente rurais. Fato esse perceptível no esforço das populações locais em valorizar essa tradição seja por meio dos alimentos que se produzem ali seja pelos costumes no trabalho com a terra.

Dessa forma, buscamos analisar durante essa pesquisa como a agricultura orgânica pode funcionar como uma alavanca para atrair novos habitantes, notadamente jovens agricultores, e qual papel destes num processo de desenvolvimento territorial endógeno que tenha a (re)valorização do campo enquanto espaço de moradia e produção.

Assim, apresentamos a seguir um breve histórico da Política Agrícola Comum, mais especificamente o Pilar II vinculado ao Desenvolvimento Rural⁹ que permitiu, a partir da

⁹ Em linhas gerais, a estrutura da política agrícola comum hoje está dividida em dois pilares. O pilar I que representa um conjunto de políticas de caráter mais produtivista e o pilar II criado ao final da década de 1990 que

construção de um conjunto de políticas, a manutenção de identidades no espaço rural europeu e o estímulo a agricultura orgânica como modelo de produção mais adequado ao desenvolvimento rural. Em seguida apresenta-se os resultados alcançados com a pesquisa e sua discussão, para então finalizar com algumas considerações finais.

se propõe a tratar de questões relacionadas ao desenvolvimento rural. O termo desenvolvimento rural dentro do segundo pilar da PAC é utilizado como contraponto ao primeiro pilar, que foca a produção agrícola exclusivamente.

3.4 A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM EUROPEIA

3.4.1 Demandas e consequências: aumento da produtividade, êxodo, excedentes

No final da década de 1940, na Europa pós-Segunda Guerra Mundial, o interesse em reconstruir as nações impactadas pelas guerras era claro e urgente. Além da escassez de alimentos, percebia-se também a necessidade de fortalecimento cultural, uma vez que não foram apenas as estruturas físicas das cidades que haviam sido destruídas pelos combates. Desta forma, a conformação de uma política agrícola comum, entre as primeiras nações que compuseram esse tratado, estava ancorada em dois aspectos que mereciam muita atenção: a necessidade de formatar uma estrutura agrícola produtiva capaz de alimentar muitas nações a um preço acessível e a manutenção da identidade cultural desses mesmos povos.

É possível encontrar na literatura algumas opiniões divergentes em relação a importância do surgimento da PAC. Segundo Calvario (2010), inicialmente, o objetivo era criar um espaço para alimentar uma agroindústria em crescimento. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas e dos interesses políticos entre os Estados membros, o propósito era alimentar um parque industrial local que atenderia aos cidadãos de seus países, ainda que de maneira desigual e relativa à sua importância dentro da comunidade europeia.

Em contrapartida, Nascimento (2005) não nega um interesse produtivista dentro da política, mas ressalta que o seu caráter protecionista foi o motor daquilo que considera como o traço pluriativo dos agricultores dentro do bloco. Para o autor, o fato de a política proteger propriedades menos produtivas para a manutenção de uma identidade rural, é o que os fortaleceu perante a entrada do capitalismo nas áreas rurais. Segundo ele, essas propriedades não teriam condições de enfrentar sozinhas a modernização das estruturas rurais e acabariam por desaparecer.

No entanto, o sucesso do modelo gerou certa desestruturação rural, seja para a proteção da identidade cultural, seja para desenvolver a indústria local. Adicionalmente, o mecanismo de funcionamento dessa política agrícola mostrou-se extremamente protecionista aos olhos dos demais países que se encontravam do lado de fora do bloco europeu. Uma vez que, dentro do bloco, os agricultores estavam assegurados com a comercialização da sua produção e com auxílios no que dizia respeito ao aumento de tecnologia e produtividade, rapidamente foi possível transformar a escassez de alimento em uma crise de superprodução.

Isso forçou o bloco a investir cada vez mais em subsídios para garantir a renda de seus agricultores, impactando diretamente o mercado mundial. Com uma oferta maior de alimentos, o objetivo dos Estados membros passou a ser o de exportar esse excedente e ampliar o acesso a mercados fora do bloco de países da comunidade, no sentido de aliviar os gastos de manutenção da renda dos agricultores, estabelecendo o início de um conflito com o funcionamento do mercado mundial.

Internamente, entre os Estados membros, apesar dos bons resultados em termos de produtividade, foi uma política que estimulou o esvaziamento (social) das áreas rurais. Os benefícios que eram oferecidos remuneravam os agricultores por capacidade produtiva, estimulando o aumento no tamanho das propriedades rurais. À medida que se aumentava o tamanho das propriedades (junto com o investimento em maquinário e tecnologia), o número de pessoas no campo diminuía, era uma relação inversamente proporcional (CALVARIO, 2010).

Assim, apesar das intenções iniciais de proporcionar a manutenção da identidade local, a segurança alimentar e a estabilidade econômica, a política agrícola comum acabou gerando desigualdade, desemprego e exclusão no campo. Essas consequências vêm sendo remediadas com o passar dos anos pela própria Comunidade por meio de constantes reformulações estruturais da PAC. De acordo com Nascimento (2005), uma boa parte do sucesso obtido com

as reformas do início dos anos 1990 foi consequência dos esforços iniciais do bloco na proteção da identidade camponesa. Segundo o autor, o camponês possui a pluriatividade como característica intrínseca, e a manutenção desse aspecto dentro das comunidades rurais, ainda que esvaziadas depois de um longo período, foi o que garantiu o ressurgimento da figura do agricultor de pequena escala.

Já segundo Calvario (2010), no início, a política possuía um caráter mais modernista (produtivista) e, agora, admitiu um foco mais direcionado ao desenvolvimento rural. O que antes era feito apenas com base na produtividade e produção de alimentos, hoje, apresenta sinais de maior flexibilidade e amadurecimento, uma vez que a política foi progressivamente assumindo objetivos mais diversificados como: a promoção de desenvolvimento local, aumento de empregos não agrícolas, e interatividade entre institutos de pesquisa e inovação agrícola.

Portugal entrou para o bloco econômico europeu na década de 1980, mais precisamente, em 1986. O período político e econômico era muito complexo para o país que acabara de enfrentar guerras com suas ex-colônias e de sair de uma ditadura. Segundo Souza (2000), a adesão de Portugal à UE ajudou a consolidar sua democracia, reorganizar sua economia e melhorar a condição de vida de seus habitantes, face aos altos investimentos recebidos desde então. No entanto, no que diz respeito à agricultura, “contribui para a sua destruição global” (SOUZA, 2000).

Amaral (2006) também fala desses mesmos pontos e acrescenta que as medidas da política agrícola comum foram um excesso de nacionalismo europeu e que não foram adaptadas aos países do Sul. Para Batista e Figueiredo (2011), a PAC foi formulada com o propósito principal de garantir a autossustentância alimentar na Europa, e este era o pensamento vigente até meados da década de 1990. Portugal acompanhou essa tendência e as consequências foram as mesmas identificadas em toda a União Europeia: esvaziamento populacional de áreas agrícolas; modernização e aumento de competitividade na produção, exigindo muito mais recursos externos.

No entanto, é uma fórmula que começa a mudar quando a sociedade percebe o ambiente de outra forma. No bojo das discussões sobre a sustentabilidade do planeta, a forma como os espaços rurais eram ocupados também passou a ser questionada, bem como o modelo produtivo convencional.

3.4.2 A necessidade de uma política de desenvolvimento rural

Os incentivos para o desenvolvimento rural, o turismo rural e a conservação da natureza, tidos como políticas estruturais dentro da PAC, só vieram algum tempo depois ao final da década de 1990, quando se percebeu que a política de preços sozinha não daria conta de sustentar uma aliança comum entre os Estados membros. Ainda que, desde o início do acordo, já houvesse uma preocupação com a questão social do campo, principalmente em relação à manutenção das comunidades rurais e da identidade dos países, fortemente ligada à tradição rural.

Contudo, é possível considerar que a preocupação com a manutenção da identidade rural foi importante enquanto argumento na criação de uma política agrícola que dissolvesse as possíveis diferenças de interesse entre os países. Calvario (2010) e Nascimento (2005) afirmam que, para além da questão identitária, era de vital importância para o bloco a sua organização econômica, ainda que, para Nascimento (2005), “(...)a pluriatividade na CEE é uma ‘construção política’ que na primeira fase da evolução da PAC gestou-se de forma não planejada (‘inconsciente’), mas que, a despeito disso, foram criadas todas as condições para sua proliferação e sustentabilidade (...)”. (NASCIMENTO, 2005:265)

A preocupação com o desenvolvimento rural e o foco dado a esse tema dentro da PAC manifestaram-se ao mesmo tempo que irrompeu um forte movimento mundial de atenção ao

ambiente natural. Palavras como multifuncionalidade e sustentabilidade passaram a fazer parte dos discursos e das exigências para uma agricultura cada vez mais em harmonia com a questão ambiental. Assim, apesar da visível pressão mundial e/ou interna, as reformas feitas na PAC tenderam a levar em conta a conservação de áreas florestais, de recursos naturais e uma prática agrícola cada vez mais multifuncional e sustentável, ou seja, uma agricultura cada vez menos agressora ao ambiente.

O início das reformas estruturais que criaram a vertente do desenvolvimento rural foi em 1992. Coincidentemente ou não, este foi o ano em que os temas da sustentabilidade e da preocupação com o ambiente natural se tornaram mundiais. Muitos países acordaram, durante a Rio92¹⁰, em baixar suas emissões de gás carbônico na atmosfera e melhorar a gestão de seus espaços. Um dos conceitos que ganhou grande força nesse período e tornou-se um importante instrumento para o fortalecimento da reforma estrutural da PAC foi o de ‘multifuncionalidade da agricultura’. A visão de que a atividade agrícola poderia servir não apenas como produtora de alimentos ou commodities deu mais força à reforma pretendida e ao contexto do desenvolvimento rural que se discutia dentro da comissão europeia. A pretensão era de melhor integrar os espaços rurais, com suas economias e seus cidadãos, valorizando práticas culturais e gerando renda, com uma (re)ocupação do campo. (CE, 2012)

Contudo, mesmo com a reforma, a PAC ainda estava ligada à produção agrícola, isto é, mantinha seu formato de proteção e subsídio às grandes produções. Somente dez anos após o conceito de desenvolvimento rural ter-se tornado um importante pilar dentro da PAC, que a política sofreu de fato uma reforma estrutural. Essa reforma procurou mudar a forma como eram distribuídos os benefícios, principalmente, no que dizia respeito às medidas voltadas ao pagamento direto ao agricultor feitas dentro do Pilar I.

Assim, mesmo com as contradições e diferenças existentes dentro da UE, foi possível constituir um pilar que, de fato, considerasse um desenvolvimento nos espaços rurais desvinculado da produção agrícola industrial. A começar pela forma como foram distribuídos os benefícios, estes foram concedidos aos agricultores dispostos a cuidar do solo e do ambiente onde está estabelecida sua atividade, independentemente de sua produtividade. Esse pilar se propôs a promover o desenvolvimento local em resposta ao esvaziamento sofrido nos anos anteriores. Dentro das comunidades fomentou, por meio de associações de produtores e espaços públicos, cursos, assistência técnica, oficinas e demais práticas com o objetivo de capacitar agricultores e melhorar sua eficiência produtiva (EU Review, 2013).

Uma outra forma encontrada de contribuir para o desenvolvimento foi por meio do controle da produção e da rastreabilidade do alimento, com regras e sistemas de fiscalização efetivos. Os instrumentos utilizados nesse sistema foram os processos de denominação territorial agroalimentar, com reconhecimento e valorização de produtos oriundos de localização específica e com maneira particular de serem produzidos carregados de história e tradição. Conhecidos como certificações de qualidade, eles são um importante instrumento de desenvolvimento rural, além de compor o conjunto de medidas não agrícolas para conter o excesso de produtividade.

Destarte, com as reformas estruturais, a PAC passou a beneficiar preferencialmente agricultores que produziam com mais qualidade, independentemente da produtividade; agricultores cuja produção valorizava a cultura local; e agricultores que cuidavam do ambiente

¹⁰ A Rio92 é, na verdade, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. Grosso modo, seu principal objetivo foi o de debater questões ambientais que estavam impactando o clima na terra. Discutiu-se nesse período agendas mundiais que tinham como finalidade o comprometimento com os propósitos discutidos durante a conferência além da proposição de medidas para tornar o desenvolvimento mais sustentável e menos consumista, entre outros assuntos relacionados às mudanças climáticas.

natural entendo isso como externalidade positiva reconhecida como prestação de serviço para a sociedade como um todo.

Na realidade, o surgimento do segundo pilar da PAC veio como uma espécie de mediador de conflitos (BATISTA e FIGUEIREDO, 2011) inerentes aos territórios. Segundo os autores, a agricultura em determinados espaços, apesar de não representar o rural, não é algo fadado a desaparecer. Ao contrário, e principalmente nos espaços portugueses tidos como ‘rural profundo’, a atividade agrícola está em transição para um modelo menos industrial que consegue coexistir com as outras funcionalidades que o território possui.

Segundo a Comissão Europeia (2012), na atualidade, são quatro eixos que sustentam o pilar de desenvolvimento rural, e apenas um deles está vinculado diretamente à produção agrícola, desde que respeite o conceito de desenvolvimento rural sustentado pela política, qual seja: produção sustentável de alimentos, sem danos ao ambiente natural e as pessoas envolvidas em sua produção. Os outros três eixos são destinados ao investimento nos espaços rurais, ao aprimoramento das pessoas, do emprego e da economia nesses ambientes e à melhoria da governança nas comunidades, a exemplo do programa LEADER¹¹.

¹¹ “o ‘eixo Leader’, inspirado na experiência adquirida com a Iniciativa Comunitária Leader, tem como objetivo a implementação de estratégias locais para o desenvolvimento rural através de parcerias público-privadas a nível local” (CE, 2012). É interessante ressaltar que a iniciativa LEADER surge no início dos anos 1990 como uma alternativa para o desenvolvimento rural independentemente das medidas estabelecidas pela PAC. Essa iniciativa já previa uma parceria entre agentes locais para a construção de capital social e promoção de desenvolvimento local como medidas importantes na reconstrução do ambiente e da identidade rural.

3.5. A CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA E DE NOVOS ATORES NA REOCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS

Segundo dados da Comissão Europeia: a agricultura orgânica da UE constitui um dos setores mais dinâmicos, tendo representado, em 2004, cerca de 5,8 milhões de hectares (3,5 % da superfície agrícola total) e 150.000 empresas”. Essa porcentagem subiu em 2014 para 5% da superfície total (EUReview, 2014). Apesar do aumento significativo de hectares cultivados de forma orgânica, estudos feitos pela própria Comissão Europeia mostram que há muito espaço para o crescimento dessa atividade em áreas a serem cultivadas e em benefícios a serem aproveitados.

Desde 1992, os Estados membros são livres para utilizar parte da verba dos programas de desenvolvimento rural em suporte à produção orgânica. Até 2014, não existiam programas dirigidos especificamente para a produção orgânica os Estados podiam direcionar as verbas de acordo com suas diretrizes nacionais de apoio à agricultura orgânica e à produção sustentável de alimentos. Esse cenário mudou a partir de 2014 quando foi criada, dentro do segundo pilar, uma medida específica de suporte à agricultura orgânica, que, em 2015, passou a integrar também o primeiro pilar.

Nesse contexto, a agricultura orgânica vem ganhando importância de forma gradual. A valorização é proporcional à importância que o consumo desses alimentos adquiriu dentro da comunidade. Assim, muito embora as normas para produção, processamento e comercialização orgânica na Europa tenham sido definidas na década de 1990, o crescimento em popularidade, com maiores volumes de produção e consumo é muito mais recente. Essa popularização fez com que a percepção da agricultura orgânica passasse de reguladora de funções ecológicas do ambiente para mais uma forma de gerar renda no campo, além de cuidar do ambiente natural e da saúde dos indivíduos.

Um outro fato ligado à produção orgânica dentro dos dados apresentados pela Comissão Europeia é que ela representa uma oportunidade para atrair mais jovens ao campo. Um estudo feito em 2011 (SANDERS et al, 2011) mostra que a porcentagem de jovens no campo praticando agricultura orgânica era maior do que de pessoas acima de 55 anos desenvolvendo a mesma atividade. Contudo, a agricultura orgânica, por suas características, ainda consegue envolver outros setores dentro de sua cadeia produtiva, o que pode ser uma forma positiva de fixar novos habitantes no meio rural. Praticantes de uma agricultura nesses termos procuram desenvolver suas marcas e agregar mais valor ao produto final, seja por meio do processamento ou do envolvimento com o turismo local (por exemplo).

Apesar de todo o dinamismo que qualquer sociedade possui, ela tende a preservar sua essência e, dentro do ambiente rural, a principal característica do agricultor sempre foi a produção de alimentos, sua importância de fato esteve vinculada a essa atividade. Com o passar dos anos, o agricultor incorporou outras funções – a de mantenedor dos recursos naturais, cada vez mais escassos, e a de guardião de conhecimentos ancestrais já pouco ou quase nada difundidos – mas invariavelmente conseguiu manter sua essência de produtor de alimentos.

Contudo, pouco mais de 50 anos após o processo histórico que culminou no nascimento da Comunidade Europeia, a identidade dos povos que habitam o rural é mais uma vez o palco para uma série de novas discussões presentes na sociologia rural, e que perduram há mais de 20 anos, que após analisar o período anterior dos êxodos sofridos no ambiente rural em direção as cidades, considera agora um movimento reverso dos centros urbanos para os espaços rurais.

Batista (2011) chama de transição rural a convergência de três tendências da busca pelo rural: para lazer, turismo ou morada. Ele fala de um rural que deixa de ser simplesmente agrícola e passa a representar outras formas de consumo para estes novos habitantes/frequentes, chamados de ‘novos rurais’ ou ‘neorurais’. Esses atores, grosso modo, buscam no ambiente rural um espaço de lazer e/ou de produção e trabalho e trazem consigo a possibilidade de atribuir

novo dinamismo a essas localidades. A principal característica atribuída à essas pessoas é o distanciamento da visão do rural como local homogêneo e destinado unicamente à produção de alimentos, ao contrário, muitos desses novos habitantes enxergam o rural como um local dotado de inúmeras funcionalidades.

As definições para os novos habitantes do espaço rural são muitas. De acordo com o levantamento feito por Pinto (2015), os neorurais podem ser desde pessoas que buscam no campo um local de retiro temporário da vida agitada na cidade, até aqueles que procuram o espaço rural como outra opção de trabalho e investimento e abandonam os grandes centros como *locus* de produção econômica. De um extremo a outro, é possível encaixar uma série de tipos de atores que passam a usufruir do ambiente rural seja para lazer seja para trabalho. Contudo, a única característica comum a todos eles, entre todas as possibilidades apresentadas, é que eles passam a integrar uma nova dinâmica, reduzindo a distância e, possivelmente, as diferenças entre cidade e campo.

Para Batista (2011), a questão da terra hoje volta à tona, mas não no contexto da posse para produção. Segundo o autor, a terra está relacionada ao uso que será feito dela em relação a sociedade, exige-se mais responsabilidade no tocante as atividades desenvolvidas e ao valor que elas possuem para a comunidade local, principalmente. Quando extrapolamos essa questão do uso da terra para o território, temos o que Natário et al (2011) chamam de peça-chave no processo de desenvolvimento territorial endógeno, uma vez que valoriza recursos locais, engloba aspectos sociais, econômicos, técnicos e culturais e valoriza a participação da população.

Esse novo público traz consigo uma visão ampliada do ambiente rural que, muito embora ainda carregue traços de idealismo e romantismo, também inova quando passa a perceber a multifuncionalidade dos espaços e, por consequência, o mosaico de possibilidades que esse ambiente oferece. Dentro do universo tratado nesta pesquisa, procuramos então direcionar nosso olhar para aqueles atores que, vindo de outras localidades em direção ao campo, optaram por desenvolver também a agricultura orgânica, independentemente se o faziam como lazer, como um complemento de renda ou como atividade principal.

No conjunto dos espaços visitados e dos agricultores entrevistados, percebemos uma grande diversidade de origens e propósitos em relação à atividade agrícola. Em virtude desse fato, identificou-se como mais importante, em termos de conceitualização, olhar para os fluxos que estão acontecendo dentro dos espaços ao invés de tentar caracterizar os atores, uma vez que são mais dinâmicos e complexos.

associações/cooperativas de produtores rurais (AP). Para este público foi construído um roteiro de perguntas semi estruturadas uma vez que o objetivo ao entrevistar as instituições era tratar de questões mais subjetivas relacionadas ao papel da agricultura orgânica na região.

Entrevistamos representantes de três OCs na região: Tradição e Qualidade – Associação Inter-profissional para os Produtos Alimentares de Trás-os-Montes, Certis – Controlo e Certificação Lda. e Sativa – Controlo e Certificação de Produtos. E representantes de quatro APs no distrito de Bragança: ANA – Associação Norte Agrícola, APATA – Associação de Produtores Agrícolas Tradicionais e Ambientais, LCN – Cooperativa dos Lavradores do Centro e Norte, MONTEVAL – Associação para o desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria.

O segundo modelo de questionário desenvolvido para os agricultores era estruturado. Para o universo de Trás-os-Montes optamos por uma metodologia que pudesse ao mesmo tempo atender aos objetivos iniciais deste estudo e fosse viável para o período que tínhamos para executá-la. Dessa forma, construímos uma amostragem estratificada uniforme dentro da região usando a base de dados dos agricultores orgânicos disponibilizados pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR). O contato com os entrevistados foi feito a partir da indicação dos representantes das OCs com que tivemos contato.

De acordo com a DGADR (2017), a região possuía em 2015 um total de 1278 agricultores orgânicos, entre produção vegetal e animal, o que nos levou a uma amostragem mínima de 40 agricultores. A escolha dos agricultores foi feita de forma aleatória e procurou-se manter a diversidade em relação ao tipo de cultura praticada.

As perguntas de ambos os questionários foram feitas a partir do referencial teórico de redes, em especial, da metodologia proposta pela equipe de pesquisadores da rede rural (PLOEG e MARSDEN, 2008). As perguntas foram formuladas procurando responder ou entender a força das dimensões específicas.

Para isso utilizou-se dois modelos de roteiros para as entrevistas (Anexo 1). Um primeiro, aplicado junto aos representantes de certificadoras e associações de agricultores, que constava de um roteiro semiestruturado de temas para as entrevistas. Com esse instrumento buscou-se verificar a percepção dos entrevistados sobre: grau de endogeneidade; força do capital social; governança de mercados; sustentabilidade tanto das atividades agrícolas como de ações pontuais e coletivas de caráter social dos agricultores; capacidade de inovação e empreendedorismo dos atores; capacidade ou vontade das certificadoras em lidar com os vários níveis de instituições públicas.

O segundo modelo de entrevista teve por base um de um roteiro de perguntas estruturado aplicado junto aos agricultores, que possibilitasse uma análise qualitativa e quantitativa com base em informações sobre: características gerais dos agricultores e sua produção; endogeneidade; sustentabilidade; capital social; governança e mercados; inovação/empreendedorismo; arranjos institucionais.

3.6.2 Resultados

De acordo com a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR, 2017), levando em consideração apenas a produção vegetal, em 2015, Portugal possuía 4.006 agricultores orgânicos. Em Trás-os-Montes, eram pouco mais de 24% (969) dos agricultores que atuavam sob esse modo de produção, dos quais 70% dedicavam-se ao cultivo de frutos secos e 65%, ao de olivais. Em comparação ao resto do país, a região possui 64% de todos os produtores de frutos secos, 30% dos produtores de azeite e 39% dos produtores de uva.

Já em relação à superfície total cultivada na região e ao tamanho das propriedades, a região estava abaixo da média nacional, posto que a área cultivada em Trás-os-Montes representava apenas 7% do total nacional. No entanto, é importante lembrar das características geográficas – região de serras – e sociais – característica histórica de pequenas propriedades –

da região que acabam por determinar o tamanho das propriedades e a forma como estas são geridas.

Ademais de suas potencialidades em termos agrícolas, a região também oferece – e vem se especializando nisso – atrativos turísticos como aqueles relacionados à gastronomia, ao turismo rural, aos esportes de aventura e às festas regionais. Em termos de capital territorial, é um território que tem muito a oferecer, e isso é uma herança deixada pelos muitos anos de história construídos pelas famílias tradicionais da região, e que hoje convivem em harmonia com o novo e o não convencional. Apesar de ter sofrido com a forte emigração, a região contava com a presença de novos personagens, entre eles, jovens agricultores e empresários que decidiram investir na produção rural dando continuidade ao negócio da família e/ou para ter mais uma opção de renda.

Em nossa pesquisa encontramos 27,5% de agricultores orgânicos que sempre estiveram na região, 57,5% afirmaram que viveram no campo sua infância, saíram para estudar e retornaram, e apenas 10% vieram para a região com o intuito de investir na atividade agrícola. Considerando apenas o universo de agricultores que saíram e voltaram para o interior a motivação está dividida em três aspectos: herança deixada pela família (uma terra pouco produtiva ou abandonada); continuidade do negócio da família; a insatisfação com o trabalho na cidade e a busca por novas oportunidades.

A média de idade entre os entrevistados era de 49,5 anos. O tamanho médio das propriedades era de 59 hectares e a área média de produção (S.A.U) era de 41 hectares. Em relação ao tamanho total da área cultivada sob produção orgânica (PO), dentro do universo pesquisado, a soma chegou a 1.170 hectares na produção vegetal. E, na produção animal, o total de cabeças em PO era de 742 animais, entre caprinos, ovinos, suínos e bovinos, e 425 colmeias.

Dentro da produção vegetal, haviam três culturas predominantes na região: a azeitona (*O. europaea*), a castanha (*C. sativa*) e a amêndoa (*P. dulcis*). Encontrou-se ainda a produção em menor escala de cerejas (*P. avium*), figos (*F. carica*), marmelos (*C. oblonga*), maçãs (*M. domestica*), mirtilo (*V. myrtillus*), morango (*F. chiloensis*), goji berry (*L. barbarum*), groselha (*R. rubrum*), avelã (*C. avellana*) e pistache (*P. vera*). Além destas, também foram encontradas áreas com produção de grande variedade de plantas aromáticas e cogumelos.

Dentre os 40 entrevistados, 92,5% declararam que a propriedade agrícola que utilizavam havia sido herdada ou era de uso comum com pais e familiares. Esse fato influenciou os entrevistados pela escolha da profissão de agricultor, posto que 50% citou a herança como fator determinante na opção pela agricultura orgânica. A admiração pela profissão apareceu logo em seguida, citada por 43% dos entrevistados. A percepção da agricultura como uma nova oportunidade de negócio foi citada em 33% dos casos, e a motivação gerada pelos subsídios, em 30%. Apenas um entrevistado – sem qualquer grau de parentesco na região – afirmou ter decidido investir na produção agrícola a partir da influência de amigos e da oportunidade de ter uma parte de seu investimento subsidiada pelas ajudas públicas. Metade dos entrevistados relatou que dedicava tempo integral à agricultura, enquanto a outra parte também desenvolvia outras atividades profissionais.

Verificou-se uma percepção entre os entrevistados de que o ambiente rural sofreu alterações nos últimos 30 anos e que elas estão relacionadas ao aumento da mecanização no campo, que acaba por diminuir o número de pessoas que se dedicam à agricultura. Outra percepção foi em relação aos tipos culturais. Existia um consenso entre os entrevistados de que as culturas eram mais variadas, havia mais cereal (centeio, trigo, aveia) e mais animal (carne e leite) e que tudo isso deu lugar a uma certa monocultura da castanha e da amêndoa, que são culturas que não exigem tanto trabalho humano e acabam por afastar as pessoas dos espaços rurais.

A opção pela agricultura orgânica, para 95% dos entrevistados, estava relacionada ao aumento de benefícios financeiros que ela pode trazer. Os subsídios foram citados por 55% dos

entrevistados e a possibilidade de aumento da renda por 40%. No entanto, apenas 62% dos entrevistados vendiam sua produção como orgânica. Os que não o faziam diziam que não recebiam mais pelo produto e que também não havia mercado local para a venda como orgânico. Os produtos comercializados como orgânicos eram: azeitona, o azeite, amêndoa, frutos vermelhos, ervas aromáticas e mel. Além da questão financeira a alternativa que apontava a escolha do modo de produção orgânica como algo ambientalmente mais correto foi marcada por 47% dos entrevistados.

Verificou-se que havia a necessidade, para todos os agricultores, de estar associado a uma cooperativa ou associação para que fosse possível submeter seus projetos, e assim receber as ajudas provenientes da PAC. Consequentemente, 90% dos agricultores entrevistados disseram pertencer a algum tipo de associação ou cooperativa. Todos usufruíam de algum tipo de assistência técnica, e 90% possuíam maquinários próprios. No geral, a compra de maquinários e a construção de barracões ou armazéns nas propriedades era feita com a ajuda dos subsídios.

Sobre a política de subsídios atual, as respostas revelaram uma posição favorável em 80% dos questionários. Todos os entrevistados concordaram que, se não houvesse ajuda, a agricultura no país já teria acabado. Ainda que houvesse uma pequena porcentagem contrária a política em questão (20%), eles não estavam satisfeitos com a forma como os recursos eram distribuídos, a pouca valorização dos produtos agrícolas e a dependência que a simples distribuição de benefícios gera nas pessoas.

3.6.3. Discussão

Dentro de nossa amostragem, verificamos que existe diminuição da idade média dos agricultores, aumento da atividade agrícola e maior grau de escolaridade – 38% dos entrevistados possuíam curso superior como escolaridade mínima e apenas 18% possuíam somente o ensino básico. Esses dados, quando comparados as estatísticas divulgadas pela DGADR, nos permitiram visualizar um rejuvenescimento da população, bem como o aumento no número de pessoas com formação superior atuando no campo.

Tal aspecto reflete, em parte, os investimentos feitos pelo país no âmbito da PAC, mais especificamente, aqueles destinados ao desenvolvimento rural e que se encontram dentro do guarda-chuva do Pilar II. Também faz parte da estratégia a obrigatoriedade, por parte daqueles que usufruem dos benefícios, de passar por cursos de formação. No âmbito da agricultura orgânica, torna-se importante inclusive para o processo de certificação da exploração. Segundo os representantes das instituições que foram entrevistados, o investimento na formação de agricultores foi muito importante no princípio, mas que precisava ser revisto e ampliado.

Entre os agricultores, pudemos perceber durante as entrevistas que eles consideravam os cursos obrigatórios como mais uma etapa para o recebimento das ajudas, eram poucos os que realmente aproveitavam e se interessavam pelo conteúdo. No entanto, a obrigatoriedade de estar presente nos cursos fazia com eles tivessem mais um espaço onde poderiam trocar informações e estreitar laços, impactando na sua capacidade de formação e/ou fortalecimento de seu capital social.

A pluriatividade como uma característica entre os novos empreendedores era um fato na região e que também se apresentava entre aqueles que sempre estiveram em áreas rurais. No entanto, o vai e vem de jovens agricultores em função das ajudas públicas era alvo de críticas dos mais velhos, muito embora esse movimento tenha trazido alguma dinâmica para os espaços. Houve depoimentos em que os entrevistados declararam terem optado pelos cultivos da azeitona, da amêndoa e da castanha por serem culturas que não exigem dedicação em tempo integral, como o trato com animais ou a horticultura. E há pessoas que, após conclusão de seus estudos, decidiram investir na própria municipalidade em detrimento da busca de trabalho nos grandes centros como a cidade do Porto ou Lisboa. Existem funcionários públicos,

administradores de empresas, arquitetos, engenheiros e, inclusive, trabalhadores rurais que dedicavam parte do seu tempo a trabalhar em outras atividades relacionadas a agricultura na própria região.

Sem dúvida que a opção pela região de Trás-os-Montes, por aqueles que decidiram investir em uma atividade agrícola, está diretamente relacionada a questões familiares e herança, mas sua permanência demonstrou a viabilidade do investimento principalmente no tocante a produção orgânica. Foi mencionado, por cerca de 80% dos entrevistados, que, na região, não existia a necessidade de utilização de agroquímicos, principalmente nas culturas mais tradicionais. Esse fato contribuía para a questão da sustentabilidade da atividade na região, já que não era preciso muitos aportes de insumo externos às propriedades para que se conseguisse uma boa produção.

Se por um lado existe o benefício gerado pelas características naturais da região em relação à produção rural, qual seja, o de uma produção orgânica de qualidade, por outro lado esse aspecto ainda não é bem gerenciado em termos comerciais pelos agricultores que entrevistamos. Além de não investirem na comercialização dos produtos como orgânicos, muitos apenas entregavam sua produção às cooperativas ou associações sem que houvesse qualquer tipo de beneficiamento ou diferenciação entre convencional ou orgânico. Da mesma forma, foi possível perceber, a partir das entrevistas com as associações de produtores e empresas certificadoras, que a participação de instituições públicas no fomento ao consumo de produtos orgânicos na região era muito fraca. Esse dado demonstra uma certa dificuldade na questão da governança de mercados uma vez que a articulação e a movimentação de toda a cadeia produtiva ainda estavam muito dependentes do empenho particular de cada agricultor.

No entanto, foi possível encontrar pessoas com perfil diferenciado. O trabalho desenvolvido por eles pode ser considerado inovador para região, apesar de ainda o fazerem de maneira isolada, sem articular com outros grupos, mesmo que informais, com os quais pudessem melhorar o preço do produto, com propostas coletivas de beneficiamento, marcas, distribuição, entre outros aspectos. Dos 40 entrevistados, apenas seis possuíam marcas próprias para a sua produção, quatro eram produtores de azeite. Um dos entrevistados possuía duas marcas distintas de azeite orgânico, uma direcionada para o consumidor mais gourmet e a outra para atender outro tipo de cliente dentro do universo de produtos orgânicos. Metade de sua produção era comercializada em Lisboa e Porto, e o restante era exportado.

Os outros dois produtores com marca própria a utilizavam apenas para exportação, um de mel e outro de ervas aromáticas. Era consensual entre os agricultores entrevistados que, na região de Trás-os-Montes, não existia mercado para a comercialização de seus produtos. Segundo eles, os moradores da região possuem suas próprias produções e não há movimento de consumo que justifique marcas que agreguem um valor diferenciado ao produto final. Eles disseram também não haver um movimento de turistas na região, como o que há nos grandes centros e, um dos principais pontos de vendas de mercadorias orgânicas são lojas especializadas em produtos orgânicos muito frequentadas por turistas.

O discurso encontrado entre os técnicos e engenheiros entrevistados foi que era preciso mais organização e cooperação entre agricultores para que conseguissem melhorar a distribuição de sua mercadoria e aumentar o valor acrescentado de seus produtos. No geral, o envolvimento dos agricultores com as associações ou cooperativas que faziam parte era fraco, muitos não sabiam ao certo o nome da instituição ou qual o papel dela – se davam apoio técnico ou faziam projetos – muitas vezes, confundiam também a certificadora com a associação que dava apoio técnico.

Apesar de existir um forte capital territorial na região, muito presente nas tradições e na cultura transmontana, ainda falta investimento e atenção por parte dos atores envolvidos no processo. Entende-se que uma mudança nesse quadro é necessária para transformar essa

potencialidade do território em capital social, isto é, que gere algum tipo de envolvimento local e mudança estrutural.

Percebe-se que a comercialização em si não era um problema, mesmo quando a produção era pouca ou inconstante. Para os agricultores entrevistados que não vendiam seus produtos como orgânicos, o valor adicional que receberiam do mercado pela sua produção, eles recebiam (em parte) das medidas públicas de incentivo à produção orgânica. Segundo eles a venda para as cooperativas facilitava a negociação da produção (não tinham que buscar mercados específicos ou negociar pessoalmente com os compradores), apesar da insatisfação em relação aos preços dos produtos praticados pelas cooperativas.

Foi possível observar, durante as incursões a campo, espaços rurais ativos e produtivos, apesar das declarações de diminuição do número de pessoas, e um certo rejuvenescimento daqueles que estavam a desenvolver atividades no campo. Existe inovação sendo feita na região, ainda que a passos lentos, seja pelas novas culturas agrícolas introduzidas seja pelo manejo das propriedades, ao mesmo tempo que observou-se um certo grau de endogeneidade na valorização das culturas locais e da tradição vinculada ao território. A sustentabilidade, entre todas as dimensões da rede rural, foi a que mais se destacou, tendo no ambiente de montanhas e na variabilidade de clima regional aspectos que facilitavam o modo de produção orgânica (para algumas culturas), da mesma forma que aumentavam as possibilidades de investimento em turismo rural e em turismo de aventura na região.

Contudo, as facilidades não foram melhoradas, as ofertas de trabalho ainda estão nos grandes centros, da mesma forma que é para lá que vai grande parte da produção agrícola. Muitas críticas foram direcionadas pelos entrevistados às instituições públicas por negligenciarem os processos burocráticos relacionados as medidas de fomento da PAC, os cursos formação dos agricultores e por não investirem em uma campanha mais séria direcionada à produção orgânica, incentivando seu consumo. Por sua vez, ainda existe uma mudança estrutural muito grande para ser conquistada pelos agricultores, é preciso maior envolvimento por parte desses atores tão importantes na manutenção do espaço rural, o qual já provou ser capaz de atrair novos habitantes e ainda oferecer boas condições ambientais para a sua permanência.

Este fato justifica a necessidade de observar a região de diferentes formas, levando em consideração a diversidade de aspectos e dimensões que faz dele um espaço capaz de constituir uma rede rural.

3.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja como um retorno às suas raízes, seja como uma nova opção de vida, a dinâmica social encontrada durante os inquéritos realizados nos pareceu muito mais importante para a caracterização do espaço estudado do que a história pessoal de cada ator. Os fluxos deflagrados traziam consigo preocupações com a sustentabilidade que repercutiam em inovações e que possibilitavam maior rentabilidade à atividade agrícola, novas estratégias de geração de renda, incluindo a agregação de valor aos produtos com novas estratégias de processamento e diferenciação para o mercado, e a inclusão de novas culturas agrícolas.

De acordo com uma visão mais convencional do desenvolvimento, esse movimento é residual e não gera o salto econômico que se espera a partir dos investimentos que vêm sendo feitos. Contudo, o movimento de retorno ao campo ocorre na contramão dos conceitos convencionais e também do histórico das movimentações das massas dentro de um território. São pequenas manifestações que precisam de um tempo para serem sentidas e observadas. Se utilizarmos o olhar do desenvolvimento proposto pela metodologia das redes rurais, será possível observar uma nova rede se formando nos espaços tidos como vazios, envelhecidos e economicamente inviáveis.

A hipótese de que a agricultura orgânica é um importante fator de repovoamento, inovação, promoção de redes e capital social para os territórios rurais pode ser comprovada por meio do número de jovens agricultores encontrados durante a coleta de dados, das inovações referentes às culturas agrícolas, a forma de processamento e comercialização da produção e, por fim, da satisfação em relação a atividade agrícola percebida durante os momentos das entrevistas.

Para a região de Trás-os-Montes, sem dúvida, que a agricultura é um fator de dinamismo local. Mas sozinha não consegue dar conta de promover uma mudança significativa nos espaços já esvaziados. A prática da agricultura orgânica apresenta-se como potencial catalisador, mas para isso é necessário estar relacionada a uma série de outros fatores que vão da comercialização de seus produtos localmente à valorização das pessoas que atuam no segmento e dos benefícios que são gerados a partir dessa atividade.

A atividade agrícola é responsável pelo abastecimento da população, é produtora de matéria-prima para a agroindústria, de bioenergia (na atualidade) e, além dessas funções básicas, possui também função social que está diretamente ligada à formação das sociedades. Assim, nos parece muito importante que, desde o primeiro modelo proposto até os dias atuais, dentro das discussões em torno da criação e das reformulações da PAC, as questões identitária e social estivessem sempre presentes. Ainda que houvesse também o interesse econômico vinculado a tudo isso.

E, apesar das controvérsias e dos interesses que permeiam até hoje as discussões em torno da PAC, é possível observar um fator que chama atenção: a capacidade de agregar, em um mesmo conjunto de regras, grande diversidade de agricultores que independe de tamanho ou tipo de produção. Assim que, levando em consideração todas as etapas e reformulações sofridas, o propósito da política ainda é o de sustentar uma identidade fortemente ligada à agricultura.

Dentro desse contexto, é possível extrapolar a hipótese inicial deste artigo, voltada apenas à agricultura orgânica, para qualquer atividade em áreas rurais. Desde que as mesmas estejam conectadas em uma espécie de rede de relações dentro de um ambiente onde seja possível identificar certa diversidade de dimensões sociais. Dar maior importância ao desenvolvimento territorial endógeno, reforça as particularidades e dá força aos agentes locais.

Muito foi discutido e reformulado até o ano de 1992, que marca o surgimento do conceito de desenvolvimento rural como um pilar importante dentro da PAC. A multifuncionalidade da agricultura também integra a visão de que é preciso dar valor a outras

atividades no ambiente rural que não sejam apenas relacionadas à produção agrícola, uma vez que ela sozinha não sustenta uma comunidade inteira. É preciso investir em outros aspectos dentro da comunidade para que esta tenha autonomia e possa oferecer serviços além daqueles diretamente ligados ao trabalho no campo.

Percebe-se dentro das novas reformulações do Pilar II da PAC a importância de ações ou políticas que tragam para o território oportunidades ligadas a outros setores como o de serviços, transportes, cultura, entre outros. A palavra inovação é repetida muitas vezes nos discursos daqueles que realizam os trabalhos de acompanhamento e análise dos projetos sob financiamento da PAC, mas ela ainda aparece muito vinculada à inovação na produção agrícola e na aproximação entre os conhecimentos científicos e tradicionais no que compete à otimização da atividade rural.

E é exatamente em contraposição a esse fato que sustentamos a hipótese do investimento cada vez maior em ações conjuntas nas áreas rurais, mas que tenham como ponto central a agricultura orgânica ou uma prática mais sustentável na produção de alimentos, sem que este seja o objetivo final da política propriamente dita. Dessa forma, como já foi demonstrado neste artigo, é possível relacionar ao processo produtivo no campo a uma série de outros aspectos como a gastronomia, o turismo rural, as certificações e denominações de origem de um determinado produto, bem como o desenvolvimento de novos produtos e aspectos que terão, sem dúvida, a produção de alimentos como um importante ‘nó’ dentro da rede.

Por fim, pensar em uma política comum que consiga organizar e ocupar um território com inúmeras identidades é, no mínimo, desafiador. Da mesma forma que, juntar em um mesmo pacote produção agrícola em larga escala e desenvolvimento rural, nos parece controverso. No entanto, é possível apostar no ponto comum a todos esses aspectos: a agricultura e os atores que a praticam. Ela é sem dúvida uma atividade de muita importância para as nações, ela produz, ao mesmo tempo, riquezas materiais e imateriais e, por isso, deve ser preservada, estimulada e aprimorada.

4. CAPÍTULO III

AS CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO ORGÂNICA ENTRE NOVA FRIBURGO E TERESÓPOLIS: ASPECTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS

4.1. RESUMO

Este capítulo faz um estudo de caso sobre a agricultura orgânica na região serrana fluminense e que compreende os agricultores orgânicos vinculados aos núcleos de Teresópolis e Nova Friburgo da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO). O objetivo é levantar aspectos dos grupos locais formados por uma infinidade de ‘tipos’ de pessoas que, juntos, conformam um novo espaço, uma nova ruralidade. Neorrural ou agricultor tradicional, ex-produtor convencional, agricultor orgânico, agricultor agroecológico, seja qual for a definição que damos a esses atores, é a união de todos os ‘tipos’ em um mesmo espaço que vem transformando o cotidiano dos municípios da região. Buscamos entender se a atividade agrícola orgânica é o elemento agregador principal dos grupos, além de avaliar a importância de outras dimensões nesse processo, como a relação com o ambiente natural, a oportunidade de outras opções de trabalho, maior qualidade de relações sociais, o turismo, entre outras. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi pautada em instrumentos de pesquisa qualitativa, levando em consideração a metodologia da Rede Rural. Esse tipo de abordagem permitiu entender as articulações e conexões que conformam o ‘circuito da agricultura orgânica’ entre Teresópolis e Nova Friburgo.

Palavras Chave: Agricultura orgânica, Novas ruralidades, Redes rurais

4.2. ABSTRACT

This paper is a case study on organic agriculture in the mountainous region of Rio de Janeiro. It includes the organic farmers linked to the Teresópolis and Nova Friburgo groups' from the Association of Organic Farmers of Rio de Janeiro state (ABIO). The aim is to raise aspects of the local groups formed by an infinity of 'types' of people that, together, conform a new space, a new rurality. Neorrural or traditional farmer, former conventional producer, organic producer, agroecological producer, whatever the definition we give to these actors, is the union of all 'types' in the same space that has been transforming the daily life of the municipalities of the region. We seek to understand if organic agricultural activity is the main aggregating element of the groups, in addition to dimensioning the importance of other dimensions in this process, such as the relationship with the natural environment, the opportunity of other work options, higher quality of social relations, tourism, among others. The methodology used to carry out the research was based on qualitative research instruments, taking into account the Rural Web methodology. This type of approach made it possible to understand the articulations and connections that make up the 'circuit of organic agriculture' between Teresópolis and Nova Friburgo.

Key words: Organic agriculture, New ruralities, Rural web

4.3. INTRODUÇÃO

A região serrana fluminense abriga 16 dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. Com características semelhantes de clima e geografia, a agropecuária configura-se como a principal atividade econômica em grande parte de seus municípios, com exceção de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, que também se destacam nos setores de serviços e indústria. Foi dentro desses três municípios que se deu o maior incremento populacional da microrregião (GALLIEZ, 2014).

A agricultura orgânica chegou à região durante a década de 1980 e consolidou-se no final da década seguinte. Além de mais um modelo produtivo, essa prática assume a forma de um movimento que questiona o padrão industrial de produção de alimentos. A história na região foi construída basicamente por agrônomos e outros profissionais liberais aliados a agricultores locais. Eles tinham a consciência da necessidade de uma prática menos agressiva em relação ao ambiente e à sua própria saúde.

Esse movimento fez surgir, em 1985, a ABIO (Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro). Na época, começou como uma instituição para suprir a necessidade de um grupo de agricultores viabilizarem a comercialização diferenciada de seus produtos. Aos poucos, assumiu a função de apoiar os agricultores e os auxiliar no processo de conversão das propriedades para um sistema menos industrial, uma vez que, ainda não se falava no Brasil em necessidade de um selo orgânico. Hoje, a associação é responsável pela gestão de todos os Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) da conformidade no território fluminense, além de ter participado da construção da primeira legislação brasileira sobre agricultura orgânica, ajudando no desenho dos SPGs como mais uma opção de verificação da conformação na produção orgânica de alimentos. Foi a partir de uma ação da ABIO (com o apoio da FAPERJ) que surgiu o circuito carioca de feiras orgânicas, que, na atualidade, é um dos principais pontos de comercialização de alimentos orgânicos produzidos na serra.

Atualmente, a região abriga um elevado número de agricultores organizados em associações, grupos ou empresas com a finalidade de produzir e comercializar alimentos orgânicos. No entanto, não são grupos apenas formados por trabalhadores rurais, os grupos são heterogêneos e abrigam de produtores a consumidores, passando por profissionais da gastronomia, hotelaria e artes. Esse atores transitam entre as áreas de produção e consumo de alimentos bem como entre as diversas regiões onde o alimento orgânico está. A configuração da rede de pessoas e instituições que foi identificada durante a pesquisa está distribuída em alguns municípios da região serrana e também na capital do estado.

Nesse artigo, apresentaremos dados da região serrana com foco em duas das suas principais municipalidades, por representarem a sede dos grupos investigados: Nova Friburgo e Teresópolis. Mais adiante, após apresentar os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, trataremos de caracterizar quem são os atores responsáveis pela prática e difusão da agricultura orgânica na região e como contribuem para a formação de redes. Em seguida analisamos a relação do turismo e dos ambientes de montanha como cenários comuns e propícios ao envolvimento das pessoas com a prática da agricultura orgânica. Por fim, apresentaremos os dados da pesquisa realizada com a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT) e com o grupo de agricultores orgânicos de Nova Friburgo e, ao final, as considerações finais desse trabalho.

4.4. A REGIÃO DE TERESÓPOLIS E NOVA FRIBURGO

As características comuns entre Nova Friburgo e Teresópolis são a produção de hortaliças e o turismo. O turismo está diretamente relacionado com os ambientes de montanha típicos da região: clima, vegetação, paisagem, esportes, caminhadas, locais para cuidar da saúde, entre outros atrativos. A agricultura sempre foi uma aptidão local. Ainda que o território apresentasse restrições à mecanização e dificuldade para o escoamento da produção, o clima ameno (tropical de altitude), com muita cobertura vegetal (Mata Atlântica), chuvas abundantes durante quase todo o ano (com exceção do inverno que apresenta períodos secos) permitiram que a região se estabelecesse como o cinturão verde da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

Os municípios em questão são vizinhos dentro da região serrana fluminense (figura 6) e, com Petrópolis, representam as cidades que mais cresceram na região (GALLIEZ, 2014).



Figura 6: Mapa do estado do Rio de Janeiro com destaque para os municípios de Teresópolis e Nova Friburgo. Fonte: <http://ilha.news24horas.com.br/>

Desde a década de 1990, alguns municípios que faziam fronteira com a região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro começaram a despontar como cidades de médio porte, contribuindo para uma descentralização da concentração populacional, muito mais perceptível após a década de 2000 (MARAFON e RIBEIRO, 2006). Um dos destaques para esse acontecimento é a produção agropecuária, uma vez que Nova Friburgo e Teresópolis são dois importantes polos produtores e, juntos, conseguem movimentar um grande contingente de mão de obra e investimentos para a região. Apesar das propriedades terem tamanho reduzido, com poucas ultrapassando os 100 hectares, e produção predominantemente de olerícolas (ASSIS et al, 1996), a agricultura da região é responsável por 90% do abastecimento (CARNEIRO e ROCHA, 2009) de hortaliças dos cerca de 12.377.505 habitantes (IBGE, 2017) da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

A pluriatividade é uma particularidade dos atores da região, Marafon e Ribeiro (2006) e Carneiro e Rocha (2009) identificaram a existência de agricultores que também possuíam outras funções, seja nos centros urbanos, seja em suas propriedades, as quais estavam, em sua maioria, relacionadas ao turismo (restaurantes, hotéis, casas de lazer). Há, porém, uma diminuição da importância da atividade agrícola na composição da renda das famílias, mas que

não significa o seu desaparecimento, uma vez que possui grande importância na manutenção da identidade da população e do território por meio do uso correto de recursos naturais (CARNEIRO e ROCHA 2009).

“(...) esses dois municípios (Nova Friburgo e Teresópolis) destacam-se como polo dinamizador da economia da região, principalmente no que se refere a rede de comércio e serviços, incrementada pelo turismo, mas também nos aspectos políticos, culturais e educacionais” (CARNEIRO e ROCHA, 2009: 255).

A forma de atuação dos agricultores foi apontada pelos autores citados como uma característica muito importante para o desempenho econômico das famílias bem como das localidades onde vivem. Teresópolis e Nova Friburgo, afora a atividade agrícola, também possuem, como atividade econômica, os serviços vinculados ao turismo, principalmente, e à indústria, no caso de Nova Friburgo que na atualidade configura-se como principal setor econômico do município.

4.4.1 Agricultura orgânica: um breve relato do seu histórico na Região Serrana Fluminense

Assim como mencionado anteriormente, a produção agrícola é uma característica marcante da paisagem da Região Serrana Fluminense. É ela a maior responsável pelo abastecimento da grande maioria das hortaliças consumidas na capital do estado. Contudo, o modelo com que esse alimento é produzido e comercializado ainda respeita, em sua maioria, aquele pautado na indústria, ou seja, produção em grande escala, preços reduzidos, e uma forte dependência de insumos externos à propriedade. É um modelo adotado no final dos anos 1960 e que se mantém até os dias atuais na região, contribuindo para um aumento significativo no número de agricultores e no volume de alimentos produzidos por eles (ASSIS et al, 1996; GALLIEZ, 2014).

A agricultura orgânica chegou na região ao final da década de 1970, mais especificamente no município de Petrópolis (FELIPPE, 2017). Na realidade, no período em questão, estava começando, em algumas regiões do Brasil, um movimento de contestação ao modelo convencional de produção de alimentos fortemente vinculado à indústria, as pessoas ligadas a esse movimento propunham uma nova forma de produção de alimentos, mais sustentável e alternativa ao modelo convencional. A institucionalização do termo ‘agricultura orgânica’ só veio mais para frente, em 2003, com a Lei nº 10.831, muito embora já se discutia sobre sua regulamentação desde o início da década de 1990 (FELIPPE, 2017).

Segundo Felipe (2017), foi em Petrópolis, município da Região Serrana Fluminense, que, com o apoio de profissionais ligados as ciências agrárias, deu-se início ao processo de produção orgânica no estado do Rio de Janeiro e pioneira no Brasil. Sua difusão na região é decorrente do trabalho de alguns profissionais no campo, mas também (e principalmente) da articulação e criação da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO). Essa associação, além de fomentar a prática da agricultura orgânica e difundir conhecimento específico em relação a produção de alimentos orgânicos, esteve presente durante todo o processo de institucionalização desse modelo produtivo, atuando ativamente na construção de leis e normas que regem a produção orgânica no Brasil. A principal delas é o SISORG – Sistema Brasileiro de Avaliação da conformidade Orgânica, pioneiro até os dias atuais na forma como se avalia a conformidade da produção orgânica no país.

O SISORG, foi elaborado em 2010¹², e desde então reconhece três formas de garantir a conformidade da produção orgânica no Brasil. A primeira delas é por auditoria, a mais comum

¹² Desde a criação da Lei da Produção Orgânica em 2003 até a criação do SISORG, toda a produção orgânica deveria passar por um processo de ‘certificação’ feito por uma empresa, o processo de Auditoria. A partir de 2010,

em todo o mundo, uma empresa faz o papel de auditar as áreas produtivas. O segundo formato é através do controle social entre os próprios agricultores. Um modelo mais restrito ao tamanho da propriedade, ao tipo do agricultor e a forma como são comercializados seus alimentos. E a terceira forma de garantir a conformidade da produção é aquela feita a partir de um sistema participativo de garantia, o SPG. Um pouco mais complexo e abrangente que o controle social, esse sistema, possui a mesma equivalência da garantia de conformidade feita através de auditoria (MUNHOZ et al, 2016).

A definição, dentro do SISORG, de outras formas de garantir a conformidade da produção orgânica, além da auditoria, possibilitou um aumento de unidades produtivas institucionalizadas. Segundo Felipe (2017), em abril de 2010 a ABIO possuía 11 grupos de SPG e em junho de 2017 eram 39 grupos. Esse formato, inovador e pioneiro, também caracteriza-se por ser muito mais acessível e inclusivo para produtores que desejam iniciar o processo de obtenção de um selo orgânico para sua produção e ainda possuem algumas inseguranças relativas aos seus processos.

Nesse sentido, não são apenas agricultores os beneficiados com esse sistema. Dentro de um grupo de SPG é preciso que haja a participação de outros membros da comunidade, como consumidores, técnicos, e demais pessoas que se interessem em fazer parte da produção orgânica em sua região. Eles se tornam membros ativos, com a obrigatoriedade de participar de reuniões e verificações nas propriedades. É dentro desse espaço construído socialmente onde se almejam as trocas (fluxos) de saberes diversos e a construção da confiança entre os membros do grupo.

Por fim, são aproximadamente 40 anos desde que a agricultura orgânica começou a ser pensada como um modelo de produção viável no País e, principalmente, no estado do Rio de Janeiro. No entanto esse modelo e os agricultores vinculados a ele ainda estão longe de ser maioria na Região Serrana Fluminense, que ainda é o maior polo de produção de hortaliças, tanto orgânico como de base industrial do estado. A convivência entre esses dois modelos nessa região é, de certa forma, pacífica. Contudo, apesar das montanhas que protegem e isolam, há ainda uma utilização muito grande de agrotóxicos na região, bem como de desastres naturais relacionados a um mau uso dos solos pela agricultura e pecuária. Assim, é preciso atentar para a forma como a região vem sendo utilizada, seja pela agricultura, pelo turismo ou pela urbanização desorganizada, e qual modelo está sendo priorizado por agentes públicos e formadores de opinião.

4.4.2 Agricultura orgânica: quem pratica e quem consome

É inegável a relação do aspecto turístico da região serrana à prática da agricultura orgânica, mas, antes de estabelecer essa relação, para este estudo, acreditamos ser importante esclarecer quem são os atores responsáveis pela evolução e difusão da agricultura orgânica. Uma vez que, além da questão turística que pode ou não estar diretamente relacionada com a produção orgânica de alimentos, há uma crescente demanda por alimentos orgânicos vinculada a uma mudança de conceitos sobre qualidade de vida e padrões de consumo (seja pela diminuição, seja pela substituição de tipos de produtos).

Para caracterizar os atores envolvidos com a agricultura orgânica, especificamente, partimos do conceito de neorrural como uma categoria social destinada à definição do indivíduo dentro de uma sociedade e chegamos ao conceito das novas ruralidades, que representam a mudança de paradigma nos espaços onde os neorrurais ou novos atores estão se organizando.

O termo neorrural foi inicialmente utilizado na França para denominar pessoas que mudavam suas habitações de centros urbanos para o campo. Giuliani (1990) define o

com a criação do SISORG, o processo passa a chamar 'garantia da conformidade' e pode ser feito a partir de uma empresa (Auditoria), do controle social ou de um sistema participativo (MUNHOZ et al, 2016).

‘neorruralismo’ e faz um estudo comparativo do movimento iniciado na França com os novos rurais no Brasil. Segundo o autor, o movimento de retorno ao campo, sob o prisma habitacional, na França, era apoiado por medidas governamentais que buscavam a descentralização das instalações industriais e também a reocupação do espaço rural com atividades agrícolas. Já no Brasil, o movimento de cidadãos em direção ao campo foi iniciado, principalmente, devido à insatisfação dos mesmos em relação à vida urbana.

As novas ruralidades representam, neste estudo, uma nova forma de enxergar os espaços, considerando as relações sociais entre atores, as relações de exploração com a terra e relações políticas e econômicas. É um conceito mais amplo e que considera todos os atores envolvidos e os espaços onde estão atuando e transformando. Para Brandenburg (2005), o conceito das novas ruralidades, mais especificamente o da reconstrução da ruralidade, vai abranger os atores e o contexto no qual vivem. É o resultado da interação pela busca de novas opções de vida, normalmente, relacionadas a atividades envolvendo o ambiente natural. Esse envolvimento entre grupos de diferentes origens no ambiente rural tornou-se possível, principalmente, pelo caráter multifuncional que o campo apresenta, possibilitando o aprimoramento das atividades voltadas à produção agrícola, à indústria, ao turismo e à recreação rural (BRANDEMBURG, 2005; CARNEIRO, 1998).

Mattos (2010) relaciona o aparecimento da agricultura orgânica na serra fluminense à chegada de neorrurais na região. Segundo o autor, o movimento de migração inversa para o campo ocorre, principalmente, pela insatisfação vivida por esses atores nos grandes centros urbanos e pela busca de mais qualidade de vida. O autor também relata que é um movimento que, no início da década de 1990, estava mais relacionado à busca por qualidade de vida e que, durante a década de 2000, torna-se também uma oportunidade economicamente viável.

Concomitantemente, no início da década de 2000, há uma maior valorização, nos grandes centros urbanizados, de alimentos produzidos de uma forma mais sustentável, e os mesmos passam a ter maior representatividade em feiras locais e centros de distribuição, resultando no aumento pela procura de alimentos orgânicos. A ‘popularização’ da agricultura orgânica (junto aos consumidores) e a percepção de maior rentabilidade na venda de seus produtos (junto aos agricultores) são fatores que também influenciaram na conversão de agricultores locais e convencionais para um sistema orgânico de cultivo.

Ao estabelecermos o surgimento da ABIO como um marco dentro da história da agricultura orgânica na serra fluminense, é possível afirmar que a grande maioria dos agricultores orgânicos que estavam na região eram neorrurais. Em 1991, a ABIO possuía 38 associados como agricultores (ASSIS et al, 1996). Ao longo dos anos, esse novo grupo presente no meio rural passou a fazer parte do cotidiano dos agricultores locais, ensinando, aprendendo, influenciando e sendo influenciado ou seja trocando conhecimentos. Novos atores passaram a fazer parte dessa rede e, apesar de origens e formações distintas, trabalharam em conjunto por uma nova forma de lidar com o ambiente natural. Atualmente, dos 723 estabelecimentos com selo orgânico no estado do Rio de Janeiro, 85% são associados à ABIO (MAPA, 2017).

Assim, essa rede que passa a habitar o espaço rural na região, tem sua primeira característica ligada a uma ideologia, da produção alternativa e da proteção ambiental. Com o passar dos anos outros fatores foram incorporados a essa rede, e o que era apenas uma ideologia, torna-se um ampliado leque de possibilidades que também abriga uma grande heterogeneidade de ‘tipos’.

4.4.3 O turismo: desdobramentos nas montanhas fluminenses e sua relação com a agricultura orgânica

O turismo, assim como a agricultura, possui uma grande variedade de possibilidades e definições. Quando consideramos a produção agrícola não industrial, por exemplo, temos: a agricultura biodinâmica, a agricultura natural, a agricultura biológica, a permacultura, entre

outros. Com o turismo acontece o mesmo, principalmente, quando tenta-se definir o turismo rural. Existe o turismo em áreas rurais; o turismo rural; o agroturismo; o ecoturismo e o turismo ecológico; e o turismo de aventura, entre outras modalidades.

Soares (2007) fez um estudo sobre os vários tipos de turismo para tentar chegar a um conceito mais preciso de turismo rural. Mas, assim como exposto pela autora, a dificuldade encontrada por ela e pelos autores que pesquisou pode estar relacionada com a própria dificuldade das Ciências Sociais de definir urbano e rural. Contudo, no que concerne este texto, serão utilizadas as expressões turismo em área rural, que considera todo o tipo de turismo praticado em ambientes rurais, e agroturismo, que, segundo Soares (2007) é uma modalidade praticada em propriedades de produção agrícola e que, necessariamente, também oferece serviços de hospedagem e alimentação.

Segundo Soares (2007), a modalidade de agroturismo surgiu na Europa com o intuito de compensar uma atividade agrícola em decadência, além de combater o êxodo rural e a erosão cultural. Ambos temas frequentes em trabalhos sobre o interior de Portugal, retratado por Fonseca (2014). O enfoque dado ao turismo nessas condições é oferecer, aos moradores dessas regiões, mais opções de integração com a economia local e proporcionar a eles mais oportunidades de desenvolvimento, em vez de assistir ao êxodo de seus habitantes em busca de oportunidades em outras localidades.

No Brasil, o agroturismo ainda é pouco praticado. As modalidades mais comuns encontradas por Soares (2007), e que se relacionam com a agricultura, são aquelas em que o turista usufrui da propriedade apenas por um dia, seja com a prática diária da unidade produtiva, seja na vivência de um dia no campo, com passeios pela propriedade e alimentação típica. Assim, de forma mais genérica, turismo rural ou turismo em áreas rurais é aquele em que podemos contar também com certa expressividade de atividades agrícolas, ainda que seja na forma de visitação a feiras livres locais nos centros urbanos das municipalidades.

Segundo Marafon e Ribeiro (2006), o turismo na região que eles denominam 'topo de serra', e que engloba principalmente os municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, surgiu como alternativa ao turismo praticado na região litorânea do estado. Os autores classificam essa região como um local de desenvolvimento de turismo rural contemporâneo, muito povoado por hotéis, *spas*, pousadas, restaurantes e destacam a importância da agricultura orgânica nesse contexto.

Em relação à produção orgânica, quando observamos os dados do Cadastro Nacional de Produção Orgânica do MAPA, constatamos que é mais frequente encontrar unidades produtivas (com selo orgânico) mais próximas a localidades de maior apelo turístico. Uma das justificativas que se pode encontrar para esse fato é a proximidade de locais de maior preservação ambiental, de apelo paisagístico e do ambiente que proporciona lazer, relaxamento ou até mesmo uma opção para exploração da natureza mais 'selvagem'. Um exemplo encontrado nos dados fornecidos pelo Ministério, é que 31% de todas as unidades de produção orgânica do estado do Rio de Janeiro (723) estão concentradas na serra fluminense (MAPA, 2017). Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis concentram 186 (25,7%) dessas unidades.

De acordo com os dados preliminares do último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a região serrana possui cerca de 675 propriedades orgânicas, correspondendo a 28,5% do total das propriedades orgânicas do estado do Rio de Janeiro (2364). No entanto, os municípios com maior quantidade de estabelecimentos continuam sendo os mesmos e representam 21% de toda produção orgânica da região. O dado comum em ambas as fontes é a localização da maior concentração de propriedades orgânicas certificadas e autodeclaradas.

Da mesma forma que a serra atraiu um tipo de turismo que buscava uma alternativa aquele praticado nas regiões litorâneas do estado, ela também contribuiu para a criação de mais uma identidade para a região. É entre os municípios de Nova Friburgo e Teresópolis que se concentra grande movimentação turística aliada à gastronomia e a sustentabilidade. Assim, a

agricultura orgânica encontrou nesse espaço uma grande aliada para difundir sua filosofia, vender seus produtos, e construir um novo padrão de consumo de alimentos.

Dentro de uma nova abordagem do desenvolvimento rural que considera a endogeneidade como uma de suas dimensões é possível apontar a relação entre o turismo e a agricultura orgânica como um benefício para a localidade. Essa aproximação tende a contribuir positivamente na conformação das redes rurais locais ampliando as possibilidades de relações entre os atores, e permitindo o aumento no número de pessoas dentro dos grupos. Da mesma forma que favorece na construção de autonomia para a região vinculada a uma identidade própria.

4.4.4 Métodos e procedimentos da pesquisa

Para compor uma análise abrangente da região onde realizou-se o estudo de caso, bem como dos grupos pesquisados, reunimos elementos metodológicos adotados pela pesquisa qualitativa, a abordagem multinível e a metodologia da rede rural. Além desses procedimentos também foram utilizadas análises documentais e uma densa revisão bibliográfica sobre os temas.

A metodologia da rede rural é pautada na ressignificação do conceito de desenvolvimento e na divisão do ambiente pesquisado em seis dimensões teóricas: capital social, endogeneidade, sustentabilidade, governança de mercados, inovação e arranjos institucionais. Essa abordagem foi desenvolvida pelos autores Jan Dowe van der Ploeg e Terry Marsden no livro *Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development*. (2008) cujo propósito é a reflexão e a produção de conceitos voltados à construção de uma nova teoria sobre o desenvolvimento a partir do entendimento das redes rurais. A proposta desta metodologia é justamente a de olhar os territórios de um ponto de vista que considera os mais variados níveis de uma organização social.

Todos os instrumentos utilizados durante essa pesquisa foram elaborados com o objetivo de perceber quais dimensões estavam mais ativas dentro de cada grupo pesquisado. As dimensões sugeridas pelos autores são, na verdade, conceitos definidos durante o processo de pesquisa do grupo de autores (PLOEG e MARSDEN, 2008) e que, de acordo com a metodologia, compõem a estrutura de uma rede rural. Dessa forma procuramos, durante todo o processo de coleta de dados, entender como essas dimensões poderiam aparecer nos universos investigados.

Uma vez determinado a forma como seria observada as relações e as redes formadas nos espaços, partimos para a definição de como os contatos com agricultores, técnicos, administradores, empreendedores locais, entre outros ‘tipos’ locais seriam feitos. Uma vez que a análise se daria com base na formação (ou não) de redes sociais optamos pela abordagem “Bola de Neve” para compor o grupo de entrevistados.

A amostragem em “Bola de Neve” tem como principal característica a coleta de dados de uma forma não probabilística. Essa abordagem utiliza-se da capacidade do pesquisador de obter um (ou mais) informante-chave (ou semente) e, a partir dessa(s) pessoa(s), construir sua rede de contatos. Segundo Vinuto (2014), é um método que utiliza cadeias de referência e é indicado para amostragem em redes, principalmente, quando se trata de grupos difíceis de acessar, seja pela distância entre seus componentes, seja pelo comportamento mais recluso dos informantes, ou ainda, pelo desinteresse dos atores estudados de participar da pesquisa.

Conforme definido pela metodologia, utilizamos a figura de informantes-chave para nos aproximar dos grupos, e assim formar o universo pesquisado composto por 24 produtores rurais entre Teresópolis, Nova Friburgo e municípios vizinhos; dois técnicos da EMATER-RIO; três técnicos da ABIO; quatro empreendedores locais vinculados ao turismo gastronômico; um funcionário do MAPA (Superintendência de SP e Secretário executivo da CPOrg/SP).

Optamos pela construção de um roteiro de perguntas semiestruturado para as entrevistas (Anexo 2). A intencionalidade das perguntas elaboradas tinha como pano de fundo as relações que estavam sendo criadas e fortalecidas (ou não) dentro dos grupos e como essas relações influenciavam (ou não) na formação de uma rede mais complexa de relações em torno da agricultura orgânica. Dessa forma procuramos criar um roteiro que conseguisse abranger as seis dimensões (ou conceitos) da rede rural, buscando informações sobre: características gerais dos agricultores e sua produção; endogeneidade; sustentabilidade; capital social; arranjos institucionais; inovação e empreendedorismo; governança de mercados.

Um aspecto fundamental de roteiros de perguntas semiestruturados é o seu caráter mais abrangente e objetivo. Dentro desse formato, entrevistado e entrevistador devem se sentir à vontade para abordar outros assuntos, independentemente do roteiro pré-estabelecido. Esse fato pode trazer informações adicionais à pesquisa que não tinham sido percebidos no momento de elaboração do roteiro. Assim que, para a aplicação do roteiro de perguntas semiestruturado, é importante que a entrevista seja gravada (com o consentimento do entrevistado), para que o entrevistador consiga aproveitar todas as informações compartilhadas no momento da entrevista.

Outro instrumento utilizado na coleta de dados foi a observação participante para complementar a rede de contatos do entrevistador, bem como incorporar mais dados à pesquisa. A observação participante, por sua vez, compõe o conjunto de instrumentos utilizados para a coleta de dados. Segundo Peruzzo (2017) é um instrumento muito utilizado dentro do universo das pesquisas qualitativas, sua principal função é observar os grupos estudados sem se colocar, no entanto, como parte invisível do processo. Essa ferramenta permitiu, dentro do contexto dessa pesquisa, a participação em feiras livres, reuniões de associados, mutirões em propriedades e visitas técnicas a campo para a verificação de conformidade da produção orgânica das propriedades. Foi a partir da observação em campo e da participação em atividades na região que foi possível compor, junto com a revisão bibliográfica, os dados que traremos a seguir sobre o espaço e os grupos investigados.

4.5 O DESENHO DA REDE DENTRO DO UNIVERSO PESQUISADO: OS GRUPOS DE TERESÓPOLIS (AAT – ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS) E NOVA FRIBURGO (SPG – NOVA FRIBURGO E REGIÃO)

As histórias das associações foram construídas a partir dos relatos colhidos durante as entrevistas e representam, portanto, a visão que seus componentes possuem do grupo do qual fazem parte.

A Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT)

O surgimento da Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT) vem de um longo período de aprendizado em relação à produção e à comercialização de alimentos orgânicos. A AAT foi institucionalizada como associação em 2007, mas sua semente foi plantada na região já na década de 1980. Impulsionada pela ideologia de uma atividade sustentável, a ideia de que poderia ser um negócio rentável estava começando a surgir entre os poucos ‘gatos pingados que havia na região’. Os agricultores que ali se encontravam ainda estavam muito dispersos e não tinham uma expressividade em sua produção. Ao mesmo tempo, no município do Rio de Janeiro, o movimento de procura por outros padrões de alimentos começava a crescer.

Durante a década de 1990, teve início uma fase de organização da produção e da comercialização em função da presença dos agrônomos recém-chegados à região. Esses profissionais, além de produzir, passaram a converter áreas convencionais em orgânicas por meio de assistência técnica, atraindo novos agricultores para um novo ‘circuito da produção orgânica’. Era um período motivado pelo surgimento de uma demanda crescente por alimentos orgânicos nas cidades, a uma proporção maior do que a produção. A percepção de que havia um mercado específico em ascensão estava claramente vinculada à origem urbana de muitos dos agricultores que atuavam na região e que, na época, ainda possuíam fortes laços com a capital do estado – cidade natal de muitos dos agricultores orgânicos na época.

Antes da AAT ‘acontecer’ em Teresópolis, foram criadas a Agrinatura e a Horta Orgânica (em São José do Vale do Rio Preto). Ambas possuíam enfoque na distribuição de alimentos orgânicos e na conversão orgânica de novas áreas produtivas. O objetivo era levar as produções locais para a cidade do Rio de Janeiro. Segundo o depoimento de um dos entrevistados:

“A Agrinatura pagava muito bem. Mas era uma loucura de trabalho, porque a base da produção era muito fraca, os agricultores muito frágeis, e você vai vender em supermercado do Rio de Janeiro... numa operação muito louca e difícil porque faltavam produtos. Foi um momento muito bom da agricultura, e um dos grandes momentos da minha vida porque rolava uma grana...” (Agricultor 1).

Já em relação a Horta Orgânica:

“A gente começou fazendo a comercialização para um hortifrúti no Rio, aí nos associamos a um outro produtor de folhas que já comercializava lá e apesar de fazer hidroponia resolveu converter toda sua parte de chão em orgânica. Então nós aproveitamos a carona no caminhão dele e todos os produtos Horta Orgânica desciam em seu caminhão. Nessa época nós conseguimos colocar nosso produto nos mesmos estabelecimentos. Cresceu muito, deu um pulo!” (Técnico 1).

Dentro dessa fórmula de plantar na serra e vender na cidade do Rio de Janeiro, começaram a aparecer os primeiros obstáculos. O primeiro deles foi a demanda crescente e, com ela, a falta de padronização e periodicidade da produção, diante de um público que pouco conhecia os aspectos da produção orgânica. O segundo grande obstáculo enfrentado pelos agricultores nesse começo de atividade foram as grandes cadeias de supermercados ou o grande

varejo, que, na tentativa de homogeneizar a oferta de produtos, acabou inviabilizando o negócio dos dois empreendimentos em questão pela imposição de preços, embalagens e padronização de procedimentos.

No começo da década de 2000, especificamente após 2003, já era possível encontrar, em algumas lojas de supermercados, produtos orgânicos. Esses grandes grupos comerciais perceberam a oportunidade e o nicho de mercado que a alimentação orgânica representava e impuseram, aos seus fornecedores orgânicos, a mesma lógica perversa de subordinação. Esse mecanismo se mostrou inviável para a escala de produção dos agricultores orgânicos da região, que, na tentativa de se adequar aos padrões, perderam força e capacidade de produção, determinando o abandono da atividade da agricultura orgânica, para aqueles que tinham essa motivação de produção com foco no mercado.

No entanto, a história construída nesse período deixou para a região um legado de conhecimento e experiência em relação a agricultura orgânica que serviu como exemplo e inspiração no processo de formação da AAT.

“Apesar do negócio não ter dado certo, deixamos melhor os agricultores pelo menos. Por exemplo o B. (identidade ocultada pelo pesquisador) minha relação com ele vem dessa época. Ele está na associação. Então esse povo ganhou um fôlego. Eles receberam certo e a Agrinatura não recebeu nada certo...” (Agricultor 1).

Mesmo após esses recuos, o sentimento vinculado a sustentabilidade e a produção orgânica entre os agricultores da região não mudou, e acabou gerando uma nova forma de organização que culminou, em 2007, na AAT. Os agricultores de Teresópolis (Figura 7), após os episódios do passado, passaram a desenvolver um outro padrão de funcionamento: parte da produção seguiria para a cidade do Rio de Janeiro e abasteceria as feiras livres (do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas), a outra parte, seria comercializada localmente.

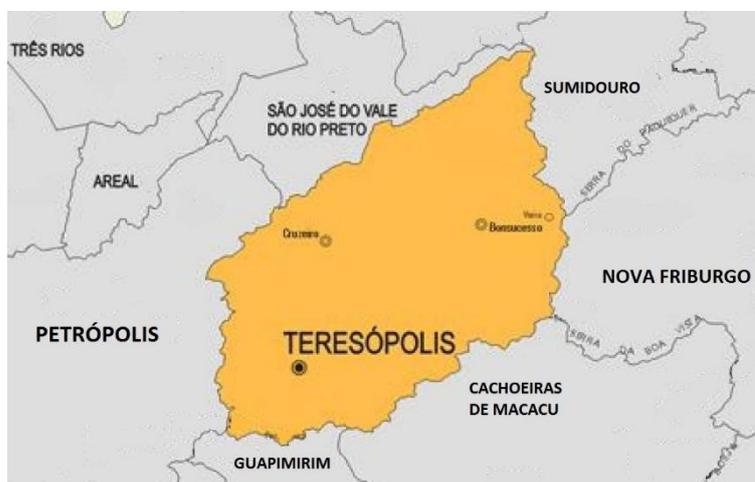


Figura 7: O município de Teresópolis e os distritos.
Fonte: Adaptado de <https://pt.map-of-rio-de-janeiro.com/>

Segundo um dos entrevistados, a lição que ficou foi a de que o mercado convencional funciona em uma lógica muito complexa: “O mercado é um desastre né...perda, troca, e descaracterização do produto orgânico. Você joga dentro do plástico, dentro do nicho do supermercado e perde toda a caracterização” (Agricultor 1). Porém, e apesar do *vírus do comércio*, a atual conformação da feira orgânica e a forma como a associação vem ganhando adeptos só demonstram o quanto foi importante passar por todos aqueles obstáculos. Segundo os entrevistados, a mudança não ocorreu apenas na forma como o público consumidor chega até o alimento orgânico, mas também como os agricultores passaram a lidar com a atividade.

que, de certa forma, obriga seus integrantes a interagir nas reuniões mensais e visitas. Esse procedimento normativo acabou por aproximá-los e fez com que repensassem sua forma de organização e comunicação.

Os entrevistados apontaram uma série de fatores para justificar a dificuldade que o grupo possuía, anteriormente ao SPG, de funcionar como um coletivo, desde a falta de um ponto de comercialização comum a todos eles – como uma feira – até a distância que existe entre as propriedades, o que dificulta a comunicação e a troca de experiências. Contudo, desde que a ABIO optou pelo sistema participativo, os agricultores aceitaram esse processo de construção coletiva de um grupo e de uma identidade. E, segundo um dos entrevistados, “a primeira coisa que fizemos juntos (como grupo) foi de organizar essa coisa participativa e até hoje nós estamos nesse estágio” (Agricultor 2). A época a que o agricultor se referiu foi entre 2009 e 2010, período em que os primeiros grupos de SPG foram criados na região serrana.

Atualmente o grupo conta com 17 associados e, segundo os entrevistados, é perceptível uma mudança na forma como estão se organizando. Eles iniciaram um processo de mudança interna e criaram grupos de trabalho (GTs), que serviram no auxílio de outras questões para além daquelas relacionadas ao processo de verificação da conformidade da produção orgânica. Os entrevistados se mostraram otimistas com os GTs e acreditavam que esse processo estava melhorando a organização e aproximando-os de uma forma mais associativista de trabalhar. O aumento no número de associados foi um fator apontado por um dos entrevistados como algo positivo, uma vez que o grupo sempre havia se mostrado mais resistente a novos integrantes. Nas visitas de verificação das propriedades que participamos durante a realização da pesquisa, foi possível identificar quatro novos integrantes, todos jovens (entre 30 e 35 anos) e com alguma experiência na produção de alimentos.

Para os técnicos entrevistados da ABIO em Nova Friburgo, o perfil dos agricultores, e por sua vez do próprio grupo, era distinto ao de Teresópolis. Eles eram mais organizados em torno da produção e menos preocupados com o caráter associativista do grupo. Segundo os técnicos, existia, no momento da implementação do SPG, um histórico de desconfiança entre os integrantes desse SPG que sempre contribuiu para mantê-los pouco agregados. Foi possível perceber, pelas observações durante as entrevistas, que a grande inovação por parte deles era a capacidade de resiliência das relações entre as pessoas do grupo, pois estas, mesmo desgastadas, não foram um impedimento para que buscassem alternativas e se reorganizarem.

4.6 AS DIMENSÕES FORMADAS ENTRE NOVA FRIBURGO E TERESÓPOLIS

Capital social

No momento das entrevistas, para os componentes do grupo estudado em Nova Friburgo, passados quase dez anos do surgimento do SPG o grupo estava começando a se organizar como um coletivo.

“Aqui em Friburgo por exemplo nem todo mundo quer se ajudar. Aqui ainda tem muito do pensamento que quando um ganha o outro perde(...)é difícil as pessoas entenderem essa relação de ganha-ganha. Dentro do nosso grupo a gente tenta fazer com que todos saiam ganhando. Na sociedade é preciso que haja um despertar de consciência(...)não dá mais para um ganhar e o resto perder. O sistema SPG é isso, o lado social da verificação de garantia” (Agricultor 3).

A formação dos grupos de trabalho que buscavam organizar juntos a questão da venda, da comunicação e da compra de insumos eram exemplos dessa transformação. Muito embora o distanciamento entre os agricultores ter contribuído para um certo isolamento, a troca de experiências foi uma característica importante levantada durante as entrevistas.

Como empecilho no processo de criação de capital social foram apontados o excesso de burocracia e as exigências para fazer parte do grupo. Da mesma forma que a falta de um espaço comum onde todos pudessem comercializar suas produções e, eventualmente, realizar os encontros periódicos do grupo, dificultava no processo de construção da noção de coletivo. A grande possibilidade de aumentar o potencial de funcionamento desse SPG como uma associação é a organização de um espaço específico onde possam realizar uma feira orgânica. Essa ação exigirá dos membros união e empenho no processo de articulação local, podendo gerar novas capacidades de conexões dentro do universo das redes.

Para os associados da AAT é claro o papel que a associação possui em funcionar como uma rede e servir como ponto de comercialização dos produtos de seus associados, além de viabilizar a obtenção do selo orgânico, o suporte técnico e a troca de experiências.

“Na AAT eu vejo uma irmandade. A importância deles para mim, não só pela venda dos produtos de ser minha parceira nisso, mas também pelo lado afetivo, porque se eu pegar o telefone e ligar para alguém eu sei que pelo menos um vai chegar e dar um apoio. É um grupo que a gente pode contar, um grupo mesmo” (Agricultor 4).

Apesar de haver quase um consenso sobre o funcionamento da AAT como uma rede, suas deficiências foram sentidas nos mais diversos aspectos pelos associados entrevistados. Foram citados o processo de fiscalização e planejamento da produção, a falta de representatividade política, não há compra coletiva de insumos, falha de comunicação, distância entre os associados e a própria dificuldade de se chegar a um consenso nas reuniões. Seja pelo número de associados (que na atualidade é maior que 50), seja pela heterogeneidade do grupo, a quantidade de questões levantadas dentro do grupo demonstra, em certa medida, o grau de envolvimento, no processo de construção de um pensamento associativo, de seus membros.

“Eu acho que a formação social é a coisa mais importante, é a criação de uma sociedade. O trabalho que cada um exerce e é responsável, é muito fundamental, e que falta em nossa sociedade. Então um exemplo como o SPG, que aliás levantou a associação muito para frente, onde cada um tem responsabilidade para o funcionamento desse sistema só ajuda nessa história” (Agricultor 5).

Endogeneidade, sustentabilidade

Entre os dois grupos entrevistados, 58% das pessoas relatou ter origem cidadina. Em Nova Friburgo eram 77% dos entrevistados com origem em centros urbanos e em Teresópolis

54%. Os motivos pelos quais essas pessoas se aproximaram da região estavam vinculados a herança familiar, afinidade com o clima, o relevo e com as pessoas que já conheciam no local.

Entre aqueles que imigraram para a região foi possível identificar, além da associação com a agricultura orgânica, a necessidade de estar mais próximo a natureza. No entanto, 53% dos entrevistados afirmaram que a agricultura foi uma construção a partir da vivência com a natureza e do conhecimento sobre questões ambientais. Em Teresópolis todos os que chegaram na região declararam ter escolhido o local pela afinidade que tinham com a região (entre as características mais citadas estão a natureza e o clima) e acabaram comprando sua propriedade ali. Em Nova Friburgo, 60% dos entrevistados de origem citadina declararam possuir afinidade com a região os outros 40% chegaram ali através de herança da família.

Foi possível identificar, nos dois grupos, pequenos subgrupos formados a partir de afinidades produtivas. Nessas conformações, as possíveis diferenças se transformaram em troca, aprendizado e oportunidade.

“Eu trabalho aqui com mais uma pessoa, e minha relação com ele é de empregado mas ele tem uma área dele também que ele trabalha, que ele planta. Hoje já é possível ver alguma coisa diferente já na área dele(...)eles veem com incerteza a forma como nós plantamos, mas com um tempo eles percebem que rola, porque eu só vivo disso aqui, né? Então alguma dinheiro tem que entrar” (Agricultor 6).

Considerando os dois grupos, 50% dos entrevistados eram pessoas com formação na área das Ciências Agrárias e colaboravam com as questões técnicas durante as visitas e reuniões. Os agricultores locais somavam 25% de entrevistados e contribuíam com seu conhecimento da região, principalmente no que se referia ao clima e as culturas locais, com destaque para o resgate de culturas mais tradicionais da região que foram perdidas com o passar do tempo. Desses agricultores locais um deles era agrônomo e três eram técnicos agrícolas.

Foi possível perceber nos dois grupos a preocupação e o envolvimento com o ambiente natural. A dimensão da sustentabilidade era o grande alicerce das redes que estavam sendo formadas na região. No entanto, no que se refere a agricultura orgânica, que necessita de um ambiente ecologicamente equilibrado para se sustentar, verificou-se que era uma consciência que os agricultores entrevistados possuíam.

A associação de Teresópolis apresentava um envolvimento com o município, principalmente por realizarem suas feiras semanais no centro urbano e tornar o espaço um ponto de referência da alimentação saudável e da agricultura orgânica. A AAT também possuía, como parte integrante de seu grupo, empreendedores locais vinculados a gastronomia que participavam dos encontros e reuniões. Esses dois fatos contribuíam positivamente na formação de endogeneidade entre o grupo em questão e o município. Esse grau de envolvimento entre a agricultura orgânica e o local onde ela estava sendo desenvolvida demonstrou que a atividade estava contribuindo no processo de geração de autonomia para os agricultores e o município.

Governança de mercados, arranjos institucionais, inovação

Todos os agricultores entrevistados comercializavam sua produção de forma autônoma, e todos utilizavam mais de um canal de venda. O principal, citado por todos, são as feiras orgânicas. As feiras na capital fluminense e as cestas em domicílio foram opções citadas por 80% dos entrevistados em Teresópolis e Nova Friburgo. Eles se organizavam com veículos próprios e faziam de duas a três feiras por semana na capital do estado. Os agricultores que não estavam envolvidos com as feiras ou a entrega de cestas na cidade do Rio de Janeiro, além de seus próprios canais de comercialização, também vendiam seus produtos para aqueles associados que atuavam dessa forma.

A Feira da AAT foi citada por 80% dos entrevistados de Teresópolis, e por um membro do grupo de Nova Friburgo. Essa feira livre era um espaço criado pela associação no município

de Teresópolis, que funcionava duas vezes por semana. Apesar de não ser nessa feira onde eles faturavam mais, era lá que eles obtinham mais satisfação ao comercializar sua produção, seja pela proximidade com suas unidades produtivas, seja pelas atividades culturais que eram promovidas no local pela associação, seja pelo público que frequentava, ou ainda, pela baixa exigência de padronização e embalagens dos produtos.

“Em Teresópolis a freguesia é boa! Fala bem, eles são minha família, pega fiado, paga depois de uma semana, tem muita confiança. As pessoas vinham aqui em casa lá de Guapimirim, só para colher comigo e levar para casa. Igual ao nosso grupo tem que ter confiança e se pisar na bola, tem que sair, não tem essa. Para ter um grupo tem que ter confiança!” (Agricultor 7).

A feira da Vila Amélia em Nova Friburgo foi citada por três agricultores do grupo que conseguiram (com muita insistência) um espaço para comercialização de sua produção. Nessa feira, tradicional no município, verificou-se a presença de feirantes que eram produtores convencionais ou orgânicos, como feirantes que não eram produtores, além de lojas bebidas, lanchonetes entre outras.

No geral, os técnicos não apresentaram uma opinião concreta sob a forma como era feita a comercialização pelos agricultores de ambos os grupos. Um dos técnicos entrevistados explicou que os agricultores sempre demonstraram muita segurança com a parte produtiva e suas demandas referiam-se basicamente a comercialização. Segundo o entrevistado os agricultores queriam mais locais onde pudessem vender os alimentos produzidos sem que estivessem vinculados a alguma rede formal de comercialização e que conseguissem manter sua autonomia em relação a sua produção.

Nesse sentido, o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, uniu exatamente aquilo que os produtores buscavam: autonomia para escoar sua produção diretamente ao consumidor final. Esse dado explica o fato que, quando foi mencionado durante as entrevistas aos agricultores sobre a possibilidade de investir em um novo formato de venda em grupo, para mercados institucionais ou grandes redes, as respostas, de maneira geral, demonstram certa resistência. Segundo um dos técnicos entrevistados as razões para esse comportamento residem no fato de que os agricultores em questão receiam perder aquilo que conquistaram com as feiras, além da liberdade do planejamento de produção de sua propriedade.

“Quando você vai a feira vê que todo mundo planta a mesma coisa...é preciso alguém organizar melhor essa história. Mas por outro lado eles prezam muito essa autonomia e liberdade de escolher o que vão produzir e liberdade para quem vender. A Horta Orgânica funcionava assim, com uma figura central que organizava a produção mas que não gerou autonomia...muito pelo contrário quando rolou a quebradeira geral, quebrou todo mundo ao mesmo tempo e teve muita gente que não conseguiu se levantar...” (Técnico 2).

A experiência da Horta Orgânica foi muito bem-sucedida enquanto havia um mercado absorvendo a produção. No entanto, acabou impactando todos os envolvidos quando houve o rompimento com esse mercado. A história da empresa, do seu sucesso e do seu fim, serviu como aprendizado para aqueles que viram tudo acontecer e para os outros que chegaram depois e acabaram ouvindo as histórias. Dessa forma, que é possível entender que o melhor modelo de negócio é aquele escolhido pelos agricultores e com o qual se sentem seguros.

O planejamento da produção ocorria em 63% das propriedades de ambos os grupos. Segundo os técnicos entrevistados, este era feito de acordo com a aptidão do agricultor para suprir as lacunas do mercado orgânico e, principalmente, para atender a clientela nas feiras. No grupo de Nova Friburgo, haviam dois agricultores que, além da produção de alimentos, também possuíam uma agroindústria. Dentro dessas propriedades, o planejamento se fazia em função do funcionamento da planta de processamento.

Em relação ao envolvimento dos grupos com mercados institucionais, o acesso a programas públicos de compra de alimentos iniciou-se muito timidamente na AAT entre 2015/2016. Naquele momento, os associados estavam discutindo se a capacidade produtiva dos membros, que aceitaram participar da chamada pública, viabilizaria o acesso a esse tipo de programa. O grande entrave – do lado produtivo – era a necessidade de um planejamento conjunto da produção do grupo de agricultores em questão. A crítica feita a esse tipo de planejamento, pelos envolvidos na época, era de que poderia limitar o agricultor dentro de sua própria área de trabalho. Em Nova Friburgo nenhum entrevistado declarou participar de programas públicos de compra de alimentos.

Em ambos os grupos pesquisados, foi mencionada a dificuldade de se envolver com as diferentes instâncias públicas dos municípios. O envolvimento, quando ocorria, era por ocasião, quando havia a oportunidade de obter algum financiamento ou negociar um espaço de comercialização. Na AAT, em especial, existia a necessidade do grupo em estabelecer um espaço físico que fosse permanente para a realização da feira e, em virtude dessa realidade, a posição política do grupo era mais forte e, eventualmente, mais ativa. Na época das entrevistas a feira era realizada em um terreno particular, cedido temporariamente para a prefeitura que, por sua vez, emprestava uma parte para a associação realizar a feira.

Na AAT, em relação a inovação, é possível citar a forma como seus membros sentiram a necessidade de se reorganizar para viabilizar o trabalho cooperativo entre eles, sem que isso gerasse um rompimento no tecido social que construíram ao longo dos anos. A aproximação de alguns membros do grupo do mercado institucional constituiu-se como uma inovação, quando observamos o empenho feito pelos atores envolvidos no processo em conseguir planejar coletivamente, gerando, para o grupo, uma nova forma de organização em relação ao mercado.

Em Nova Friburgo o momento era de transformação, muito mais que de inovação. Assim, apesar da ideia de grupo ainda estar muito vinculada a existência de um SPG, algumas iniciativas já foram tomadas para que o vínculo entre eles fosse fortalecido, de forma a viabilizar o funcionamento de uma associação de fato, tendo por base, conforme já mencionado anteriormente nesse texto, a resiliência dos atores envolvidos no processo de reestruturar os laços entre eles.

4.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São dois grupos em momentos distintos do processo associativista e, nesse caso específico, vinculados a produção de alimentos orgânicos. E o que chamou a atenção durante as entrevistas e as observações a campo foi que, apesar das semelhanças em muitos aspectos físicos (clima, vegetação, ambiente) e sociais (origem dos atores envolvidos, economia local), as características dos grupos formados, a partir da interação dos atores com o espaço, resultaram em duas conformações bem diferentes entre si, mas que faziam parte de uma mesma rede.

Além de compartilharem a mesma região geográfica e desenvolverem o mesmo tipo de atividade econômica, parte da produção converge para o mesmo local. Lá, no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, muitos 'tipos' de agricultores e comerciantes compõem o universo da agricultura orgânica, e estabelecem outros laços de confiança e solidariedade que, vão além do espectro da rede formada em Teresópolis ou Nova Friburgo, por exemplo. Essas novas conexões ampliam a capacidade desses grupos em se envolver com outras dimensões, ao mesmo tempo que contribuem para o desenvolvimento da capacidade de cooperação entre os membros dos grupos estudados. Uma vez que, individualmente, foi possível identificar uma boa capacidade de articulação, que permitiu certa fluidez dos atores nos mais diversos espaços. Essa característica também pode ser um dos fatores que fazem dessa rede uma malha tão heterogênea.

O desafio reside justamente na convivência em grupo, quando o indivíduo deixa de ser um ator específico e torna-se uma Associação, em que, muitas vezes, a vontade individual dá lugar à decisão tomada pelo todo. É um movimento lento de aprendizado e de aproximação das pessoas em constante exercício de empatia. A partir do universo pesquisado, do ponto de vista de quem faz parte do grupo, é um processo que gera um gasto energético muito alto, pois há um esforço constante em alcançar consensos, aceitar opiniões divergentes e confiar no outro. E do ponto de vista de quem está do lado de fora, é muito mais simples identificar as semelhanças e as divergências. Nesse sentido, ter grupos formados por diferentes tipos de atores, com atividades profissionais distintas, mas partilhando de ideias semelhantes, pode contribuir para uma visão do todo que seja mais abrangente.

O sistema participativo de garantia não só aceita essa formação de grupo, como estimula que os grupos sejam formados por diversos tipos de atores, uma vez que sua construção foi concebida sob o preceito do controle social. Os indivíduos seriam os responsáveis por construir, a partir da figura de um facilitador, esses laços de confiança entre agricultores; entre agricultores e consumidores; e entre os grupos e a própria sociedade. É um sistema que dispensa a figura do auditor e se constituiu como um processo social.

Dentro desse contexto de construção social, é mais pertinente considerar o universo pesquisado sob o conceito de novas ruralidades em detrimento das características individuais de cada ator. Essas novas conformações sociais nas áreas rurais são responsáveis pelo desenvolvimento de atividades de diversos aspectos e origens. Elas têm potencial para valorizar (e revalorizar) a produção local de alimentos, atribuindo a seus produtos significados que não podem ser importados ou globalizados. Esse grau de importância, da produção de alimentos ou dos serviços oferecidos, surge da habilidade dos atores envolvidos no processo de se articular com a capacidade local de manter os recursos naturais, gerar inovação e reforçar mercados e capital social (PLOEG e MARSDEN, 2008). A sinergia apenas ocorre porque ela também está conectada com os desejos das populações de outras regiões, demonstrando que existem mais interações e interdependências entre as mais diversas localidades, opondo-se ao conceito dicotômico de urbano e rural.

5. CAPÍTULO IV

PENSANDO O DESENVOLVIMENTO RURAL ENDÓGENO EM AMBIENTES DE MONTANHA A PARTIR DO ENVOLVIMENTO DAS REDES RURAIS EM LAÇOS DE RECIPROCIDADE

5.1. RESUMO

O objetivo deste artigo é o de aproximar a teoria da reciprocidade, aprofundada por Eric Sabourin, da proposta feita por um grupo de investigadores, liderados por Jan Douwe van der Ploeg e Terry Marsden, de uma nova metodologia para a análise de redes rurais. A principal ideia que sustenta o conceito de redes rurais é, na realidade, dar um novo significado à expressão ‘desenvolvimento rural’. Essa ressignificação surge a partir da constatação da diversidade de territórios e populações que existem em regiões que vêm tornando a fronteira entre rural e urbano cada vez mais invisível. E, a partir dessa constatação, os autores identificam a necessidade de uma nova metodologia que consiga, ao mesmo tempo, olhar para os espaços por meio do conceito de redes e pensar o desenvolvimento como algo além das trocas mercantis. A proposta de aproximar a teoria da reciprocidade tem o objetivo de aprofundar o entendimento acerca das organizações sociais, seu funcionamento e as interconexões que são criadas dentro dos grupos. Ambas as teorias possuem pontos de convergência, um deles é o de tornar cada vez mais coerente com o território a formulação, aplicação e análise de políticas públicas. Um segundo ponto é a percepção dos espaços a partir do conceito de redes sociais. Assim, é na junção de pensamentos muito próximos que propõe-se nesse artigo a análise dessas novas formas de ocupação dos territórios, em especial daqueles que se encontram em regiões montanhosas e são destinados à produção rural orgânica, com o objetivo de contribuir com a construção de conhecimentos nos cenários das políticas públicas e do desenvolvimento territorial endógeno.

Palavras chave: Reciprocidade, Desenvolvimento rural, Políticas públicas, Ambientes de montanha.

5.2. ABSTRACT

The purpose of this paper is to bring the theory of reciprocity closer to the one proposed by a group of researchers, led by Jan Douwe van der Ploeg and Terry Marsden, of a new methodology for the analysis of rural networks. The main idea behind the concept of rural networks is to give a new meaning to the expression 'rural development'. This re-signification arises from the observation of the diversity of territories and populations that exist in regions that are making the border between rural and urban increasingly invisible. Moreover, from this finding, the authors identify the need for a new methodology that can, at the same time, look at the spaces through the concept of networks and think rural development as something beyond mercantile exchanges. The proposal to approach the theory of reciprocity is to better understand, and hence justify, a differentiated look within social organizations, their functioning and the interconnections that can coexist within groups. It was found, in both theories, points of convergence; one of them is to make increasingly the formulation, application and analysis of public policies. A second point is the perception of spaces from the concept of social networks. Thus, it is in the junction of very close thoughts that the article proposes the analysis of these new forms of territories occupation, especially those that are in mountainous regions and are destined to the rural production in sustainable bases, with the objective of contributing with the construction of knowledge in the scenarios of public policies and endogenous rural development.

Key words: Reciprocity, Rural development, Public policies, Mountain environment.

5.3. INTRODUÇÃO

A mudança de paradigma atrelada ao conceito de desenvolvimento exige, entre outros aspectos, considerar os (mesmos) espaços de forma diferente. No âmbito acadêmico e dentro da pesquisa de cunho sociológico, este processo demanda a utilização de instrumentos ou técnicas que possam perceber manifestações, movimentos ou mudanças de todos os tipos, em diferentes graus de intensidade, que envolvam qualquer parte do ambiente natural. Falar em desenvolvimento e não priorizar o crescimento econômico, e em redes de relacionamento que se formam a partir da agricultura orgânica, são bons exemplos de um enfoque alternativo ao modelo de desenvolvimento convencional e institucionalizado. Na presente abordagem busca-se demonstrar que é possível olhar para um mesmo objeto a partir de um novo referencial, para perceber e entender como essas manifestações podem ser importantes na promoção do desenvolvimento territorial endógeno, na geração de autonomia e sustentabilidade.

Quando considera-se os espaços de convivência entre atores, as misturas (entre atores distintos) e as mudanças (de comportamento, no ambiente natural, de tradições culturais) são inevitáveis uma vez que são típicas de qualquer sociedade. Os atores que formam uma sociedade estão em constante movimento, seja para adaptar-se a um novo estilo de vida ou para não padecer diante de alguma intempérie. Em tratando-se da produção de alimentos é possível observar uma grande variedade de grupos que se organizam ao redor dessa atividade e em diversos pontos do processo produtivo. Da sua forma mais pura, ou seja *in natura*, até estar dentro de pacotes, latas, sacos ou pequenos frascos, a produção de alimentos é uma das atividades mais importantes da humanidade, e que vem acompanhando a evolução da nossa espécie a pelo menos 12.000 mil anos.

Contudo, e apesar de todo o conhecimento e evolução acumulado, há uma desvalorização de toda a cadeia produtiva, empobrecendo a qualidade dos alimentos através da massificação e da super valorização (ainda no campo) de métodos industriais de transformação da natureza. A grande herança desse processo é um ambiente natural cada vez mais debilitado e circundado de incertezas, sem mencionar a perda de conhecimentos em relação ao trato com a terra. A nosso ver, é um processo que vai na contramão da história da evolução das sociedades, ao promover uma desconexão com tudo aquilo que serve como base ao sustento da espécie humana, quer seja o alimento *in natura*, quer seja o ambiente natural, quer seja a própria matéria prima que alimenta as indústrias.

Em função disso, nessa pesquisa, a prática da agricultura orgânica foi colocada como o ponto focal dos grupos pesquisados para entender o desenho das relações que são formadas e como se envolvem, dentro das possíveis dimensões, em uma rede. Acrescentamos à conformação dos grupos um ambiente cuja principal característica é a montanha. Os ambientes de montanha possuem características que podem contribuir com aspectos sociais, auxiliando na conformação de redes e/ou estreitando laços entre seus membros, ao mesmo tempo que, podem favorecerem os fatores relacionados a produção agrícola. Por fim, integramos ao conceito de rede rural a teoria da reciprocidade, como um elemento a mais no processo de formação de redes mais complexas.

Assim, faz-se, nesse último capítulo, uma discussão, entre teoria e prática, que corrobora com a necessidade de mudança de paradigmas em relação a ‘velhas’ convenções sobre a ‘nova’ sociedade. A aproximação entre a metodologia da rede rural com a teoria da reciprocidade foi um exercício importante durante a realização dessa pesquisa. A intenção foi de ampliar a percepção diante das mais variadas formas de organização social. Uma vez que, a partir do momento em que estão organizadas em rede, tem potencial para descentralizar as relações de poder (as redistribuindo e não as eliminando), estabelecer novos fluxos dentro da sociedade, oxigenar as relações e ajudar na manutenção e conservação de ambientes naturais.

Assim, nesse último capítulo, retomaremos alguns aspectos teóricos e práticos, já abordados durante essa tese, para apresentar proposições acerca de possíveis caminhos para a formulação de uma concepção mais abrangente e complexa da produção rural orgânica, uma vez colocada como ponto central dos grupos pesquisados. Além da atividade agrícola em si, busca-se valorizar espaços com mais autonomia e capacidade de inclusão ao invés de fortalecer a relação dicotômica entre rural e urbano. E, apesar da amplitude (de tipos de pessoas e atividades) que uma rede oferece, também atenta-se para o processo de organização de uma sociedade que além de incluir os espaços e as pessoas, é formado a partir dos fluxos que se estabelecem entre ambos.

5.4. O ESPAÇO E SUAS MÚLTIPLAS FUNCIONALIDADES

“a formação de um espaço supõe um acúmulo de ações localizadas em diferentes momentos históricos” (ABRÃO, 2010)

A ação contínua do homem em um determinado espaço físico produz história, a história particular de quem executa a ação e a do espaço que sofre a ação (ABRÃO, 2010). É possível compreender a história a partir de marcas deixadas nos mais diversos ambientes, desde desenhos rupestres ao extermínio de espécies vegetais e animais (por exemplo). Essa carga de códigos é responsável por criar o espaço onde coexistem ambiente natural e social, bem como as inúmeras funcionalidades que possuem. Nesse sentido o espaço em si é, para além de um ponto geográfico, um local construído e, portanto, transformado a partir das necessidades daqueles que o habitam.

Dentro das inúmeras funcionalidades que um espaço pode ter, uma delas é a de servir como um lugar para a produção agrícola. Entre os modelos utilizados para essa atividade, ressaltamos aqui a produção orgânica feita em bases agroecológicas, em um caráter não industrial. Essa atividade é mais uma funcionalidade do ambiente natural, cunhada e desenvolvida através da ação contínua do homem no meio em que vive. Uma área de produção de alimentos orgânicos torna-se, dentro da perspectiva que enxerga o ambiente de um ponto de vista multidimensional, o local onde se exerce uma atividade profissional (com geração de renda), um local de encontro e troca de saberes (entre membros de um mesmo grupo, de consumidores, vizinhos) e um espaço de conservação e preservação de diversidade biológica.

A opção por um modelo menos agressivo ao ambiente natural e à saúde das pessoas (que praticam e que consomem esse alimento), surge a partir de uma necessidade percebida pela própria sociedade, ou seja, pelo conjunto de pessoas que habitam determinados espaços e os transformam. Essa ação contínua de transformação e aproximação entre pessoas e atividades em um determinado espaço gera a construção de territórios específicos.

A diferenciação entre os conceitos de território e espaço, dentro da Geografia se dá a partir da década de 1970 (ABRÃO, 2010). Em linhas gerais, o território, é a expressão das relações sociais, políticas e econômicas que ocorrem dentro dos espaços. Já os espaços, além de sua característica física e geográfica é formado pela presença das pessoas e das relações que se desenvolvem em seu ambiente. Espaço e território são, portanto, conceitos interconectados, e interdependentes. O primeiro é o lugar onde as relações, e por consequência, as redes sociais são construídas, o segundo é consequência do modo como essas relações irão se desenvolver.

Segundo Abrão (2010 apud SANTOS, 2009), os espaços são constituídos por pessoas, empresas, instituições públicas, meio natural e as estruturas físicas construídas pelo homem. Dentro dos espaços esses elementos interagem e se relacionam produzindo as diversas funcionalidades que cada elemento pode gerar separadamente e em conjunto. No entanto, esse processo de interação só se torna factível a partir da ação de pessoas de uma forma coletiva e plural nos espaços e territórios que atuam.

A pluriatividade, como uma característica vinculada aos atores, foi percebida durante todo o processo de coleta de dados. No Brasil e em Portugal, desde o agricultor mais isolado (em termos de localização geográfica) até aquele com mais de uma atividade profissional (vinculada a prestação de serviços, ao funcionalismo público ou a indústria) e em constante movimentação entre diferentes localidades, todos demonstraram entender a importância da diversificação para a atividade agrícola. Essa pluriatividade vai influenciar na conformação de uma rede mais estruturada que favorece a comercialização de produtos, o acúmulo de conhecimento e incremento na composição da renda. No que tange o ambiente familiar, a diversificação traz mais garantias e segurança, além de ampliar as opções de atuação na própria região sem a necessidade de deslocamentos pra outros centros.

Nesse sentido, falar em produção agrícola dentro de um modelo não industrial, e mais especificamente, em agricultura orgânica, significa (também) perceber o desenvolvimento de um processo histórico de reaproximação da espécie humana com o ambiente natural (PERONDI, 2004). O autor entende que faz parte do desenvolvimento de uma sociedade sua capacidade de se reconectar ao ambiente natural. Esse processo pode surgir da necessidade dos atores em remodelar suas relações sociais e econômicas, adaptando suas necessidades e anseios ao ambiente onde está inserido (ao mesmo tempo que, respondendo a uma pressão social de produção de valores). Isso tudo, está diretamente relacionado ao aspecto multifuncional do ambiente e das atividades que podem ser desenvolvidas dentro dele e da capacidade pluriativa de cada indivíduo.

São as diversas atividades reproduzidas desenvolvidas pelas pessoas que vão construir o território (com todas as suas relações de poder), dentro de um espaço (re)moldado (em um processo constante e dinâmico) de acordo com o processo histórico (ABRÃO, 2010). Mais importante ainda são as marcas deixadas nesse espaço que funcionarão como ‘marcos históricos’ de uma sociedade que foi capaz de escolher um modo de vida, adaptar-se e reproduzir-se a partir dele.

Esse processo de construção de uma sociedade só é possível a partir da criação de relações sociais entre os mais diversos tipos de pessoas, essas relações são os laços formados entre indivíduos. Além da intencionalidade essas ligações também são formadas entre indivíduos mais próximos (mesma origem, mesma atividade, mesma grupo familiar) ou desconhecidos. E é a quantidade de fluxos gerados entre eles que estabelecerá a diversidade e a capacidade de uma rede conviver nesse espaço.

5.5. REDES RURAIS COMO INSTRUMENTOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO.

Embora a agricultura orgânica seja o ponto focal das redes estudadas, são as pessoas, e as redes formadas por elas, um dos principais elementos dessa pesquisa. A formação de redes e sua estrutura, sua função principal para os atores envolvidos e para as localidades onde ela se concentra. Procura se entender que forma essa estrutura possui além dos elos formados entre seus indivíduos, isto é, quais são os aspectos mais subjetivos que envolvem o comportamento dos arranjos sociais em forma de rede. E por fim, o que conecta tudo isso em prol de uma nova concepção de desenvolvimento, qual o potencial que esses novos arranjos e essa nova estrutura social tem em contribuir com uma nova forma de envolvimento entre sociedade – Estado – ambiente.

Tomando como base os cenários pesquisados e, principalmente, o levantamento bibliográfico feito durante essa pesquisa, percebemos a existência de ‘momentos chave’ no processo de formação de uma rede. Esses momentos se caracterizariam como etapas que os grupos vão transpondo e que determinam o grau de envolvimento e interação entre os atores. Inicialmente percebemos três momentos específicos dentro de toda cadeia de eventos que exerciam influência no formato da rede e no modo como ela funcionava:

- **1º Momento:** o início do processo. A aproximação de atores que possuem alguma relação, seja pelo vínculo pessoal, seja pela afinidade produtiva ou pela proximidade física e uma necessidade de unir forças por algum motivo específico. Deste primeiro passo até a formação de uma pequena rede de contatos existe um percurso mais específico a ser trilhado. Outras relações precisam ser estabelecidas para que haja uma maior capacidade de circulação de informações, um volume maior de pessoas deve começar a fazer parte do grupo bem como, novos objetivos e novos ideais. Essa aproximação pode ser um pouco mais complexa uma vez que não dependerá apenas da proximidade ou do grau de afetividade entre as pessoas;

- **2º Momento:** É nesta fase que há uma ‘complexificação’ do grupo gerando uma pequena rede de contatos que vai se comportar como um organismo vivo, exigindo maior comprometimento dos integrantes;

- **3º Momento:** Integração com outras dimensões da sociedade conforme apontado pela metodologia da rede rural. É importante para o grupo ter, antes de iniciar qualquer processo de integração fora de sua estrutura de relações, a plena clareza de seus objetivos e de seu propósito para não sofrer rompimentos drásticos entre seus elos.

Este desenho das etapas que ocorrem durante o processo de formação de uma rede estão diretamente relacionadas à teoria da formação de Capital Social expostas por Marteleto (2004) e Tisenfopfs (2008). Os autores trazem a ideia, inicialmente desenvolvida por Putnam, de duas etapas essenciais para a formação de Capital Social. A primeira delas é o *bonding*, que significa a primeira aproximação de atores promovendo uma ‘cola’ entre eles; a segunda etapa seria o *bridging* que transformaria essa cola em uma ponte fazendo uma alusão ao fortalecimento da relações. Tisenfopfs (2008) ainda traz uma terceira etapa que ele chama de *linking* quando as relações extrapolam o desenho da rede e atingem outras dimensões ou outras redes. O capital social tem um papel fundamental na geração de energia vital para a sustentabilidade da rede e dessa forma consideramos adequada a aproximação desses conceitos dentro do processo de compreensão da formação de uma rede.

Um exemplo que trazemos para ilustrar o processo de formação de uma rede, é a própria história da formação da Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT). A partir do exposto no Capítulo III dessa tese, foram identificados momentos específicos que evidenciavam as diferentes etapas do processo de formação e consolidação de uma rede (Quadro 2).

Quadro 2: Etapas no processo de formação da AAT.

1º Momento. Aproximação dos atores: agricultores que mudam o modo de produção + novos agricultores orgânicos de origem citadina + agrônomos especializados em produção orgânica. Objetivos em comum: o interesse em produzir e vender produtos orgânicos. Mudança social: demanda por produtos orgânicos.

2º Momento. Virada de jogo. A demanda do mercado vai exercer influência na organização dos agricultores impactando no processo de organização social da rede. Demanda do mercado > produção local. O ambiente externo colabora para a quebra de confiança e estabilidade entre os laços recém formados da rede. Necessidade de reelaboração da organização interna.

3º Momento. Novas perspectivas. Reorganização da produção sob o viés da produção sustentável, da qualidade de vida e do respeito pela natureza. Priorização da venda direta ao consumidor em detrimento de grandes redes de supermercados. Novos objetivos em comum são desenhados: Produção orgânica + Qualidade de vida + Novos arranjos sociais = AAT + feira orgânica local.

Fonte: Dados da pesquisa.

5.6. ENVOLVENDO A RECIPROCIDADE

Uma nova etapa do processo de conformação de uma rede percebida durante as observações realizadas a campo é o desenvolvimento de laços de reciprocidade entre os membros da rede, entre a rede com outros grupos formados dentro e fora dela, e entre as dimensões com as quais se relacionam. Isto é, foi possível identificar a possibilidade desses laços funcionarem como uma espécie de conector, facilitando o fluxo de comunicação e a interação entre atores. Muito embora identificarmos esse aspecto como algo crucial na constituição de um grupo, não classificamos os laços como um momento específico mas sim como algo que deva ocorrer continuamente entre os indivíduos.

A teoria da reciprocidade desenvolvida por Eric Sabourin (2011) vai além da simples troca de favores ou mercadorias entre atores e algumas comunidades. A reciprocidade passa de um sentimento de retribuição para um comportamento social presente dentro de grupos muito mais complexos. Vai além da comunidade e permeia redes com relações mais complexas. Contudo, o limite para esse tipo de ação são as relações de clientelismo que podem surgir entre órgãos públicos ou grupos específicos e que denotam certa preferência ou direcionamento na hora da composição/aplicação ou análise de políticas públicas. Semelhante conduta se revelaria por meio de medidas contraditórias, segmentação de áreas ou públicos que poderiam trabalhar em conjunto como a conservação ambiental e a produção rural, entre outros fatores.

Outro limite da teoria salientado por Sabourin (2012) é a alienação do sistema de reciprocidade – e possível oposição – em relação ao sistema econômico dominante da troca mercantil. No entanto, a própria ideia de oposição já gera um possível erro, uma vez que não existe oposição clara e definida entre esses dois sistemas. Não há fronteira demarcada. Há, contudo, a possibilidade de coexistência, mas que exige ação não alienada de ambos os sistemas. Isso significa que vai exigir uma postura de governantes e governados a favor da organização social como um todo e não apenas a favor de interesses específicos, como o acúmulo de terras, de capital ou de poder.

A proposta não é que cada ator abandone seus sonhos e ideais particulares em favor de um ideal comum a toda uma sociedade ou conjunto de atores, mesmo porque tamanho consenso seria uma ilusão. É esperado que um ator saiba diferenciar quando se comportar como um indivíduo e como um indivíduo dentro de uma coletividade.

Dentro da perspectiva proposta por Sabourin (2011; 2012) é possível citar o exemplo português e a estrutura do segundo pilar da PAC, conforme apresentado no Capítulo II. Em Trás os Montes, o grupo organizado a partir da prática da agricultura orgânica formou-se principalmente em detrimento das oportunidades previstas por uma política pública especialmente desenhada para este fim. Importante salientar que no caso português não existia um grupo específico que se configurava como uma rede. Os agricultores precisavam estar vinculados a associações, as quais eram responsáveis por garantir-lhes o acesso a política. Muitos deles também precisavam vincular-se a cooperativas que absorviam (processavam e vendiam) grande parte da produção.

Assim, ainda que não existisse uma rede formalizada e percebida pelos atores a forma como as informações eram compartilhadas respeitavam o fluxo de uma rede. Foi possível observar, sem dúvida uma forma de clientelismo, no que tange a opção pela agricultura orgânica, contudo verificou-se um certo grau de inovação e novos arranjos sociais surgindo nesse processo. Os exemplos que apontamos estão relacionados a introdução de novas culturas como uma alternativa àquelas já bem saturadas na região. Trás-os-Montes possui uma característica muito forte arraigada no tipo de produção – uva (vinho), azeitona (azeite) e os frutos secos (nozes, amêndoas, castanha portuguesa) mas que, principalmente por conta de alguns ‘novos’ agricultores, começa a experimentar novas formas de produção e comercialização seja através da introdução do novo ou da inovação do antigo.

5.7. OS ESPAÇOS COMUNS DE INTERAÇÃO: AS MONTANHAS

O espaço não é apenas a região ou o ambiente onde essas pessoas se encontraram, ele também exerce influências em relação ao tipo de atividade desenvolvida - na produção de alimentos, na comercialização, na distribuição, transformação, etc. O ambiente de montanha compõe nesse estudo um elemento, ao mesmo tempo, específico e comum ao estudo das redes formadas a partir da produção orgânica. Muito embora não exista uma relação de dependência entre elas (montanhas e produção orgânica) mas sim de simbiose.

Do ponto de vista da prática agrícola, apesar do relevo acidentado e de aspectos relativos ao tipo de solo, as regiões montanhosas são conhecidas por apresentarem uma grande diversidade biológica e abundância de água – seja em sua superfície ou escondida em lençóis freáticos (NETTO, 2013) – favorecendo o desenvolvimento da agricultura orgânica. E, do ponto de vista social, é um espaço que abriga a atividade humana a muito tempo. Segundo Netto (2013) a origem de algumas variedades agrícolas estão relacionadas a atividade de tribos nômades que acabaram tornando-se sedentárias em decorrência do cultivo do feijão, do milho e da batata (entre outras espécies). E, na atualidade, são ambientes que possuem grande apelo paisagístico e espiritual (além de manter sua função de produtora de alimentos), servindo como destino para pessoas em busca de lazer ou ainda de um local de refúgio dos centros urbanos.

Nesse sentido podemos considerar as montanhas como mais um elemento chave no processo de conformação das redes rurais que compõem essa pesquisa, uma vez que muitas histórias individuais passam a se conectar em virtude da existência desses espaços. Assim, acreditamos que os espaços, nesse contexto, tenham a relevância de uma dimensão dentro do espectro de uma rede, uma vez que passam a fazer parte do universo onde os grupos atuam, influenciando na forma como o tecido social é constituído.

Segundo Halfacree e Rivera (2012) e Wilbur (2014), é importante atentar para as forças que o espaço exerce na formação de redes sociais, seja pelo conhecimento que circula entre os habitantes (os de dentro e os de fora), seja nas características geográficas e edafoclimáticas, seja nos aspectos paisagísticos. Segundo Marteletto, (2001) o ambiente externo a qualquer grupo também vai influenciar, a nível pessoal e coletivo, os atores da rede, impactando na forma como essa organização social vai se relacionar com o espaço, o que a autora denominou de ‘ter a rede como intermediária entre as ações e as consequências de decisões tomadas dentro e fora da rede’.

Entre as sedes dos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis são 68 km de distância e, apesar de possuírem propriedades geográficas bem semelhantes, os atributos encontrados (organização social, produção e comercialização) nos grupos pesquisados (Capítulo III) são completamente diferentes. Apesar de vizinhos, os municípios em questão, possuem trajetórias diferentes que vão se conectar, apenas, após a década de 1970. Nova Friburgo tem sua origem datada no início do século XIX e seu crescimento vinculado principalmente ao escoamento de grãos de café (produzido em áreas mais baixas da própria região serrana e do noroeste do estado) à capital fluminense e, posteriormente, ao crescimento da indústria têxtil e metal-mecânica. Criando assim, um fluxo de mercadorias constante entre a serra e o litoral. O município de Teresópolis tem seu crescimento, basicamente, aliado ao turismo. A agricultura na região começou a desenvolver-se após a década de 1950, quando foi construída uma rodovia que ligava o município a cidade do Rio de Janeiro.

O fluxo de pessoas, mercadorias e informações entre os habitantes dos dois municípios em questão, antes da década de 1970, era praticamente inexistente. Não havia uma rodovia que interligasse Nova Friburgo e Teresópolis. Para ir de uma localidade a outra era preciso descer e subir novamente a serra, ou enfrentar caminhos precários entre vales e montanhas. Na atualidade, o cenário é bem diferente. Conectados pela rodovia conhecida como ‘TereFri’ (RJ

130), os municípios formaram um circuito turístico na região que, além de atrair muitas pessoas, diminuiu as distâncias entre eles.

Contudo, e apesar dos novos traçados rodoviários, a comunicação e a troca de experiências entre aqueles que habitam e usufruem das localidades ainda sofrem com as distâncias que existem entre eles. A formação de laços e o estabelecimento das relações ficam muito mais dependentes da proximidade física e do grau de parentesco, do que necessariamente, da aptidão para o trabalho (por exemplo). Para Wilbur (2014), os limites geográficos são alguns dos obstáculos que dificultam a disseminação de conhecimento e de informações, apesar de não serem determinantes.

No entanto, embora seja perceptível as dificuldades de deslocamento em ambientes de montanha (seja pela distância, falta de estradas, problemas ambientais, entre outros), também foi possível identificar mudanças na organização social dos agricultores pesquisados nas regiões entre Brasil e Portugal. Essas mudanças estão vinculadas a elementos que funcionaram, dentro dos ambientes de montanha em especial, como mecanismos de integração entre pessoas que possuíam pouca ou nenhuma afinidade, exceto pelo fato de estarem no mesmo ambiente praticando as mesmas atividades.

O sistema participativo de garantia (SPG) é um dos elementos que se mostrou muito eficaz para o processo de aproximação entre os agricultores orgânicos da serra fluminense. Em algumas localidades esse sistema contribuiu apenas para o fortalecimento da rede e sua ampliação, em outras, por sua vez, foi responsável pela primeira aproximação das pessoas.

Assim, entende-se que a partir do funcionamento de um sistema de controle social: o SPG, que exige a participação das pessoas durante todo o processo produtivo e de comercialização, em um constante exercício de aprendizagem, é possível estabelecer um novo fluxo de informação e conhecimento entre pessoas e dessas com as montanhas que habitam e usufruem.

Um outro elemento identificado durante a pesquisa é existência de uma política pública integradora e que conceba os ambientes de montanha como regiões relevantes e a agricultura orgânica como prática economicamente e ambientalmente viável. Uma política com essas características ajuda a fortalecer as relações nos espaços em questão, uma vez que contribui com a sustentabilidade de suas atividades, com o surgimento de inovações e proporciona um maior grau de endogeneidade.

O estímulo à produção orgânica através de uma política pública e um sistema participativo de garantia (SPG) que trabalhe pela conformidade da produção orgânica, são elementos importantes e que podem contribuir para a formação e o fortalecimento de redes rurais. Em ambientes de montanha esses aspectos são potencializados *vis a vis* pela aproximação e proximidades dos atores, favorecendo e sendo favorecido pela conformação de grupos e geração de capital social.

Seja na política, seja no SPG, os atores envolvidos devem trabalhar em grupo, estar associados, trocar informações e fazer constantemente uma atualização de suas práticas. É, portanto, um modelo de conformação social, desenhado por uma política a que traz benefícios ao ambiente natural, assegurando sua sustentabilidade que, no caso dos ambientes de montanha se verifica não só na conservação dos recursos naturais locais, mas na prestação de serviços ambientais a jusante, notadamente no que se refere a recursos hídricos, qualidade do solo e conservação de áreas de matas.

Além disso, para as pessoas que passam a fazer parte dessa rede social o benefício vem em forma de realização e satisfação com a atividade escolhida, bem como na possibilidade de integrar uma forma diferente de organização social em um ambiente acolhedor e de belíssimas paisagens.

5.8. APRIMORANDO E CONTEXTUALIZANDO OS CONCEITOS

Conforme exposto no início deste capítulo, nosso objetivo nesse momento da pesquisa é relacionar, dentro do âmbito teórico, a metodologia da rede rural e os laços de reciprocidade. O objetivo desta aproximação é o de contextualizar a pesquisa às circunstâncias estudadas. A partir de um olhar cuidadoso para o ambiente estudado, foi percebida a necessidade de adaptação da metodologia escolhida para a realização dessa pesquisa. Após identificados os aspectos que caracterizam o ambiente passamos a perceber melhor quais abordagens teóricas poderiam ser melhor aproveitadas para estudar e entender suas particularidades.

Uma outra decorrência dessa abordagem (relacional) é a possibilidade de contribuir com mais tipos de instrumentos para o contexto das políticas públicas (elaboração, aplicação, acompanhamento). A crítica ao modo como o sistema político vem funcionando (no caso brasileiro) é que, em muitos aspectos, os resultados não são satisfatórios, pois não há instrumentos suficientes capazes de integrar resultados, políticas e ações. Isto é, políticas são elaboradas e aplicadas. Públicos específicos são definidos. Instituições são nomeadas e grupos sociais são formados. Contudo, e ainda que diferentes, todas essas ações ocorrem separadamente e não beneficiam o conjunto da sociedade e sim pequenos grupos isolados.

Sabourin (2012) exalta o fato de que políticas não devem ter um viés unicamente mercantil, uma vez que é preciso olhar a gestão pública como um todo e entender a necessidade de utilizar instrumentos que, além de permitir a troca mercantil e o acúmulo de capital, permitam maior capacitação e autonomia dos atores envolvidos nesse processo. O intuito é que um bom resultado seja fruto do esforço coletivo de distintos grupos interconectados por meio de laços de reciprocidade (SABOURIN, 2012) e de uma rede de conhecimentos e capacidades diversificadas (PLOEG e MARSDEN, 2008).

Retomando um pouco o conceito principal da rede rural proposta pelo grupo de pesquisadores liderados por Ploeg e Marsden (2008), ela seria sustentada ou composta por seis dimensões. Uma concepção teórica dessa rede teria como aspecto fundamental, além das pessoas, um universo multidimensional onde fosse possível uma constante interação e colaboração entre indivíduos e dimensões. Essa interação só seria possível a partir da vontade e intenção dos atores envolvidos nessa rede. O que torna a rede rural funcional é sua capacidade de comunicação entre os mais diversos elos ou laços e o aperfeiçoamento das relações com as dimensões. Para que isso aconteça, é preciso que os pontos (nós) da rede estejam bem conectados a ponto de permitir a troca de informações e o desenvolvimento de novas habilidades.

É nesse ponto que percebe-se a importância dos laços de reciprocidade (SABOURIN, 2011) para o melhor estabelecimento dos fluxos entre todos os atores de uma rede. Uma vez considerado como uma componente que atuará diretamente no comportamento social dos indivíduos, o estabelecimento desses laços pode auxiliar na relação entre os indivíduos, fortalecendo os laços e os nós da rede, e na relação interdimensional, ampliando a capacidade de atuação da rede dentro do seu território. Para ilustrar a aproximação de ambas as propostas teóricas, adaptamos a ilustração (já apresentada no Capítulo I) e adicionamos um sétimo elemento a ela (figura 9).

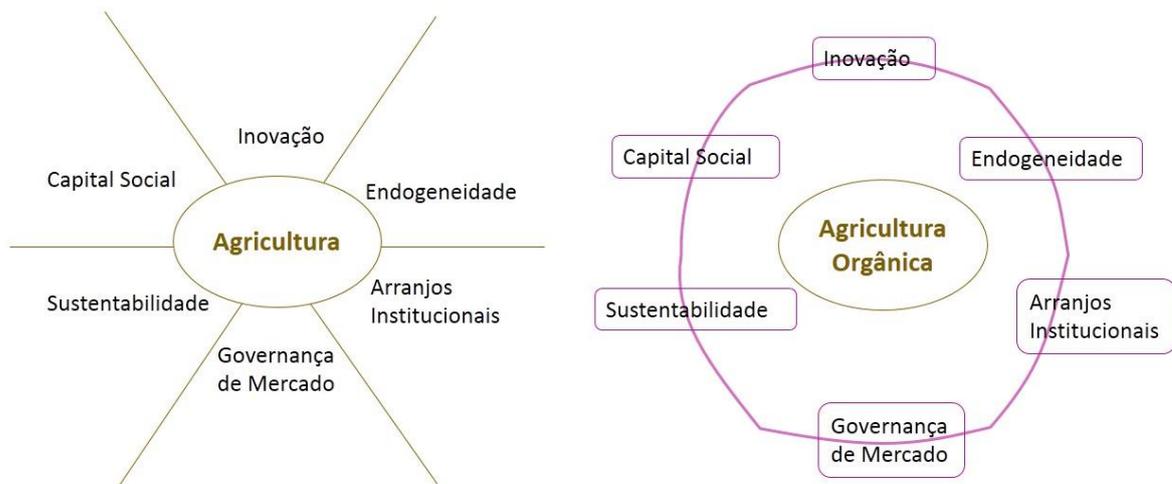


Figura 9: Dimensões teóricas da rede + Laço de Reciprocidade. Fonte: Adaptado de Ploeg et al (2008)

O ‘laço de reciprocidade’, representado pelo círculo colorido no contorno do diagrama, visa estabelecer maior conectividade entre as dimensões. Ela funcionaria como um elo entre aspectos distintos e não como uma dimensão propriamente dita. O elo seria composto de interesse, importância e necessidade. Isto é, de reciprocidade entre segmentos distintos, atores distintos, mas que enxergam a importância de trabalhar para uma coletividade.

A inovação desta proposta diz respeito à diversidade de dimensões que poderiam ‘sustentar’ esse desenvolvimento, em contraponto ao foco apenas no crescimento econômico de territórios. Sua estrutura representa, de maneira ilustrativa, como se estruturaria a rede rural dentro de uma concepção que considera o desenvolvimento territorial e endógeno.

Dentro de uma rede rural é possível encontrar agricultores, profissionais da área do turismo, pequenos e médios empreendedores, indústrias de processamento, entre outras atividades. Entre essa diversidade de ‘tipos’ o elemento comum, além daquele que os aproximou (nesse caso a agricultura orgânica), é a reciprocidade que se cria entre cada ator. Existe a partir da necessidade, do interesse e da importância a troca de conhecimento entre eles ampliado a capacidade da rede de interagir dentro das dimensões e com outras redes, e o espectro de atuação dos atores e suas redes.

Essa proposta de funcionamento da rede rural tem como principal pressuposto a (re)significação do desenvolvimento e traz este esforço de enxergar o espaço como um grande conjunto de possibilidades. Kamemasu et al (2008), analisaram, aproximadamente, 63 casos empíricos em toda a Europa e procuraram identificar neles características de cada dimensão proposta dentro da metodologia (rede rural). Eles identificaram que as dimensões, apesar de distintas, se mostraram complementares e funcionaram, em algumas situações, como gatilhos para que outra dimensão mais enfraquecida dentro daquele grupo fosse, de alguma forma, trabalhada ou ativada.

Ao somarmos os laços de reciprocidade a esse característica natural de complementariedade das dimensões, estamos fornecendo uma facilidade ao processo de fortalecimento das relações entre indivíduos e o ambiente em que estão se relacionando. Ampliando a capacidade de estabelecer novos fluxos de comunicação e informação entre os mais variados elementos que fazem parte desse universo complexo que é a rede rural.

5.9. UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ‘FAZEDORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS’

Esse último item da tese não tem a pretensão de servir como um guia (ou um documento qualquer) que estabeleça o modo de funcionamento ou aplicação de qualquer tipo de normatização sobre o funcionamento de redes rurais. Esse é um processo lento e contínuo, que deve ser feito à muitas mãos, inclusive daquelas que vivem e usufruem dos espaços e são membros ativos de um universo específico. No entanto, é possível fazer algumas considerações baseadas nas análises teóricas e nos estudos empíricos ora apresentados. A esperança é que possam contribuir no processo de construção de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura orgânica, e das redes formadas a partir de sua prática.

A partir de todo o universo pesquisado e do tempo proferido nessa análise um ponto observado em relação a políticas já existentes foi a capacidade de reelaboração da PAC. Desde o seu surgimento essa política passou por inúmeras transformações, que só aconteceram por que existiu, desde o momento de sua criação, a preocupação em não estabelecer um modelo fechado e acabado. Também faz parte do processo de aplicação dessa política um constante acompanhamento de seus resultados, o que permite a avaliação de sua eficiência para que seja feita sua reelaboração.

Um dos benefícios que surgiu, em uma das reestruturações da PAC, foi o estímulo à produção orgânica especificamente. Outra especificidade que está sendo introduzida dentro dessa política, mas ainda não se configura como item propriamente dito, é o ambiente de montanha. Já está em processo de avaliação para a próxima reelaboração do segundo pilar da PAC os ambientes de montanha como locais específicos e que, portanto, merecem devida atenção. Contudo, para que uma avaliação do processo de aplicação de políticas públicas seja válido, é preciso o estabelecimento de alguns indicadores. Tomando como base o contexto pesquisado a sugestão é que o ponto de partida seja uma definição mais ampliada e complexa de desenvolvimento, por exemplo. Essa definição não deve estar apenas representada por palavras, mas também por indicadores e ações que viabilizem o fortalecimento das múltiplas dimensões que um território possui. Da mesma maneira que deve incentivar a interação entre os atores na participação em processos públicos, na formação de associações, na vida cotidiana da região, entre outros.

Um aspecto favorável percebido dentro das políticas públicas no Brasil (e um exemplo de estímulo ao aparecimento de laços de reciprocidade) é a capacidade de interação que pode ter um sistema participativo de avaliação da conformidade na produção orgânica. Colocar as pessoas como ‘agentes reguladores’ de seu próprio negócio faz com que elas se sintam muito mais responsáveis pelo seu sucesso ou pelo seu fracasso, ou seja, muito mais autônomas. Seja para avaliar um modelo produtivo ou para gerir um empreendimento, o processo de participação entre indivíduos com interesses semelhantes (e não apenas técnicos e auditores) faz com que o senso de responsabilidade e pertencimento gere maior confiança e reciprocidade entre eles. Tudo isso contribui para o fortalecimento de laços dentro dos ambiente de rede.

E por fim, o aprimoramento. Uma política que se permite reelaborar a todo o momento deve ter como meta fundamental seu aprimoramento constante. Quando isso não ocorre é bem provável que contribua para processos de clientelismo. Isso significa dizer que, quando uma política se mantém constantemente favorecendo um mesmo aspecto, as chances dela contribuir para o desenvolvimento de novas capacidades são muito pequenas. Uma política pública, deve, por definição ser elaborada a partir de necessidades ou deficiências (sociais, ambientais e econômicas) constatadas dentro do território. E, o objetivo maior da elaboração dessas políticas é a supressão dessas necessidades, a partir da ação dos próprios indivíduos. Em decorrência disso que é preciso pensar, durante o processo de elaboração, aplicação e avaliação de políticas públicas, no dinamismo da sociedade (uma deficiência pode ser suprimida e outras podem surgir) e na importância que cada ator tem para o seu desenvolvimento.

5.10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço rural assume diversas características conforme o grupo de atores que está organizado dentro dele e a sociedade na qual está inserida. Assim que, repensar o conceito de desenvolvimento rural é, também, repensar o projeto de sociedade. Uma vez que o que está em pauta nesse processo são questões pertinentes à formação dos espaços de convivência entre atores, as interconexões, e a capacidade de envolvimento entre diferentes ‘tipos’ de pessoas em contraponto a segmentação em grupos específicos. Ao considerarmos políticas públicas instrumentos que sirvam como intermediadores entre interesses do Estado e das sociedades que o compõem, sua principal função será justamente a aproximação de atores cujos objetivos sejam semelhantes em uma constante reflexão sobre o projeto de sociedade.

No entanto, observamos durante essa pesquisa uma variedade de situações que nos permitiram concluir que a política – dentro de um aspecto positivo – pode funcionar como um facilitador de processos, mas nunca será aquilo que definirá um ambiente ou uma ação. As redes, por outro lado, formadas a partir da junção (e envolvimento) de pessoas em determinadas localidades, são muito mais determinantes para o funcionamento do grupo como uma coletividade que a existência ou não de uma política. Essa constatação vai de encontro com as etapas descritas no processo de formação de uma rede que considera o envolvimento com instituições públicas e demais dimensões um segundo passo durante o envolvimento em redes de relacionamento. As políticas, nesse sentido, teriam um papel de fortalecer esse movimento, facilitar, esclarecer, regular.

Os ambientes de montanha, nessa lógica, possuem um papel de reunir os mais diversos tipos de atores em uma ou mais redes interconectadas. Apesar das dificuldades impostas pelo relevo, as pessoas que passaram a viver nesse universo se mostraram menos preocupadas com a geografia em si e mais determinadas com a construção de um ideal de sociedade.

Nessa nova conformação social torna-se difícil estabelecer fronteiras claras entre os espaços – o que é urbano e o que é rural – da mesma forma que se torna ainda mais complexo definir quais são os tipos de pessoas responsáveis pela produção de alimentos (por exemplo). A heterogeneidade e o dinamismo que essa característica impõe ao funcionamento das redes tornam o espaço onde essas pessoas uma construção social repleta de referências onde a novidade é a velocidade com que tudo se conecta.

As consequências dessas mobilidades e desses fluxos dentro dos espaços são a criação de identidades particulares ou de grupos. Essa característica da formação de identidade vai resultar em sociedades mais conscientes e que entendem o seu papel dentro da coletividade, ainda que inserida em um contexto local. O desafio, então, reside no fato de sermos capazes de pensar o espaço como um todo, e não só um lugar específico.

A aproximação entre a teoria da reciprocidade com a metodologia da rede rural se mostrou coerente. Ambos os referenciais teóricos percebem a sociedade como um fluxo contínuo de saberes e uma comunhão de capacidades técnicas, para além do crescimento econômico. Também nos permitiu observar diferentes grupos, que independentemente de suas características, tinham sua relevância dentro do processo de desenvolvimento local, seja pelas novas oportunidades que ofereciam, pelo fluxo econômico que estimulavam, pelo impacto positivo no ambiente natural, entre outros aspectos.

Esse exercício teórico também se mostrou relevante no tocante a necessidade de uma estratégia para o desenvolvimento de políticas públicas – no caso brasileiro principalmente – que conceba o desenvolvimento rural como um processo provido de uma diversidade de dimensões e concebido por uma diversidade de tipos sociais. Essa estratégia deve acompanhar um plano de elaboração, execução e acompanhamento que se comprometa com o aprimoramento constante da política. A ideia é facilitar o envolvimento entre as pessoas gerando autonomia para os espaços onde estão inseridas.

Ao considerar a agricultura orgânica uma prática viável de produção de alimentos, percebe-se a necessidade (e a urgência) em ter essa atividade institucionalizada dentro de um projeto de desenvolvimento de qualquer nação. O mesmo ocorre com os ambientes de montanha. Uma vez considerados ambientes de alta relevância para a manutenção do clima, da biodiversidade e do fornecimento de água, o cuidado com sua ocupação e utilização torna-se uma importante estratégia para o Estado que consegue, ao mesmo tempo, cuidar do ambiente natural e incentivar o desenvolvimento local.

Por fim, é perceptível o interesse pelo consumo de produtos mais saudáveis e o impacto que eles possuem na saúde das pessoas. Também é crescente a busca pela atividade agrícola em modelos mais sustentáveis, principalmente em ambientes de montanha, onde a atividade econômica com foco na sustentabilidade tem impactos positivos não só localmente, mas também em conjunto com os serviços ambientais decorrentes. E, muito embora, as pessoas envolvidas com a produção e o consumo tenham se mostrado muito mais envolvidas na construção de redes de relacionamento interdependentes e independentes de instituições e processos burocráticos, é preciso, no entanto, uma tomada de consciência no que tange as relações entre sociedade e Estado.

Para tanto é preciso também maior envolvimento e atenção por parte dos atores responsáveis pela construção e execução de políticas públicas para os ambientes de montanha. Os maiores beneficiários dessa conexão entre sociedade e Estado são as próprias pessoas envolvidas nesse processo, e o ambiente que habitam e usufruem para, em decorrência, beneficiar as demais esferas da sociedade que irão consumir os alimentos e usufruir de um ambiente mais equilibrado.

6. CONCLUSÃO GERAL

Em linhas gerais, a questão principal que permeia essa pesquisa está relacionada a forma como o surgimento de uma rede rural pode impactar os ambientes de montanha, trazendo desenvolvimento endógeno e contribuindo com a sustentabilidade das atividades desenvolvidas localmente e do ambiente natural. Sendo assim, focamos nas redes formadas a partir da agricultura orgânica e nos laços criados entre os atores e o ambiente para entender essa dinâmica social e como ela contribui na formação de espaços heterogêneos e multifuncionais.

A partir do conhecimento adquirido durante os quatro anos de pesquisa e coleta de dados, é possível afirmar que para os grupos pesquisados, a agricultura orgânica funcionou (e ainda funciona) como um gatilho. Percebemos que ela pode estimular a movimentação de atores no ambiente favorecendo a aproximação entre urbano e rural. Outro aspecto encontrado é a colaboração que o sistema participativo oferece na criação de grupos e na conformação de novos laços dentro da rede, atuando como cola entre seus integrantes. O estímulo à prática da agricultura orgânica institucionalizado dentro de uma política pública, mesmo que esse seja um ponto de duras críticas em relação a sustentabilidade dessa atividade, mostra-se também como um benefício, uma vez que pode contribuir no aumento de escala produtiva, além de gerar novos modelos de produção e favorecer a organização de agricultores locais.

Nas localidades estudadas, no Brasil e Portugal, os laços de reciprocidade foram construídos a partir da relação do agricultor com sua rede particular – que podem ser consumidores finais, associações, cooperativas ou outros produtores – e que permite a evolução das relações e aumento da rede. Em Portugal, foi possível observar que quando inseridos em um ambiente com pouca variedade de produção, os agricultores acabaram desenvolvendo sua própria rede de comercialização, e apostaram na diferenciação do produto como forma de se adaptarem a oferta maior que a demanda por um mesmo tipo de alimento. E, apesar de uma suposta segurança gerada pelos benefícios provenientes da PAC, onde não houve inovação os ganhos se mostram irrelevantes e insuficientes para sustentar a atividade rural no longo prazo.

Já no Brasil, em terras fluminenses, observamos que os laços foram estabelecidos, primeiramente entre os próprios agricultores, uma vez que existia a intenção de constituir um organismo comum onde todos fizessem parte. Essa formação ganhou um estímulo extra com a instauração do sistema participativo de garantia da conformidade da produção orgânica. O formato do SPG deu maior amplitude de atuação, apesar de todas as diferenças e dificuldades com a quais os atores se depararam e que foram inerentes a uma formação de grupo.

Assim concluímos que os grupos passam a atuar em redes a partir do momento que existem interesses em comum e quando, principalmente, é possível construir entre eles relações de respeito e reciprocidade. O limite que se desenha entre um simples grupo e uma rede é a diversidade de tipos que compõem esse tecido social e como conseguem formar, entre eles, um laço de reciprocidade que permita a prevalência dos objetivos do coletivo em oposição as vontades individuais. Percebe-se que a constituição de redes rurais não depende de políticas públicas ou qualquer outra ação de governo, mas pode ser amplificada e empoderada em virtude destas.

Os ambientes de montanha são espaços com características multifuncionais que podem contribuir para a aproximação dos atores, mesmo que em grupos muitas vezes reduzidos, delimitados pelas dificuldades de deslocamento em virtude das condições geográficas. A atividade agrícola encontra nesses ambientes condições para o seu desenvolvimento, da mesma forma que é possível encontrar espaço para as mais variadas formas de turismo e entretenimento. Contudo, a condição para que seja possível a integração dessas redes com os ambientes de montanha, e para que haja efetivamente uma relação simbiótica, é considerar a sustentabilidade como aspecto fundamental não só na consciência individual de cada ator, mas também da coletividade, como parte do projeto de sociedade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÃO, J. A. A.; Concepções do espaço geográfico e território. **Sociedade e Território**, Natal, v. 22, nº1, jan./jun. 2010.
- AMARAL, J. F. O impacto econômico da integração de Portugal na Europa. **Nação e Defesa**. Nº115, 3ª série, Outono-Inverno, 2006.
- ASSAD, E. D.; PINTO, H. S.; ZULLO JUNIOR, J.; ÁVILA, A. M. H.; Impacto das mudanças climáticas no zoneamento agroclimático do café no Brasil. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v.39, n.11, 2004.
- ASSIS, R. L. de; AREZZO, D. de C.; ALMEIDA, D. L. de; DE-POLLI, H. Aspectos sócio-econômicos da agricultura orgânica fluminense. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p.26-42, 1996.
- ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R.; Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, editora UFPR, n. 6, Jul/Dez, 2002.
- BATISTA, P.; FIGUEIREDO, E. Caminhos possíveis do rural em Portugal: As prioridades do novo programa de desenvolvimento rural. In: FIGUEIREDO, E. (Org). **O Rural Plural. Olhar o presente, imaginar o futuro**. 100Luz, 2011.
- BAPTISTA, F. O. Os contornos do rural. In: FIGUEIREDO, E. (Org). **O Rural Plural. Olhar o presente, imaginar o futuro**. 100Luz, 2011.
- BONNAL, P.; MALUF, R. S.; Políticas de Desenvolvimento Territorial e a Multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Brasil. I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Florianópolis (SC), 2007. In: AUN, J. N.; Agricultura Orgânica e Atores Neorrurais na Serra da Mantiqueira: O Grupo Orgânicos da Mantiqueira, Gonçalves, Mg. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, UFSCar, 2012.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, v.1, n. 1, mar. 2007. PP. 37-64.
- BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambiente & Sociedade – Vol. VIII nº. 1**, jan./jun. 2005.
- BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm. Acesso em: 08/11/2018.
- CALVARIO, R. M. O.; Política de Desenvolvimento Rural na União Europeia: Agricultura, Ambiente e Território. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências de Engenharia do Ambiente (DCEA) Lisboa, 2010.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; Análise Multidimensional da Sustentabilidade. Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set, 2002.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 11, p. 53-75. outubro 1998.

- CARNEIRO, M. J.; PALM, J. L.; Modos de vida e dinâmica da agricultura familiar de montanha: Nova Friburgo-RJ. In: AQUINO, A.M.; NETTO, A.L.; ASSIS, R.L. (eds); **Desenvolvimento sustentável em ambientes de montanha. Estratégias e Experiências – Seropédica: Embrapa Agrobiologia; Niterói: Programa Rio Rural, 2018.**
- CARNEIRO, M. J.; ROCHA, B. N.; Limites e possibilidades da construção de “territórios de desenvolvimento” na região serrana do Rio de Janeiro. *Política e Sociedade*. N°14. Abril, 2009.
- CARVALHO, Patricia Nasser de; **A Política Agrícola Comum da Europa: Controvérsias e Continuidade.** Texto para Discussão (2258) / IPEA, Brasília, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/06122016td_2258.pdf
- CASTRO, A.C.; CASTRO, L.B. **Do desenvolvimento renegado ao desafio sinocêntrico: reflexões de Antonio Barros de Castro sobre o Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 2012.
- COMISSÃO EUROPEIA. **A Política Agrícola Comum: a história continua.** A Política Agrícola Comum Explicada. Disponível em: http://ec.europa.eu/agriculture/index_pt.htm. Luxemburgo, 2012.
- CONAB, 2016. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1102&t=2>. Acesso em: 04/08/2016
- COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: Vela, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul.** Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003.
- CUNHA, L. A. G.; Confiança, Capital Social, e Desenvolvimento Territorial. **R. RA’EGA**, Curitiba, n.4, editora UFPR, 2000.
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; FAGGION, A. M. DE C.; SANTIAGO L. A.; Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XIX, n. 2 abr.-jun. 2016.
- DELFIN NETTO, A. Meio século de economia brasileira: desenvolvimento e restrição interna. In: Giambiagi, F. *et al.* (Eds). **Economia brasileira contemporânea (1945-2004).** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- DIREÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (DGADR). A Produção Biológica. Dados e evolução em Portugal. Medidas de apoio 2007-2020. Planos de ação. DSPAA/Divisão de Qualidade e Recursos Genéticos, Abril, 2017.
- EMBRAPA. **Marco Referencial em Agroecologia.** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 70p, 2006.
- FELIPPE, E. da L. C.; O Papel da Formação Técnica Alternativa e da Extensão Rural Pública na Construção de Redes de Apoio à Transição Agroecológica e à Produção Orgânica: um Estudo no Município de São José do Vale do Rio Preto – RJ. **Dissertação de Mestrado.** Programa de Pós-graduação em Agricultura Orgânica, UFRRJ, 2017.
- FIGUEIREDO, E. Um rural cheio de futuros? In: FIGUEIREDO, E. (Org). **O Rural Plural. Olhar o presente, imaginar o futuro.** 100Luz, 2011.
- FIORI, J. L.; Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. **Revista de economia Política**, 12 (1), 1992.

- FONSECA, C. I. J.; De volta à terra? Desenvolvimento e revitalização rural – um estudo de caso no sul de Portugal. **Dissertação de mestrado** do Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Setembro, 2014.
- GALLIEZ, I. L. W.; O protagonismo e o Rio Rural: uma análise da participação dos agricultores no programa de microbacias hidrográficas do estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. PPGDT, UFRRJ, Abril, 2014.
- GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos tempos. Anpocs. **Revista brasileira de ciências sociais**, 1990.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.
- GONÇALVES NETO, W.; **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GOODMAN, D. **Place and space in alternative food networks: connecting production and consumption**. Department of Geography. King's College London. 36p. 2009.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; O novo rural brasileiro. **Nova economia**. Belo Horizonte. v.7. n. 1. maio, 1997.
- GRISEL, P. N.; ASSIS, R.L. A adoção de práticas agrícolas sustentáveis: estudo de caso de um sistema de produção hortícola familiar em Ambiente de Montanha. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília v.29, n.1, p133-158, jan/abril 2012.
- GUIDDENS, A.; BECK, U.; LASH.; **Modernização Reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo, Editora Unesp, 1997.
- HAESBAERT, R.; TRAMONTANI, T.; O mito da desterritorialização econômica. **GEOgraphia**. Ano 6, n12, 2004.
- HALFACREE, K. H.; RIVERA, M. J.; Moving to the countryside...and staying: lives beyond representations. **Sociologia Ruralis**, vol 52, n. 1, jan 2012.
- HORLINGS, L.G.; KANEMASU, Y.; Sustainable development and policies in rural regions, insights from the Shetland Islands. **Land use Policy**, N.49, 2015.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Resultados preliminares Censo Agropecuário, 2017. [online] Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017> acesso em: 09/2018.
- ILHA NEWS 24 HORAS. Onde levar doações para as vítimas da região serrana. Ilha do Governador, 2011. Disponível em: <http://ilha.news24horas.com.br/tudo-mais/onde-levar-doacoes-para-as-vitimas-das-chuvas-na-regiao-serrana-rj/> Acesso em: 7/11/2018
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. NUTS 2013: as novas unidades territoriais para fins estatísticos. Lisboa, 2015.
- KAGEYAMA, A., GRAZIANO DA SILVA, J.; **A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: IE/Unicamp, 1987.
- KANEMASU, Y.; SONNINO, R.; MARSDEN, T.; SCHINEIDER, S. Testing the Web: a Comparative Analysis. In: Ploeg, van der J.D.; Marsden, T. (eds.). **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development**. VanGorcum, 2008.

MAPA. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>. Acesso em: 08/08/2016.

MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A.; Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, n. 18-19, Jan-Dez/2006.

MARSDEN, T. Exploring the rural eco-economy: beyond neoliberalism. **Sociologia Ruralis**, Vol 56, Number 4, October 2016.

_____; Sustainable place-making for sustainability science: the contested case of agri-food and urban-rural relations. **Sustain Sci**, 8:213–226, 2012.

_____; Pathways in the sociology of rural knowledge. IN: CLOKE, P. *et al.* **Handbook of rural studies**. London/ Thousand Oaks/ New Deli: Sage Publications, 2006. pp. 3-17

MARSDEN, T.; Farioli, F.; Natural powers: from the bio-economy to the eco-economy and sustainable place-making. **Sustain Sci**, 10:331–344, 2015.

MARSDEN, T.; PLOEG, VAN DER J. D.; Some final reflections on Rural Social and Spatial Theory. In: Ploeg, van der J.D.; Marsden, T. (eds.). **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development**. VanGorcum, 2008.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O.; Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf. Brasília**, v. 33, n. 3, p. 41-49, set/dez 2004.

MARTELETO, R. M.; Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ci. Inf., Brasília**, V. 30, n. 1, jan/abr 2001.

MATTOS, R. A.; População neorural e agricultura orgânica: mudanças no meio rural da região perimetropolitana do Rio de Janeiro. **Anais.. XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, Porto Alegre, 2010.

MELLO, J.M.C. de.; **O capitalismo tardio**. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOREIRA, R.; Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In R. J. Moreira (org) **Identidades Sociais: Ruralidades no Brasil Contemporâneo**. R. J. DP&A, 2005

MUÑOZ, C. M. G.; GÓMEZ, M. G. S.; SOARES, J. P.G.; JUQUEIRA, A. M. R.; Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 54, Nº 02, Abr/Jun 2016.

NASCIMENTO, C. A.; A política agrícola comum da CEE e a ocupação das famílias rurais em atividades agrícolas e não agrícolas: lições para a política agrícola no Brasil. **Economia e Sociedade**, Caminas, v.14, n 2(25), jul/dez, 2005.

NATÁRIO, M.; BRAGA, A.; REI, C. A produção biológica e desenvolvimento das regiões. In: FIGUEIREDO, E. (Org). **O Rural Plural. Olhar o presente, imaginar o futuro**. 100Luz, 2011.

NETTO, L. A.; Políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável em ambientes de montanha no Brasil e na Argentina. **Tese** (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Pecuária) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós Graduação em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária. Setembro, 2013.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, VAN R.; BRUNORI, G.; PLOEG, van der J. D. The Endogeneity of Rural Economies. In: PLOEG, van der J.D.; MARSDEN, T. (eds.); **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development**. VanGorcum, 2008.

PEREIRO, X.; Da antropologia à antropologia aplicada ou a afirmação da disciplina no Norte de Portugal, *Etnográfica [En línea]*, vol. 18 (2) | 2014, consultado em 11/10/2018. URL : <http://journals.openedition.org/etnografica/3776>

PERONDI, M. A.; Agricultura como fronteira entre sociedade e natureza: novos atributos a multifuncionalidade. **II Encontro Anual da ANPPAS**. Campinas, 2004.

PERUZZO, C. M. K.; Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. *Época III*, Vol XXIII. Número especial III, Colima, primavera, 2017.

PINTO, H. S.; ASSAD, E. D.; ZULLO JUNIOR, J.; ÁVILA, A. M. H.; Variabilidade Climática. Água Agricultura e Meio Ambiente no Estado de São Paulo: avanços e desafios. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228830778>. Janeiro, 2003. Acesso em: 08/08/2016.

PINTO, J. P. C. Os “neo-rurais” na região do “Douro Verde”: impacto social, económico e cultural. **Dissertação de Mestrado**, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Setembro, 2015.

PLOEG, van der J.D.; MARSDEN, T. (eds.). **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development**. VanGorcum, 2008.

PLOEG, VAN DER J. D.; BROEKHUIZEN, VAN R.; BRUNORI, G.; SONNINO, R.; KNICKEL K.; TISENKOPFS, T.; OOSTINDIE, H.; Towards a Framework for understanding Regional Rural Development. In: Ploeg, van der J.D.; Marsden, T. (eds.). **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development**. VanGorcum, 2008.

RIO DE JANEIRO MAPAS. Disponível em: <https://pt.map-of-rio-de-janeiro.com/> Acesso em: 07/11/2018.

RIVAROLA, A.; VINO CUR, M. G.; Uso y demanda de información agrometeorológica en el sector agropecuario del centro de Argentina. **RADA**, in press, 2012.

SABOURIN, E.; Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: reflexão sobre alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. <http://www.jornaldomus.org> fev, 2009. In: AUN, J. N.; Agricultura Orgânica e Atores Neorrurais na Serra da Mantiqueira: O Grupo Orgânicos da Mantiqueira, Gonçalves, Mg. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, UFSCar, 2012

SABOURIN, E.; **Sociedades e Organizações Camponesas. Uma leitura através da reciprocidade**. Editora UFRGS. Porto Alegre, 2011

_____.; Reciprocidade e Análise de Políticas Públicas no Brasil. **Ruris**. Volume 6, Número 2, Setembro, 2012.

SANDERS, J.; STOLZE, M.; PADEL, S. (Editors); **Use and efficiency of public support measures addressing organic farming**. Johann Heinrich von Thünen-Institut. Braunschweig, 2011.

SANDRONI, P. (Org); **Novíssimo dicionário de economia**. Editora Best Seller, 1999.

SCHIMITT, C. J.; Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, nº 27, maio/ago 2011.

SCHUMACHER, E. F.; **O negócio é ser pequeno**. 2. ed. Otávio Alves Velho (Tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

SOARES, M. D. O.; As Contradições do turismo no espaço rural: vida, trabalho, renda e exclusão. **Tese de Doutorado**. Feagri – Unicamp. Campinas, 2007.

SONNINO, R.; KANEMASU, Y.; MARSDEN, T. Sustainability and Rural Development. In: PLOEG, Van Der J.D.; MARSDEN, T. (eds.). **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development**. VanGorcum, 2008.

SOUSA, F. Portugal e a União Europeia. **Revista brasileira de política internacional**. Vol 42, nº2, Brasília, jul./dez. 2000.

EU Rural Review. The European Network for Rural Development. nº18. Primavera, 2013. Disponível em: <http://enrd.ec.europa.eu>

TISENFOPFS, T.; LACE I.; MIERINA, I.; Social Capital. In: Ploeg, van der J.D.; Marsden, T. (eds.). **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development**. VanGorcum, 2008.

VEIGA, DA J. E. **Meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Senac, 2006.

_____. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados** 20 (57), 2006.

_____. A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. **Cadernos do CEAM** (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, UnB) Vol. 17, pp. 9-22. Fevereiro 2005.

_____. O Brasil rural ainda não encontrou o seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

VENTURA, F.; BRUNORI, G.; MILONE, P.; BERTI, G.; The Rural Web: A Synthesis. In: Ploeg, van der J.D.; Marsden, T. (eds.). **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development**. VanGorcum, 2008.

VINUTO, J. A.; Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22 (44): 203-220, Ago/Dez, 2014.

WILBUR, A.; Cultivaing back-to-the-landers: networks of knowledge in rural northern Italy. **Sociologia Ruralis**, vol 54, n. 2, apr 2014.

WILSON, G. A.; BURTON, R. J. F. ‘Neo-productivist’ agriculture: Spacio-temporal versus structuralist perspectives. **Journal of Rural Studies**, 38, 2015.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A.; A singularidade do Rural Brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: Miranda, C.; Silva, H.; **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Sustentável; v. 21)

8. ANEXO

I - QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS PARA COLETA DE DADOS EM TRÁS-OS-MONTES

Inquérito Associações/Organizações Certificadoras – roteiro para entrevista semiestruturada com representantes de Organizações Certificadoras e Associações de Agricultores – Bragança, Portugal/2017.

Objetivos Gerais: Entender, do ponto de vista destas instituições, qual o papel que a agricultura desempenha nos dias atuais na região Norte/Nordeste de Portugal, em especial nas zonas de montanha. Como a certificação do modo de produção Biológica ou Integrada pode ajudar no desenvolvimento da atividade, bem como no aumento da ocupação territorial nas regiões acima citadas. De que maneira as ações de política pública voltadas ao desenvolvimento rural vêm auxiliando as Organizações Certificadoras e as Associações de Agricultores a desenvolver o seu trabalho.

Roteiro para a entrevista:

1. Segundo documento elaborado pela DGADR, a estratégia elaborada pelo país para o estímulo da atividade agrícola dentro do PDR2020 baseia-se em três pilares: criação de valor, proteção e gestão eficiente dos recursos e sustentabilidade do território. É possível identificar e/ou trabalhar estes aspectos junto aos agricultores?
2. Você consegue pensar em algum exemplo na região de criação de valor, proteção e gestão eficiente dos recursos? Existe algum agricultor ou projeto na região que seja um bom exemplo e que podemos visitar?
3. Em sua maioria, como estão organizados os agricultores da região? Segundo este mesmo documento (DGADR) os *produtores singulares* em agricultura biológica situam-se maioritariamente na região de Trás-os-Montes, correspondendo a 36% do total. Você saberia dizer se a forma como esses agricultores se organizam tem algum impacto na produção e/ou comercialização de seus produtos.
4. Ainda sobre a agricultura biológica, como ocorre a comercialização durante o período de transição?
5. Em relação a produção integrada: O que motiva um agricultor procurar por uma certificação da produção integrada? Existe algum valor acrescentado a este tipo de produção?
6. O controle através dos Organismos Certificadores são pagos? Qual o valor médio? Existe a certificação por grupo e individual?
7. Sobre os cursos de formação oferecidos aos agricultores: Os agricultores mais experientes, com mais tempo de atividade, tem interesse? E os jovens? É preciso muito esforço para atrai-los aos cursos de formação? As instituições possuem alguma meta a ser cumprida junto DGADR no que concerne a formação dos agricultores?
8. Você saberia dizer se o interesse pela agricultura biológica está mais voltado aos rendimentos no ato da comercialização ou se mais focados efetivamente com o modo

de produção? O que quero sentir com essa pergunta é se a produção biológica está tomando ares de um negócio apenas, com vantagens lucrativas...

9. Existe alguma ação articulada entre o governo e os organismos de controle com o objetivo de ampliar a venda de produtos biológicos? Regular os preços? Melhorar o acesso?
10. Você sente alguma mudança no contexto local depois da criação destas políticas? Na comunidade, nos grupos ou nos tipos de agricultores que estão surgindo? No tipo de produção que estão fazendo?
11. Em termos de formação social dos agricultores há alguma diferença entre aqueles que optam pela AB ou PI?
12. Qual sua formação e função dentro da instituição?

Inquérito Agricultores. Região Trás-os-Montes. Agosto - Novembro/2017

1. Caracterização dos entrevistados

1.1 Nome (1)

1.1.1 Responsável pela gestão da exploração e pelo inquérito (2)

1.2 Idade (1)

1.2.1 Idade (2)

1.3 Data de instalação como agricultor (1)

1.3.1 Data de Instalação como agricultor (2)

1.4 Origem (1)

() A- Viveu sempre na exploração agrícola; () B - Viveu aqui a sua infância, mas realizou estudos superiores fora e regressou para se instalar como agricultor; () C - viveu sempre fora e veio instalar-se aqui como agricultor; () D - outra

1.4.1 Origem (2)

1.4.2 () A- Viveu sempre na exploração agrícola; () B - Viveu aqui a sua infância, mas realizou estudos superiores fora e regressou para se instalar como agricultor;

() C - viveu sempre fora e veio instalar-se aqui como agricultor; () D - outra

1.5 Formação académica (1) () Básico () Secundário () Pós Secundário () Licenciatura () Pós Graduação

1.5.1 Formação académica (2) () Básico () Secundário () Pós Secundário () Licenciatura () Pós Graduação

1.6 Cursos de capacitação feitos especificamente para a atividade rural (1 e 2)

1.7 Area (em hectares) Total 1.7.1 S.A.U.

1.8 Produção Vegetal:

ha convencional ha em MPB Data entrada em MPB

Culturas Arvenses

Culturas Forrageiras

Fruticultura

Frutos Secos

Horticultura

Olival

Pastagens

Plantas Aromáticas

Pousio

Vinha

Produção Animal:

Nº Cabeças convencional

Nº Cabeças em MPB

Data entrada em MPB

Apicultura

Aves

Bovinos

Caprinos

Equídeos

Ovinos

Suínos

1.9 Localização da exploração

1.9 Freguesia

1.9.1 Conselho

2. Motivações em relação a atividade agrícola

2.1 Motivações da instalação (1 e 2)

() A - Insatisfação trabalho/cidade () B - busca por novas oportunidades ()
C - Subsídios () D - Falta de emprego () E - Sempre trabalhei com
agricultura () F - Ganhos Financeiros () G - Admiração pela profissão
() H - Herança () I - Outro:

2.2 Modalidade de instalação () A - Propriedade dos Pais () B - Família
() C - Compra de area própria () D - Arrendamento () E - Outro:

2.3 Forma de financiamento da instalação () A - Poupança () B -
Empréstimo () C - Subsídio () D - Outro:

2.4 Qual percentagem de tempo dedicado à agricultura (1 e 2) () Integral ()
Parcial. Quanto: () Eventual

2.5 Nota algo diferente no ambiente rural dos últimos 30 anos? () A - Novos
habitantes () B - aumento da atividade () C - diminuição da atividade ()
D - Mudança no modo de produção () E - tipos culturais outros:

3. Motivações da opção por MPB

() A - Possibilidade de aumento de renda com a venda dos produtos () B - subsídios () C - Influência da Associação ou Cooperativa () D - Influência da Assistência Técnica () E - MPB é ambientalmente correta () F - motivo de saúde/ intoxicação com químicos de síntese. Outros:

4. Capital Social

4.1 Faz parte de alguma associação ou cooperativa (2)

4.2 Faz parte de alguma associação informal (que não está formalmente estabelecida) (2)

4.3 Desempenha algum papel de liderança em algumas das associações que participa? (2)
() Sim () Não Especificar:

4.4 Qual a sua relação com as câmaras municipais e juntas de freguesia? (2)

() A - Boa, sempre que possível participo de reuniões.() B - Utilizo apenas para o essencial () C - Ruim, uso porque preciso() D - Não utilizo

4.5 Possui alguma relação com universidades ou instituições de pesquisa? (1 e 2)

() Sim () Não Qual:

Se não utiliza, porque:

Se utiliza, qual sua opinião:

5. Comercialização

5.1 Você vende seu produto como Biológico? () Sim () Não Porque:

5.2 Formas de escoamento da produção () A - Circuitos Curtos () B - Grandes Superfícies () C - Cooperativa () D - Intermediário () E – Feira.
Especificar se possível:

5.3 Formação dos preços

() A - mercado () B - De acordo com o custo de produção Outros, especificar:

5.4 Quanto de valor acrescentado consegue pelo produto em comparação ao convencional?

5.5 Qual sua maior dificuldade em relação a comercialização

() A - ausência de uma instituição que coordene o processo () B - preço pago por mercadoria () C - logística () D - centro de consumo distante

() E - Outro:

6. Tecnologia

6.1 Qual tipo de apoio técnico que utiliza () Associação/cooperativa () particular () convênio com universidades () não possui () Outro:

6.2 Como tomou conhecimento?

- 6.3 Ficou satisfeito? Sim Não Porque:
- 6.4 Quais certificações de qualidade possui? Biológica Produção Integrada Outros:
- 6.5 Como classifica o processo de certificação?
- 6.6 Possui algum maquinário?
7. Políticas Agrícolas e Incentivos
- 7.1 Incentivos que recebe/Medidas que se aplica
 Medida 7.1 Medida 7.2 Medida 3.1 Outra. Qual:
- 7.2 Qual a proporção dos incentivos no rendimento total da exploração agrícola
- 7.3 Qual a proporção da atividade agrícola no rendimento total da família?
- 7.4 Quais dificuldades teve para aplicar e/ou se ajustar às políticas
- 7.5 Qual sua opinião sobre a política de subsídios atual.

Obs: Em caso de jovens agricultores que não trabalham na exploração agrícola: existe a possibilidade de vir a se instalar como agricultor no futuro?

II - QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS PARA AS ENTREVISTAS EM NOVA FRIBURGO E TERESÓPOLIS

Roteiro de entrevista para agricultores – NOVA FRIBUGO (04/2018)

Apresentação. Fale um pouco sobre quem você é e qual a sua origem.

Qual a sua relação com a região, porque Nova Friburgo?

A atividade agrícola sempre foi uma opção?

Qual é a sua história com a Agricultura Orgânica? Faz parte de algum grupo, associação? Tem alguma empresa para a comercialização de seus produtos?

Para você qual é o papel mais importante que a associação tem, independente dos objetivos principais de criação? Facilitou em algo? Dificultou? Trouxe melhorias?

Você enxerga outras possibilidades de atuação da associação que ainda não foram desenvolvidas?

Você conseguiria apontar algumas fraquezas da associação? Pontos que podem ser melhorados?

Como você trata da comercialização de sua produção? Ela é feita em conjunto com a associação ou de forma individual?

Quais são os principais aspectos levados em consideração no planejamento de sua produção?

Quem mais participa da produção? Existem funcionários ou ajudantes eventuais?

Quais outras pessoas envolvidas com este tipo de atividade você acredita que devo conversar?

Roteiro de entrevista para agricultores – AAT (11/01/2016)

Apresentação. Fale um pouco sobre quem você é e qual a sua origem.

Qual a sua relação com a região, porque Teresópolis?

A atividade agrícola sempre foi uma opção?

Qual é a sua história com a AAT? E com a produção Agroecológica?

Para você qual é o papel mais importante que a associação tem, independente dos objetivos principais de criação? Facilitou em algo? Dificultou? Trouxe melhorias?

Você enxerga outras possibilidades de atuação da associação que ainda não foram desenvolvidas?

Você conseguiria apontar algumas fraquezas da associação? Pontos que podem ser melhorados?

Como você trata da comercialização de sua produção? Ela é feita em conjunto com a associação ou de forma individual?

Quais são os principais aspectos levados em consideração no planejamento de sua produção?

Quem mais participa da produção? Existem funcionários ou ajudantes eventuais?

Quais outras pessoas envolvidas com este tipo de atividade (da AAT ou não) você acredita que devo conversar?